

# RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

1º Trimestre de 2021  
MANAUS PREVIDÊNCIA







## SUMÁRIO

1. <a href="#">Apresentação</a> .....	4
2. <a href="#">Síntese Histórica</a> .....	7
2.1 <a href="#">ManausPrev</a> .....	7
2.2 <a href="#">A Manaus Previdência</a> .....	8
2.3 <a href="#">Certificado ABNT NBR ISO 9001:2015</a> .....	9
2.4 <a href="#">Estrutura Organizacional da Manaus Previdência</a> .....	12
3. <a href="#">Imagem Institucional</a> .....	12
3.1 <a href="#">Planejamento Estratégico</a> .....	13
4. <a href="#">Dados dos segurados</a> .....	17
4.1 <a href="#">Quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas</a> .....	17
5. <a href="#">Receitas</a> .....	18
5.1 <a href="#">Valor da arrecadação de contribuições e outras receitas</a> .....	18
6. <a href="#">Despesas</a> .....	18
6.1 <a href="#">Resumo das folhas de pagamento, valor do pagamento de benefícios e outras despesas</a> .....	21
6.2 <a href="#">Cumprimento do prazo de implantação do benefício em folha de pagamento</a> .....	24
7. <a href="#">Evolução da situação atuarial</a> .....	25
7.1 <a href="#">Evolução das Reservas Matemáticas – Reserva Matemática de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos – RMBC</a> .....	27
7.2 <a href="#">Benefícios estruturados no Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura</a> .....	29
8. <a href="#">Gestão de investimentos</a> .....	32
8.1 <a href="#">Descrição detalhada dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entradas e saídas de recursos</a> .....	32
9. <a href="#">Limites de Alçada</a> .....	40
10. <a href="#">Publicação das atividades dos órgãos colegiados</a> .....	42
10.1 <a href="#">Reuniões e principais decisões do Conselho Deliberativo</a> .....	42
10.2 <a href="#">Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal</a> .....	44
10.3 <a href="#">Reuniões e principais decisões do Comitê de Investimentos</a> .....	45
10.4 <a href="#">Reuniões e principais decisões do Conselho Diretor</a> .....	46
11. <a href="#">Atividades Institucionais</a> .....	47
11.1 <a href="#">Gestão de pessoal</a> .....	47
11.2 <a href="#">Gestão orçamentária e financeira (Relatório Circunstanciado)</a> .....	49
11.3 <a href="#">Gerenciamento do custeio e contratos</a> .....	60
11.4 <a href="#">Controles Internos</a> .....	78
11.5 <a href="#">Cumprimento de decisões judiciais</a> .....	88
11.6 <a href="#">Tecnologia da Informação</a> .....	91
11.7 <a href="#">Atividades Psicossociais e de Educação Previdenciária</a> .....	96
11.8 <a href="#">Concessão de Benefícios</a> .....	106
11.9 <a href="#">Compensação Previdenciária</a> .....	109
12. <a href="#">Canais de Atendimento</a> .....	112
13. <a href="#">Conclusão</a> .....	113





## 1. APRESENTAÇÃO.

O presente relatório de Governança Corporativa, norteado pelos princípios da transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*), responsabilidade social e eficiência no serviço público, foi atualizado a fim de fornecer informações que permitam aos segurados, aos beneficiários e à sociedade em geral, acompanhar as principais atividades da Manaus Previdência.

Destaca-se que a Manaus Previdência possui, desde 2006, a Certificação ISO 9001, que é uma Norma de Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) reconhecida internacionalmente e utilizada por organizações que desejam comprovar sua capacidade de fornecer produtos e serviços que atendam às necessidades de seus clientes e a requisitos legais e regulatórios aplicáveis, com o objetivo de aumentar a satisfação do usuário por meio de melhorias de processo e avaliação da conformidade.

Em 2016, a Manaus Previdência conquistou um novo ciclo da Certificação ISO 9001:2008 e assegurou o 7º lugar no Prêmio de Boas Práticas de Gestão Previdenciária realizado pela Associação Nacional de Entidades de Previdência de Estados e Municípios (ANEPREM). Esse prêmio avalia ações pautadas nos princípios da transparência, equidade, ética e responsabilidade corporativa e social dos participantes, sendo sua adesão facultativa e aberta aos mais de 2.000 (dois mil) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de todo o Brasil.

Em 2017, a Manaus Previdência conquistou o 4º lugar no Prêmio de Boas Práticas de Gestão Previdenciária, realizado, mais uma vez, pela Associação Nacional de Entidades de Previdência de Estados e Municípios (ANEPREM), sendo a melhor capital em gestão previdenciária – à frente, inclusive, de todos os Estados da União. Ainda em 2017, recebeu o Troféu Destaque no Prêmio Qualidade Amazonas (PQA) da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), o qual avalia requisitos de Liderança, Estratégias, Planos, Cidadãos, Sociedade, Informações, Conhecimentos, Pessoas, Processos e Resultados. Também nesse ano, segundo o Relatório da 'Força-Tarefa' do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM) e do Ministério Público de Contas do Amazonas (MPC/AM), a Manaus Previdência foi considerada referência em





estrutura organizacional e modelo a ser seguido pelas demais entidades de RPPS do Amazonas.

Em 2018, obteve a manutenção da certificação ISO e a atualização para versão 9001:2015, além de ter sido apontada como modelo de gestão pela Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação, ligada à Secretaria do Tesouro Nacional.

Já em 2019, conquistou a certificação Pró-Gestão RPPS (Nível III) do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, criado pelo Governo Federal por meio da Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017. Essa certificação tem por objetivo incentivar os RPPS a adotarem as melhores práticas de gestão previdenciária que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e com a sociedade.

Também em 2019, alcançou o 1º lugar no Prêmio “Destaque Brasil de Responsabilidade Previdenciária” – categoria 5, da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM), prêmio que avalia 92 (noventa e dois) quesitos distribuídos em quatro categorias: Investimentos, Conselhos, Órgão Gestor e Ente Federativo. As exigências vão desde a comprovação da aplicabilidade de um regimento interno do RPPS até a aprovação das contas por parte de um órgão fiscalizador com essa finalidade.

Nesse mesmo ano, a autarquia conquistou a recertificação da norma ISO 9001:2015 e o 2º lugar do 10º Prêmio ANEPREM de Boas Práticas de Gestão Previdenciária, na modalidade Inovação, com o projeto “Pensando o Futuro”. Esse projeto que integra o Programa de Educação Previdenciária, teve início em 2018 a fim de preparar os adolescentes e jovens pensionistas da Manaus Previdência, com idade entre 16 (dezesesseis) e 24 (vinte e quatro) anos incompletos, para o encerramento da pensão por morte, de modo que conheçam alternativas para o desenvolvimento pessoal e profissional.





Por fim, em 2020, a Manaus Previdência avançou mais um nível e conquistou a certificação Pró-Gestão (Nível IV) no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Com essa conquista, Manaus torna-se a primeira capital brasileira a alcançar o nível IV da Certificação no Pró-Gestão RPPS, nível máximo em gestão previdenciária, recebendo, ainda, 5 (cinco) Boas Práticas de Gestão (BPG's). O certificado é válido por 3 (três) anos e o RPPS passará por auditorias anuais de supervisão com a empresa certificadora, sendo esta credenciada pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

Ainda em 2020, a autarquia conquistou a recertificação na norma ISO 9001:2015 e o 1º lugar no Prêmio “Destaque Brasil de Investimentos” – categoria 3, da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM), em que concorreram os entes com mais de 5.000 (cinco mil) ativos. O resultado comprova que a Manaus Previdência se consolida como Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) referência nacional em gestão de recursos.

Assim, feitas as considerações iniciais, ressaltamos que o conteúdo deste relatório é composto por dados relativos ao primeiro trimestre de 2021, extraídos das informações gerenciais produzidas pelos setores competentes. Dessa forma, publica-se o relatório de Governança Corporativa como prestação de contas aos segurados e à sociedade, reforçando, assim, o compromisso da Manaus Previdência com a transparência e com a eficiência da gestão previdenciária.





## 2. SÍNTESE HISTÓRICA.

A Constituição Federal de 1988, a partir da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou a redação original do art. 40, assegurou aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, com caráter contributivo, observados critérios que preservassem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Após a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a redação do art. 40 passou a prever que o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores titulares de cargos efetivos tenha caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

### 2.1. ManausPrev.

O Fundo Único de Previdência do Município de Manaus (Manausprev) foi criado em 21 de julho de 2005, por meio da Lei nº 870, com a finalidade de gerir o Regime Próprio de Previdência do Município de Manaus, garantindo os benefícios previdenciários aos segurados e dependentes do Sistema de Previdência Municipal. Era uma instituição para-administrativa, com natureza jurídica de serviço social autônomo.

À época, o Manausprev sucedeu o Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social (IMPAS), extinto devido a uma norma de abrangência nacional, segundo a qual os serviços previdenciários deveriam ser geridos e prestados separadamente dos serviços de saúde. Com a extinção do Instituto, a Prefeitura de Manaus criou órgãos específicos para a saúde e para a previdência do servidor.

Entretanto, por funcionar como um ente de cooperação, o Fundo Único não encontrava respaldo constitucional e nem atendia às diretrizes do Ministério da Previdência Social, assim como do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), distorção essa que foi corrigida pela Lei nº 1.803, de 29 de novembro de 2013, que extinguiu o Manausprev e criou a Manaus Previdência.





Antiga sede do Manausprev (foto: sítio do órgão)

## 2.2. A Manaus Previdência.

A Manaus Previdência foi criada na forma de autarquia pela Lei nº 1.803, de 29 de novembro de 2013, integrante da administração indireta da Prefeitura de Manaus, dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, com sede e foro em Manaus.

Em 2019, a Manaus Previdência passou a ser regida pela Lei nº 2.419, de 29 de março do mesmo ano. Essa lei definiu a nova estrutura organizacional da Manaus Previdência estabelecendo novas atribuições a cargos já existentes e mandato para o Conselho Diretor, entre outras providências.

A autarquia tem por finalidade gerir o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manaus (RPPS) e, vincula-se, para fins de controle finalístico, à Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação (SEMEF).





Atual sede da Manaus Previdência (foto: sítio do órgão)

### 2.3. Certificado ABNT NBR ISO 9001:2015.

A Manaus Previdência foi a primeira instituição municipal de previdência do país a obter o Certificado ABNT NBR ISO 9001:2004 fornecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que controla o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), em 2006. Essa Certificação conferiu ao órgão o selo de qualidade na gestão de benefícios previdenciários aos servidores do município de Manaus, com o objetivo de garantir a satisfação dos beneficiários por meio da qualidade dos serviços prestados, gestão dos recursos financeiros e na melhoria contínua dos processos.



Desde então, a Manaus Previdência vem passando por auditorias anuais para a manutenção da referida certificação, procedimento repetido ao longo da vigência de 3 (três) anos do certificado da qualidade, bem como por auditorias de recertificação, que é um procedimento realizado ao final desse triênio.





Em 2013, o processo de auditoria foi realizado pela Fundação Vanzolini que, ao término da apreciação, concluiu pela aderência do órgão à norma de referência.

Em 2014, a empresa TÜV Rheinland realizou o processo de auditoria externa e recomendou a manutenção da certificação.

Em 2015, a Manaus Previdência realizou Concurso Público para o provimento dos cargos de Técnico e Analista Previdenciário (edital nº 01/2015) e Procurador Autárquico (edital n.º 02/2015), inaugurando o seu quadro efetivo. A partir de então, teve início a transição e substituição da equipe anterior pelos concursados, bem como a tomada de ações imprescindíveis para o bom andamento desse processo. Nesse contexto, por decisão estratégica da alta direção, naquele ano não houve a recertificação, postergando-se o evento para o próximo exercício, após o atendimento de todas as exigências legais e administrativas.

Em 2016, a Manaus Previdência obteve a Nova Certificação da ISO 9001:2008 por meio do processo de auditoria realizado pela Fundação Vanzolini recebendo a recomendação da certificação ao final da auditoria.

Em 2017, a Manaus Previdência recebeu a recomendação da manutenção da certificação ao final da auditoria feita pela empresa TÜV Rheinland.

Em 2018, ao término da auditoria realizada também pela empresa TÜV Rheinland, a Manaus Previdência recebeu a recomendação de manutenção da certificação ISO 9001, com transição aprovada para a versão 2015, a mais recente do sistema com validade até dezembro de 2019.

Em 2019, a autarquia passou pelo processo de auditoria realizada pela Fundação Vanzolini, em que recebeu recomendação à recertificação na norma NBR ISO 9001:2015, assegurando, assim, a continuidade dos processos de gerenciamento da qualidade. O certificado é válido até dezembro de 2021 e, nos dois anos subsequentes, a Manaus Previdência passará por auditorias a fim de manter a certificação.

Assim, em 2020, a autarquia passou, novamente, pelo processo de auditoria visando à manutenção da certificação na norma NBR ISO 9001:2015, cujo





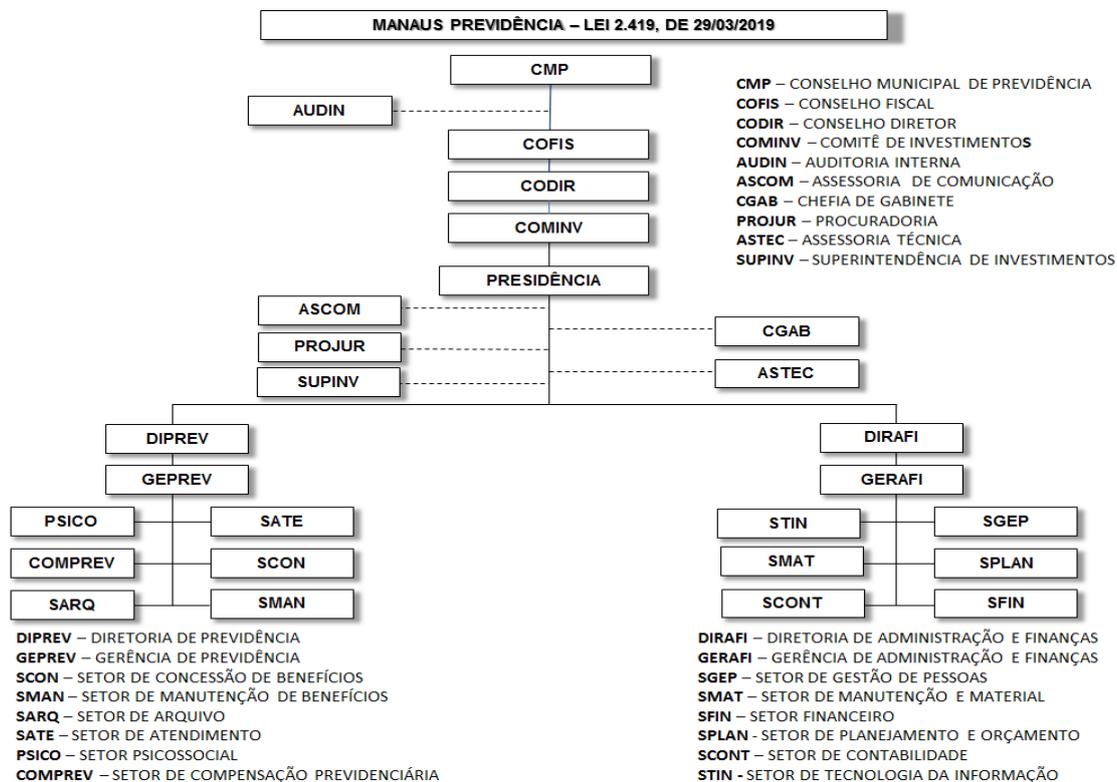
escopo é concessão, manutenção e revisão de benefícios (aposentadorias e pensões) para servidores públicos do Município e seus dependentes. A auditoria foi realizada pela Fundação Vanzolini que, após checagem dos procedimentos da Manaus Previdência, recomendou a manutenção da certificação ISO 9001:2015 com validade até 2021.



*\*Certificado de Sistema de Gestão da Qualidade  
(Recertificação na norma NBR ISO 9001:2015).*



## 2.4 Estrutura Organizacional da Manaus Previdência.



## 3. IMAGEM INSTITUCIONAL.

### MISSÃO

Assegurar os direitos previdenciários aos segurados e dependentes, observando os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, contribuindo com a gestão fiscal e responsável do Município.

### VISÃO

Transformar a Manaus Previdência em uma previdência digital acessível a todos os beneficiários até 2025.

### VALORES

Transparência – Respeito – Probidade – Razoabilidade – Cooperação – Ética  
 – Produtividade – Bons Serviços – Modernidade.





## POLÍTICA DE QUALIDADE

Gerir com produtividade e bons serviços a Previdência Municipal, visando à satisfação dos beneficiários e à execução efetiva do plano de benefícios, melhorando continuamente os processos do Sistema de Gestão da Qualidade em atendimento às necessidades e expectativas dos segurados e das partes interessadas.

### 3.1 Planejamento Estratégico.

O Planejamento Estratégico da Manaus Previdência está pautado no eixo Estratégico “Eficiência em Gestão” delineado no Planejamento Estratégico da Prefeitura de Manaus (Manaus 2030), o qual visa “elevar o padrão da eficiência da gestão municipal” por meio da “Sustentabilização da Previdência Municipal”.

Nesse sentido, identificou-se que caberia atuar nos seguintes aspectos:

- I. Previdência Sustentável;
- II. Eficiência na Gestão;
- III. Desenvolvimento da Cultura Interna e do Crescimento Profissional.

Os Objetivos Estratégicos Organizacionais (OEO) foram estabelecidos levando-se em consideração o diagnóstico situacional (análise dos ambientes interno e externo), alinhando-o às perspectivas do *Balanced Scorecard (BSC)*, a saber, Segurados e Financeiro/Orçamento transcritos como Resultados no Mapa Estratégico, Processos Internos e Aprendizado & Crescimento.

Para tanto, foram estabelecidos oito objetivos estratégicos organizacionais, quais sejam:

- 1 – Viabilizar com excelência os direitos previdenciários aos beneficiários;
- 2 – Promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços previdenciários;
- 3 – Manter-se como instituição de referência nacional em gestão previdenciária;
- 4 – Otimizar os processos finalísticos, gerenciais e de apoio;





- 5 – Disseminar a Cultura Previdenciária entre os beneficiários do RPPS Municipal;
- 6 – Qualificar, desenvolver e valorizar os servidores;
- 7 – Prover um ambiente tecnológico moderno, seguro e de alto desempenho; e
- 8 – Fortalecer a imagem Institucional.

Por conseguinte, foram estabelecidas as iniciativas estratégicas com vistas a auxiliar no alcance dos objetivos estratégicos. Abaixo, apresentamos essas iniciativas, planejadas e desdobradas para cada Objetivo Estratégico Organizacional (OEO):

### Plano de Gestão 2021 – 2025

Estratégias para o cumprimento dos OEO	
1	1.1 Manter o equilíbrio financeiro e atuarial.
	1.2 Gerir a carteira de investimentos com autonomia, a partir de decisões técnicas definidas em colegiado.
	1.3 Garantir a consistência da base cadastral.
	1.4 Fornecer subsídios técnicos para tomada de decisões que tenham impacto no RPPS, participando ativamente das ações da Prefeitura de Manaus, da Câmara Municipal e do Governo Federal (SPREV).
	1.5 Manter válido o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.
2	2.1 Priorizar mecanismos e processos que garantam a eficiência e celeridade dos serviços oferecidos pela Manaus Previdência aos beneficiários.
	2.2 Expandir e aprimorar as boas práticas de gestão implementadas.
	2.3 Fortalecer continuamente a referência da Manaus Previdência como instituição de excelência no atendimento de seu público interno e externo.
	2.4 Garantir acesso à informação de forma transparente e eficaz, atendendo à legislação vigente.
	2.5 Buscar a melhoria contínua nos mecanismos de acompanhamento e controle relacionados ao desempenho da carteira de investimentos.
3	3.1 Manter a certificação do Pró-Gestão no nível IV.
	3.2 Avançar nas classificações do ISP (Indicador de Situação Previdenciária).
	3.3 Participar de Premiações nacionais que avaliem grau de governança, transparência etc.
4	4.1 Avaliar periodicamente os fluxos dos processos administrativos para aperfeiçoar a integração e eficiência entre os setores.
	4.2 Monitorar e aperfeiçoar o controle dos prazos de contratos/convênios e aquisições para cumprimento do cronograma de pagamentos.
	4.3 Normatizar o processo administrativo no âmbito da Manaus Previdência.
	4.4 Acompanhar periodicamente a conformidade/ adequação dos prazos dos processos de concessão de benefícios, implementando as alterações que se fizerem necessárias.
	4.5 Cumprir o Programa Anual de Auditoria, expedindo as recomendações necessárias às diversas áreas auditadas, como forma de contribuir com o aprimoramento dos diversos processos.
	4.6 Avaliar periodicamente a necessidade de padronização das atividades, com a criação de procedimentos, manuais e instruções de trabalho, bem como revisar os documentos existentes.



	4.7 Realizar avaliações contínuas dos fornecedores, com enfoque na manutenção da qualidade do serviço prestado durante todo o período contratual.
5	5.1 Consolidar e expandir o Programa de Educação Previdenciária e Financeira.
	5.2 Fortalecer o programa Manausprev Itinerante, no intuito de alcançar um público maior de participantes e aprimorar o treinamento de servidores de RH das Secretarias que atuam na instrução dos processos de aposentadoria.
	5.3 Divulgar os materiais de cunho promocionais em redes sociais, itinerante, portal, setor de atendimento, intranet etc.
6	6.1 Manter e aprimorar o Programa de Treinamento Anual, expandindo os cursos segundo novas necessidades e as metas de desempenho aos conselheiros e estagiários.
	6.2 Envolver os servidores nas tomadas de decisões por meio de uma gestão participativa.
	6.3 Dar preferência aos servidores da instituição para assumirem cargos de chefia.
	6.4 Avaliar periodicamente os servidores, fornecendo <i>feedback</i> sobre o desempenho e oportunidades de melhoria nas atividades que desenvolvem.
	6.5 Retomar ações de viabilização da aprovação do PCCR junto ao executivo.
	6.6 Consolidar o Programa de Saúde e Segurança, com o intuito de preservar a integridade dos servidores, colaboradores e do patrimônio público, minimizando os prejuízos, potencializando os resultados obtidos e se mantendo conforme as legislações.
7	7.1 Criar o Plano Diretor de TI.
	7.2 Aperfeiçoar as boas práticas de governança de TI.
	7.3 Adequar a Política de Segurança da Informação às legislações vigentes relacionadas ao acesso à informação e proteção de dados pessoais.
	7.4 Disponibilizar canal digital para o recenseamento remoto.
	7.5 Criar ambiente virtual de atendimento ao público e de solicitação de serviços.
	7.6 Dispor de uma alternativa computacional ao CPD no prédio anexo.
	7.7 Modernizar os equipamentos do CPD e das estações de trabalho.
	7.8 Adequar a sede da Manaus Previdência aos normativos definidos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas, com a consequente emissão do Habite-se.
	7.9 Prover mobiliário com melhores condições de conforto e ergonomia aos beneficiários.
	7.10 Equipar as salas de treinamento do prédio anexo com recursos didáticos e tecnológicos específicos para a realização dos cursos e oficinas.
	7.11 Contratar empresa de manutenção corretiva e preventiva para os prédios principal e anexo da Manaus Previdência.
8	8.1 Ampliar os canais de comunicação que possam influenciar no posicionamento da Manaus Previdência como uma instituição voltada para o aprimoramento de políticas públicas previdenciárias, assim como para a gestão de sua imagem e reputação junto a opinião pública, imprensa e partes relacionadas.
	8.2 Aumentar a quantidade de seguidores da Manaus Previdência nas redes sociais.
	8.3 Manter a realização de audiências públicas anuais no intuito de informar aos beneficiários e a população em geral sobre a situação da autarquia e fortalecer a Transparência Pública.
	8.4 Promover cursos/palestras que possibilitem o conhecimento das atividades desenvolvidas pela autarquia e a disseminação de conhecimento àqueles que necessitam.
	8.5 Participação em grupos/comissões/conselhos nas esferas municipal e federal com objetivo de contribuir e dar soluções às demandas que envolvam a previdência pública.

Fonte: <https://manausprevidencia.manaus.am.gov.br/planejamento-estrategico/>

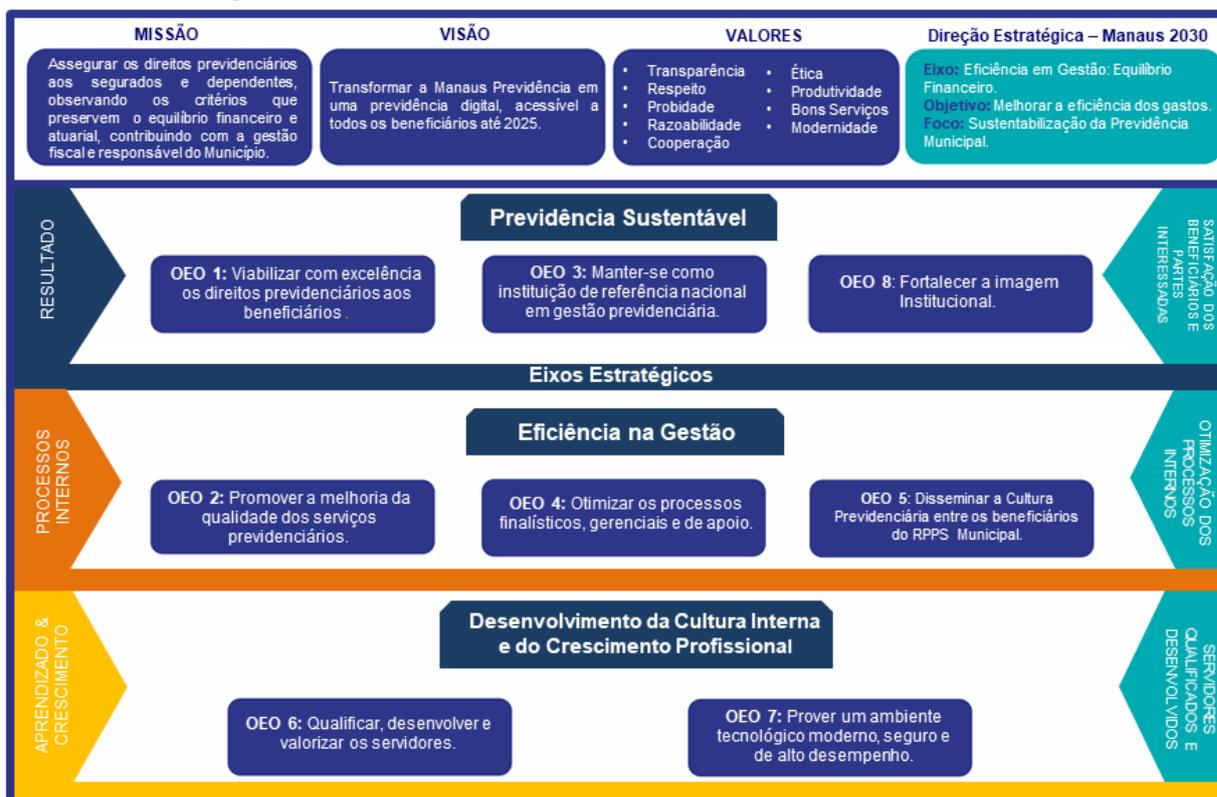




## Mapa Estratégico 2021-2025



### Direcionadores Estratégicos



OEO: Objetivos Estratégicos Organizacionais. **Lateral esquerda:** Perspectivas do *Balanced Scorecard* - BSC.  
**Lateral direita:** Resultados esperados. Ao centro, os eixos estratégicos.

Os Planos Orçamentários para cada ação contemplada no Planejamento Estratégico estão previstos no Plano Plurianual (PPA) 2018-2021, bem como nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA), estabelecidas nesse período e acompanhadas mensalmente pela presidência e demais gestores da autarquia.



#### 4. QUANTITATIVO DE SEGURADOS.

##### 4.1 Servidores ativos, aposentados e pensionistas.

###### – Servidores ativos do ente.

Número de servidores ativos – janeiro a março de 2021.								
Estatutários	CLT	Não efetivo	RDA	Pensão Por Lei	Total	Folha Mensal	Encargos	Total da Folha
23.104	283	2.214	7.149	15	32.765	139.995.888,41	20.581.846,53	160.577.734,94
<i>Fonte: SEMAD – Secretaria Municipal de Administração</i>								

###### – Aposentados e pensionistas.

Benefícios – janeiro a março de 2021.				
ÓRGÃOS	PMM	IMPAS	CMM	TOTAL
Aposentadorias	5.654	13	185	5.852
Pensionistas	1.553	0	67	1.620
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.207</b>	<b>13</b>	<b>252</b>	<b>7.472</b>
<i>Fonte: Sman</i>				



## 5. RECEITAS.

### 5.1 Valor da arrecadação de contribuições e outras receitas.

As arrecadações previdenciárias e outras receitas são registradas e segregadas pelos planos de custeios, sendo eles: o Plano Previdenciário, o Plano Financeiro e a Taxa de Administração.

A tabela abaixo apresenta os valores detalhados mensais e acumulados da arrecadação previdenciária e outras receitas do Plano Previdenciário no primeiro trimestre de 2021.

**Tabela de Receitas 1:**

	JAN	FEV	MAR	TOTAL
Contr. Prev. Servidor	851.170	2.640.715	2.652.991	<b>6.144.876</b>
Contr. Prev. Patronal	1.303.178	3.601.801	3.620.225	<b>8.525.205</b>
Contr. Prev. Aposentados	19.811	19.444	19.444	<b>58.699</b>
Contr. Prev. Pensionistas	59.283	57.402	57.439	<b>174.124</b>
Reparcelamento PMM	295.490	300.906	305.711	<b>902.107</b>
Restituições FOPAG Inativos/Pensionistas	184.359	175.521	175.404	<b>535.284</b>
Faltas	-	47.512	49.971	<b>97.483</b>
Juros (Servidor/Patronal)	-	-	2.193	<b>2.193</b>
Outras Receitas	2.669	2.669	1.129	<b>6.467</b>
Restituição Previdenciária (-)	-	-	-	-
<b>Real</b>	<b>2.715.960</b>	<b>6.845.970</b>	<b>6.884.509</b>	<b>16.446.438</b>

Fonte: Sistema Afim.

Obs.: Não considera o valor do rendimento dos investimentos.

A tabela abaixo apresenta os valores detalhados mensais e acumulados da arrecadação previdenciária e outras receitas do Plano Financeiro no primeiro trimestre de 2021.



**Tabela de Receitas 2:**

	JAN	FEV	MAR	TOTAL
Contr. Prev. Servidor	3.826.293	6.465.058	6.467.376	<b>16.758.727</b>
Contr. Prev. Patronal	5.116.059	8.815.052	8.816.530	<b>22.747.641</b>
Contr. Prev. Aposentados	353.046	343.358	341.190	<b>1.037.594</b>
Contr. Prev. Pensionistas	31.846	34.795	41.637	<b>108.279</b>
Compensação Previdenciária	555	16.665	586	<b>17.806</b>
Reparcelamento PMM	1.495.244	1.521.898	1.545.346	<b>4.562.489</b>
Parcelamento CMM	123.076	123.496	125.291	<b>371.862</b>
Restituições FOPAG Inativos/Pensionistas	502.511	470.217	459.493	<b>1.432.220</b>
Juros (Servidor/Patronal)	-	-	3.464	<b>3.464</b>
Outras Receitas	16.620	-	5.904.483	<b>5.921.102</b>
Restituição Previdenciária (-)	-	-	-	-
<b>Real</b>	<b>11.465.249</b>	<b>17.790.540</b>	<b>23.705.395</b>	<b>52.961.184</b>

Fonte: Sistema Afim.

Obs.: Não considera o valor do rendimento dos investimentos.

A tabela abaixo apresenta os valores detalhados mensais e acumulados da arrecadação previdenciária e outras receitas do Plano de Custeio Administrativo no primeiro trimestre de 2021.

**Tabela de Receitas 3:**

	JAN	FEV	MAR	TOTAL
Taxa de Administração – PPREV	1.396.684	173.757	480.240	<b>2.050.681</b>
Taxa de Administração – PFIN	3.499.932	682.141	1.175.340	<b>5.357.413</b>
Restituições FOPAG	5.781	6.237	7.571	<b>19.588</b>
Outras Receitas	-	-	-	-
<b>Real</b>	<b>4.902.397</b>	<b>862.135</b>	<b>1.663.151</b>	<b>7.427.683</b>

Fonte: Sistema Afim.

Obs.: Não considera o valor do rendimento dos investimentos.

No mês de janeiro de 2021, nos Planos Previdenciários (tabela 1 e tabela 2), as arrecadações foram menor do que o previsto devido à antecipação dos recolhimentos das Contribuições Previdenciárias, em dezembro de 2020, referente ao 13º (décimo terceiro) salário e da competência de dezembro de 2020 dos servidores ativos da Prefeitura Municipal de Manaus (PMM). Registra-se que, às Unidades Gestoras da PMM que não anteciparam os pagamentos em 2020, realizaram os pagamentos dentro do prazo de vencimento das contribuições somadas à Câmara Municipal de Manaus (CMM), permanecendo os recolhimentos nos meses de fevereiro e março dentro da normalidade.



Nos meses de fevereiro e março os Planos Previdenciário e Financeiro mantiveram-se dentro da média de arrecadação mensal.

O Plano Financeiro (tabela 2) com suficiência financeira e as contribuições previdenciárias sendo recolhidas normalmente, no primeiro trimestre, não houve necessidade de aporte do Ente Municipal. Pode-se observar que, no mês de março de 2021, o Plano contou com entrada de recurso originário da reserva da taxa de administração de 2020, registrado em outras receitas e, considerando as características deste Plano, suas receitas são exclusivamente para custear os pagamentos de benefícios dos segurados nele vinculados.

Os recursos da Taxa de Administração de 2% (dois por cento) para custeio da autarquia no período de janeiro e fevereiro de 2021, sentiram o reflexo financeiro pela antecipação do recolhimento das contribuições previdenciárias da PMM (tabela 3) porém, apesar da referida antecipação, o resultado da meta anual de arrecadação para o custeio deste Regime de Previdência não será comprometido.

#### 5.1.1. Rendimentos e aplicações financeiras.

O quadro abaixo mostra os rendimentos das aplicações financeiras por Plano e Taxa de Administração no primeiro trimestre de 2021.

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - 1T 2021				
	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - PPREV	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - PFIN	PLANO PREVIDENCIÁRIO	PLANO FINANCEIRO
JANEIRO	R\$2.135,11	R\$7.983,75	-R\$13.410.153,45	R\$41.208,12
FEVEREIRO	R\$2.577,76	R\$5.559,26	-R\$8.401.879,07	R\$14.799,12
MARÇO	R\$4.801,69	R\$15.052,93	R\$12.766.897,81	R\$22.464,62
<b>TOTAL</b>	<b>R\$9.514,56</b>	<b>R\$28.595,94</b>	<b>-R\$9.045.134,71</b>	<b>R\$78.471,86</b>

Fonte: Supinv

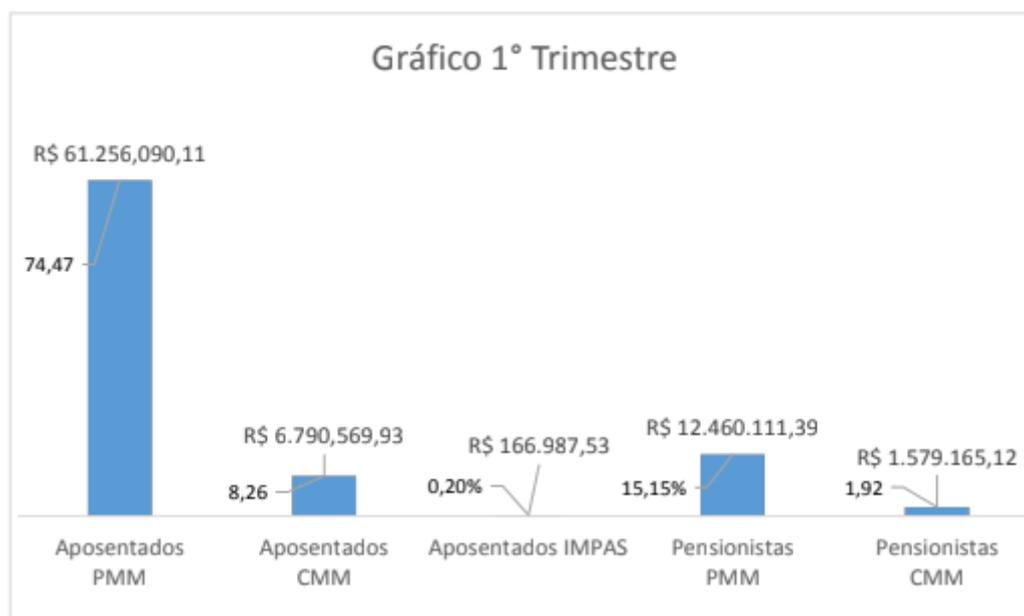


## 6. DESPESAS.

### 6.1 Resumo das folhas de pagamento, valor do pagamento de benefícios e outras despesas.

O valor das folhas de pagamento de benefícios acumulado no primeiro trimestre de 2021 foi de R\$ 82.252.924,08 (oitenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e quatro reais e oito centavos), distribuídos da seguinte forma:

#### Distribuição gráfica da folha de pagamentos de Benefícios Previdenciários, aposentados CMM, pensionistas PMM e pensionistas CMM referentes ao primeiro trimestre de 2021.



Fonte: Sman

Considerando-se que no primeiro trimestre só houve reajuste para os beneficiários que têm seus benefícios reajustados pelo INPC, não sendo aplicado outros reajustes entre os meses de janeiro a março, é possível observar, no gráfico, que houve um equilíbrio nos valores das folhas, não apresentando um aumento significativo.

Pode-se avaliar que, os recursos arrecadados no primeiro trimestre de 2021, por meio das contribuições previdenciárias, foram suficientes para o pagamento das folhas de pagamento sem a ocorrência de atrasos. Assim, as datas previamente estabelecidas no calendário de pagamento foram cumpridas, o que possibilitou atingir as metas orça-



mentárias previstas para este Regime de Previdência e contribuir para o alcance do objetivo de assegurar os direitos previdenciários aos beneficiários.

**Evolução do quadro de benefícios segregados por plano – primeiro trimestre de 2021**

**– Aposentados:**

ÓRGÃOS	JANEIRO			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
<b>PMM</b>	4.937	801	5738	R\$ 18.664.479,62	R\$ 1.930.495,99
<b>CMM</b>	168	24	192	R\$ 1.946.925,85	R\$ 396.159,24
<b>IMPAS</b>	12	1	13	R\$ 53.313,61	R\$ 2.348,90
<b>TOTAL</b>	5117	826	5943	R\$ 20.664.719,08	R\$ 2.329.004,13
				<b>TOTAL</b>	R\$ 22.993.723,21

ÓRGÃOS	FEVEREIRO			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
<b>PMM</b>	4.887	777	5664	18.450.819,02	1.899.149,09
<b>CMM</b>	164	23	194	1.854.977,49	379.956,90
<b>IMPAS</b>	12	1	13	53.313,61	2.348,90
<b>TOTAL</b>	5063	801	5871	<b>20.359.110,12</b>	<b>2.281.454,89</b>
				<b>TOTAL</b>	R\$ 22.640.565,01

ÓRGÃOS	MARÇO			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
<b>PMM</b>	4.877	828	5705	18.435.953,93	1.875.192,46
<b>CMM</b>	162	26	188	1.832.593,55	379.956,90
<b>IMPAS</b>	12	1	13	53.313,61	2.348,90
<b>TOTAL</b>	5051	855	5906	<b>20.321.861,09</b>	<b>2.257.498,26</b>
				<b>TOTAL</b>	R\$ 22.579.359,35

<b>TOTAL GERAL DA FOLHA DE APOSENTADOS</b>	<b>R\$ 68.213.647,57</b>
--	--------------------------

Fonte: Sman



## Evolução do quadro de benefícios segregados por plano – primeiro trimestre de 2021

– Pensionistas:

<b>PENSIONISTAS</b>					
<b>ÓRGÃOS</b>	<b>JANEIRO</b>			<b>Planos</b>	
	<b>Nº Beneficiários</b>			<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
	<b>PFIN</b>	<b>PPREV</b>	<b>TOTAL</b>	<b>PFIN bruto</b>	<b>PPREV bruto</b>
<b>PMM</b>	430	1.089	1.519	R\$ 1.412.376,81	R\$ 2.600.759,17
<b>CMM</b>	17	51	68	R\$ 168.457,57	R\$ 373.849,69
<b>IMPAS</b>	-	-	0	-	-
<b>TOTAL</b>	447	1140	1587	R\$ 1.580.834,38	R\$ 2.974.608,86
				<b>TOTAL</b>	R\$ 4.555.443,24

<b>ÓRGÃOS</b>	<b>FEVEREIRO</b>			<b>Planos</b>	
	<b>Nº Beneficiários</b>			<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
	<b>PFIN</b>	<b>PPREV</b>	<b>TOTAL</b>	<b>PFIN bruto</b>	<b>PPREV bruto</b>
<b>PMM</b>	444	1.081	1.525	R\$ 1.521.942,71	R\$ 2.595.494,67
<b>CMM</b>	17	50	67	R\$ 168.457,57	R\$ 349.971,36
<b>IMPAS</b>	-	-	0	-	-
<b>TOTAL</b>	461	1131	1592	R\$ 1.690.400,28	R\$ 2.945.466,03
				<b>TOTAL</b>	R\$ 4.635.866,31

<b>ÓRGÃOS</b>	<b>MARÇO</b>			<b>Planos</b>	
	<b>Nº Beneficiários</b>			<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
	<b>PFIN</b>	<b>PPREV</b>	<b>TOTAL</b>	<b>PFIN bruto</b>	<b>PPREV bruto</b>
<b>PMM</b>	476	1.077	1553	R\$ 1.729.153,58	R\$ 2.600.384,45
<b>CMM</b>	17	50	67	R\$ 168.457,57	R\$ 349.971,36
<b>IMPAS</b>	-	-	0	-	-
<b>TOTAL</b>	493	1127	1620	R\$ 1.897.611,15	R\$ 2.950.355,81
				<b>TOTAL</b>	R\$ 4.847.966,96

<b>TOTAL GERAL DA FOLHA DE PENSIONISTA</b>	<b>R\$ 14.039.276,51</b>				
--	--------------------------	--	--	--	--

Fonte: Sman





## 6.2 Cumprimento do prazo de implantação do benefício em folha de pagamento.

O Regime Próprio de Previdência Social administra os benefícios de aposentadoria e de pensões por morte e, conta, atualmente, com 31.051 (trinta e um mil e cinquenta e um) segurados, conforme discriminado no quadro a seguir:

Plano	Ativos	Aposentados	Pensionistas
<b>Previdenciário</b>	4.813 (15,5%)	801 (2,6%)	1.127 (3,6%)
<b>Financeiro</b>	18.766 (60,4%)	5.051 (16,2%)	493 (1,6%)
<b>Quantidade</b>	23.579 (75,9%)	5.852 (18,8%)	1.620 (5,2%)
<b>Total</b>	31051		

Fonte: Sman

A Manaus Previdência estabeleceu o prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar da data de publicação do ato no Diário Oficial do Município, para implementação dos benefícios em folha de pagamento. A intenção é oferecer uma resposta mais rápida às demandas dos usuários, realizando o pagamento de seus benefícios de modo mais célere.

No primeiro trimestre, verificou-se que dos 109 (cento e nove) benefícios concedidos, 108 (cento e oito) foram implementados na folha de pagamento no prazo previamente definido, ou seja, 99% (noventa e nove por cento) dos processos cumpriram a meta proposta, o que demonstra o comprometimento e a eficiência da autarquia diante do objetivo estabelecido.





## 7. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL.

O acompanhamento atuarial tem por objetivo garantir uma maior transparência, credibilidade, organização e acesso às informações, para que os gestores dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) possam, dentro da prática da boa Governança Corporativa que norteia a Previdência Social em geral, acompanhar mensalmente a evolução de seus passivos previdenciários e de seus ativos financeiros, estabelecendo então a prática de Gerenciamento de Ativos e Passivos dentro da Prefeitura Municipal de Manaus.

A ideia é que se tenha uma estimativa dinâmica mês a mês<sup>1</sup> da variação das Reservas Matemáticas, considerando a meta atuarial<sup>2</sup> e o Indexador Financeiro estabelecidos na Política de Investimentos para o ano corrente, bem como as concessões e extinções de benefícios previdenciários, segregando o Passivo Atuarial de acordo com os Regimes Financeiros adotados na Avaliação Atuarial.

Comparando, em cada mês, a Reserva Matemática atualizada com a evolução das aplicações financeiras do RPPS, pode-se acompanhar com maior precisão a evolução do saldo do sistema, de forma a municiar o Gestor Previdenciário com informações que poderão ser úteis na tomada de decisão para a correção de um possível descasamento entre ativos e passivos.

A Lei Municipal nº 870/2005, com redação dada pela Lei Municipal nº 2.081/2015, segmenta a massa de servidores do município de Manaus em dois grupos, a saber:

- PPREV – Plano Previdenciário de Aposentadoria e Pensão do Município de Manaus, de natureza previdenciária que atenderá:

- ✓ ao pagamento dos benefícios aos segurados que ingressaram no serviço público municipal a partir de 1º de janeiro de 2010, desde que ativos em 31/12/2014, como também de seus dependentes;





✓ ao benefício de aposentadoria por invalidez concedido até 31 de dezembro de 2014, e a pensão por morte dela decorrente; e

✓ as demais pensões por morte concedidas até 31 de dezembro de 2014.

• PFIN – Plano Previdenciário de Aposentadoria e Pensão do Município de Manaus, de natureza previdenciária que atenderá:

✓ ao pagamento dos benefícios aos segurados que ingressaram no serviço público municipal em data anterior a 1º de janeiro de 2010, desde que ativos em 31/12/2014, como também de seus dependentes; e

✓ às aposentadorias voluntárias e compulsórias concedidas até 31 de dezembro de 2014 e as pensões por morte delas decorrentes.

Dessa forma, os resultados deste relatório serão apresentados de modo segregado, uma vez que o grupo em capitalização terá suas características demográficas em constante mudança, até que o financeiro seja extinto.

<sup>1</sup> Diferentemente do que reza a Lei nº 9.717/98 no art.1º, inciso I, que prevê que as Reservas Matemáticas sejam estimadas apenas anualmente, com a realização de avaliação atuarial em cada balanço.

<sup>2</sup> Normalmente uma taxa de juros (p.ex. 6%) mais um indexador inflacionário (p.ex. INPC/IBGE, IGPM/FVG).





## 7.1 Evolução das Reservas Matemáticas.

### 7.1.1 Reserva Matemática de Benefícios a Conceder – RMBaC.

A Reserva Matemática de Benefício a Conceder – RMBaC é calculada apenas para os benefícios estruturados pelo Regime Financeiro de Capitalização. De acordo com a Nota Técnica Atuarial do plano, apenas o benefício de Aposentadoria Voluntária e Compulsória (incluindo a reversão deste benefício em Pensão por morte do aposentado) está estruturado neste Regime.

Para analisar a evolução da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder, as variáveis consideradas nesta evolução são:

- Meta Atuarial: 0,4764794% ao mês (equivalente a 5,87% ao ano);
- Indexador Financeiro: IPCA;
- Contribuições devidas por competência; e
- Concessões de benefícios de Aposentadoria<sup>3</sup> por competência.

Isso posto, a RMBaC de janeiro a março de 2021 equivale a:

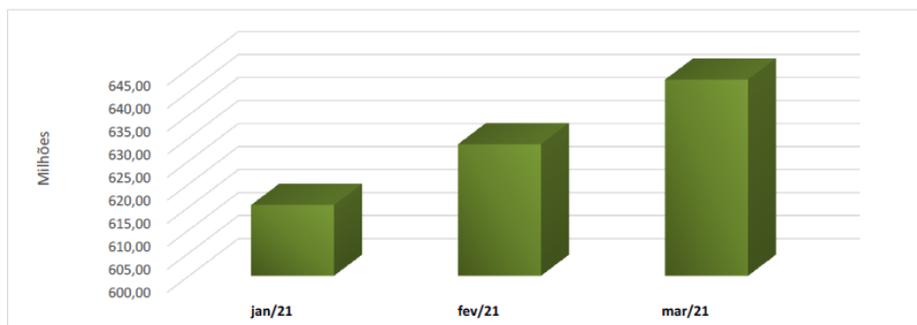
<sup>3</sup> Voluntária e Compulsória



Tabela 1 – Evolução da RMBaC

Reserva Matemática de Benefícios a Conceder						
Competência	Inicial	Contribuições <sup>4</sup>	Atualização	Juros	Extinções <sup>5</sup>	Final
jan/21	606.002.874,49	5.211.096,18	1.515.007,19	2.681.005,93	0,00	615.409.983,79
fev/21	615.409.983,79	5.211.096,18	5.292.525,86	2.722.623,75	0,00	628.636.229,58
mar/21	628.636.229,58	5.425.418,81	5.846.316,94	2.807.002,31	-61.020,30	642.653.947,33

Gráfico 1 – Evolução da RMBaC



Fonte: Brasília Consultoria Atuarial

A Reserva Matemática de Benefício a Conceder – RMBaC apresentou evolução de 6,05% (seis inteiros e cinco centésimos por cento) entre os meses de dezembro de 2020 e março de 2021.

### 7.1.2 Reserva Matemática de Benefícios Concedidos – RMBC.

A Reserva Matemática de Benefícios Concedidos – RMBC, por sua vez, recebe acréscimo de Passivo Atuarial sempre que um benefício vitalício é concedido. Desta forma, destacamos as seguintes possibilidades:

1. Aposentadoria Voluntária e Compulsória;
2. Aposentadoria por invalidez;
3. Pensão por morte de servidor ativo;
4. Pensão por morte de servidor aposentado (voluntário e compulsório); e
5. Pensão por morte de servidor aposentado (por invalidez).

<sup>4</sup> Contribuição mensal para o benefício de Aposentadoria reversível em Pensão por Morte de Aposentado.

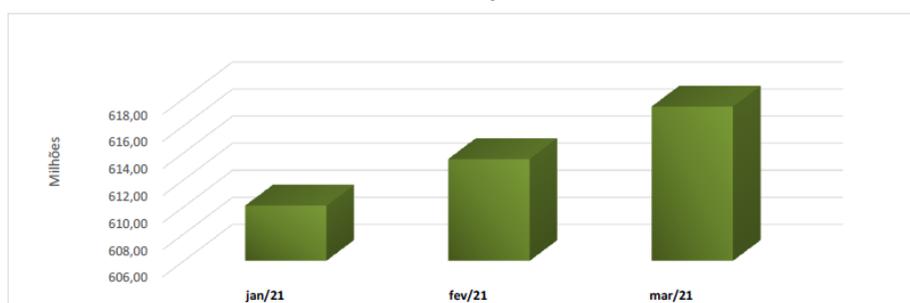
<sup>5</sup> Extinção da RMBaC mediante a aposentadoria, morte ou exoneração do servidor ativo.



Tabela 2 – Evolução da RMBC

Reserva Matemática de Benefícios Concedidos								
CPT	Inicial	Contrib.	Benefícios	Atualização	Juros	Concessões	Extinções	Final
jan/21	610.336.340,29	105.581,35	-4.594.177,33	1.525.840,85	2.700.177,53	0,00	0,00	610.073.762,70
fev/21	610.073.762,70	105.581,35	-4.594.177,33	5.246.634,36	2.699.015,87	0,00	0,00	613.530.816,96
mar/21	613.530.816,96	76.845,55	-5.226.920,92	5.705.836,60	2.714.310,16	604.110,96	0,00	617.404.999,30

Gráfico 2 – Evolução da RMBC



Fonte: Brasilis Consultoria Atuarial

A Reserva Matemática de Benefícios Concedidos – RMBC reduziu em 1,16% (um inteiro e dezesseis centésimos por cento) no primeiro trimestre de 2021. O aumento da RMBC foi, em grande parte, em função da atualização inflacionária no período.

## 7.2 Benefícios estruturados no Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura.

De acordo com a Nota Técnica Atuarial vigente, os benefícios estruturados neste Regime Financeiro são:

- Aposentadoria<sup>6</sup> por invalidez; e
- Pensão por morte de servidor ativo.

Desta forma, os Passivos Atuariais destes benefícios serão constituídos mensalmente, de acordo com as seguintes regras:

- Para os benefícios que forem concedidos no mês, será constituída a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos – RMBC, calculada individualmente, conforme as características de cada benefício; e

<sup>6</sup> Considerando ainda a reversão deste benefício em Pensão por Morte do servidor inválido



- Com o resultado apurado no mês pela diferença entre a contribuição específica para o benefício e a constituição de RMBC para o mesmo benefício, será constituído ou revertido o Fundo Garantidor de Benefício.

Ressalta-se que tal apuração será realizada separadamente para cada benefício estruturado neste Regime Financeiro.

### 7.2.1 Fundo Garantidor de Benefícios – FGB RCC

**Tabela 3 – Evolução do FGB de Aposentadoria por Invalidez**

Aposentadoria por Invalidez					
Competência	Inicial	Receita <sup>7</sup>	Despesa <sup>8</sup>	Rentabilidade	Final
jan/21	0,00	414.307,80	0,00	0,00	414.307,80
fev/21	414.307,80	414.208,94	0,00	0,00	828.516,74
mar/21	828.516,74	414.258,37	0,00	0,00	1.242.775,11

**Tabela 4 – Evolução do FGB de Pensão por Morte de Servidor Ativo**

Pensão por Morte de Servidor Ativo					
Competência	Inicial	Receita <sup>9</sup>	Despesa <sup>10</sup>	Rentabilidade	Final
jan/21	0,00	177.218,37	0,00	0,00	177.218,37
fev/21	177.218,37	177.176,08	0,00	0,00	354.394,44
mar/21	354.394,44	177.197,22	604.110,96	0,00	-72.519,29

**Tabela 5 – Evolução do FGB dos Benefícios de Risco em RCC**

Competência	Inicial	Receita	Despesa	Rentabilidade	Final
jan/21	0,00	591.526,17	0,00	0,00	591.526,17
fev/21	591.526,17	591.385,02	0,00	0,00	1.182.911,18
mar/21	1.182.911,18	591.455,59	604.110,96	0,00	1.170.255,82

Fonte: Brasília Consultoria Atuarial

<sup>7</sup> Contribuição mensal para o benefício de Aposentadoria por Invalidez.

<sup>8</sup> Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, calculada atuarialmente, dos servidores que entraram em benefício de aposentadoria por invalidez.

<sup>9</sup> Contribuição mensal para o benefício de Pensão por morte de ativos.

<sup>10</sup> Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, calculada atuarialmente, dos servidores que entraram em benefício de pensão por morte de ativos.





Em relação aos benefícios estruturados sob o Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura, no período analisado não se observou concessões de aposentadoria por invalidez. No entanto, observa-se a concessão de duas pensões por mortes decorrentes de servidores em atividade, constituindo uma Reserva Matemática de Benefícios Concedidos de R\$604.110,96 (seiscentos e quatro mil, cento e dez reais e noventa e seis centavos).

Assim, os benefícios estruturados em Repartição de Capitais de Cobertura apresentaram um *superávit* de R\$1.170.255,82 (um milhão, cento e setenta mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), composto por *superávit* do benefício de aposentadoria por invalidez em R\$1.242.775,11 (um milhão duzentos e quarenta e dois mil setecentos e setenta e cinco reais e onze centavos) e um *déficit* de R\$72.519,29 (setenta e dois mil quinhentos e dezenove reais e vinte e nove centavos) referente ao benefício de pensão por morte dos servidores ativos.

Ressaltamos que as análises comparativas foram realizadas exclusivamente para o Plano Previdenciário (PPREV), visto que o Plano Financeiro (PFIN) está estruturado no Regime Financeiro de Repartição Simples, não sendo necessária a formação de Reservas Matemáticas e sendo dispensável a realização de comparativos de resultados atuariais.

Com relação aos participantes do Plano Financeiro, mensalmente deverá ser aferido o valor das receitas e despesas do grupo e, conforme o disposto Portaria MF nº 464/2018, o controle, pela unidade gestora do RPPS, deve ser feito de forma segmentada por poder, órgão e entidade, considerando-se os valores das contribuições e das folhas de pagamento dos respectivos beneficiários, cabendo ao ente federativo a responsabilidade pela insuficiência financeira do Plano, independente de previsão em Avaliação Atuarial, dados os riscos atuariais aos quais o RPPS está submetido, em especial o Plano Financeiro.





## 8. GESTÃO DE INVESTIMENTOS.

A Manaus Previdência possui regime de segregação de massa e seus recursos estão divididos em três carteiras de investimentos: o Plano Previdenciário, o Plano Financeiro e o Fundo Administrativo. A soma dessas três carteiras é denominada Carteira Total.

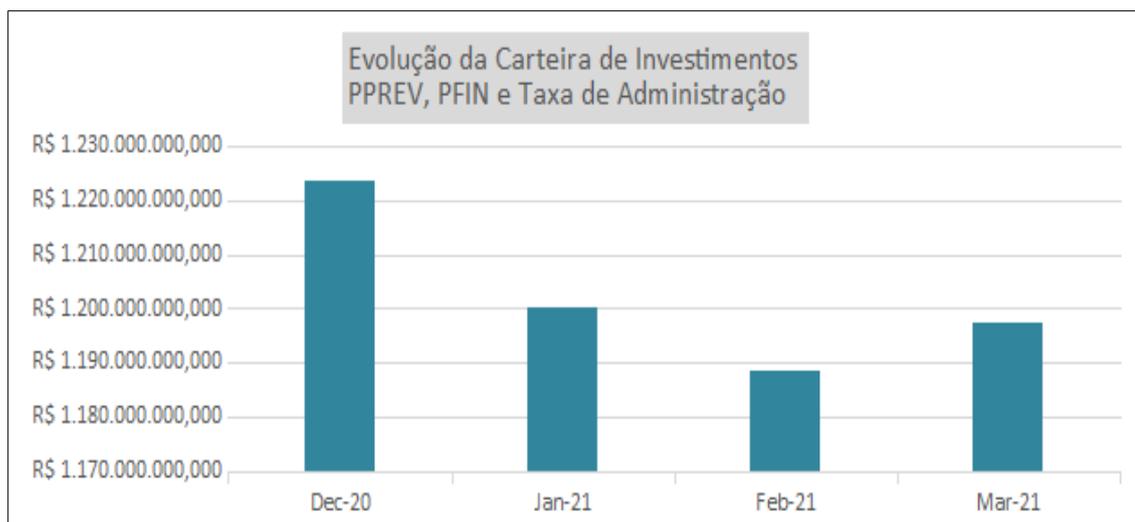
A segregação de massa de segurados de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é uma separação desses segurados em dois grupos distintos, a partir da definição de uma data de corte, sendo um grupo intitulado de Plano Financeiro (servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2009) e o outro de Plano Previdenciário (servidores que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2010). O Fundo Administrativo corresponde aos recursos para manutenção do RPPS.

### 8.1 Descrição detalhada dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entradas e saídas de recursos.

- **Evolução da Carteira de Investimentos Total**

A Carteira de Investimentos da Manaus Previdência iniciou o ano de 2021 com um total de R\$1.223.474.815,39 (um bilhão, duzentos e vinte e três milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil oitocentos e quinze reais e trinta e nove centavos), dos quais, R\$1.188.733.655,10 (um bilhão, cento e oitenta e oito milhões, setecentos e trinta e três mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos) pertencentes ao Plano Previdenciário (PPREV); R\$28.317.064,23 (vinte e oito milhões, trezentos e dezessete mil, sessenta e quatro reais e vinte e três centavos) pertencentes ao Plano Financeiro (PFIN); e R\$6.424.096,06 (seis milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, noventa e seis reais e seis centavos) referentes à Taxa de Administração.





Fonte: Supinv

No fechamento do primeiro trimestre de 2021, a Carteira possuía um total de R\$1.197.458.075,37 (um bilhão, cento e noventa e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setenta e cinco reais e trinta e sete centavos), dos quais, R\$1.179.152.403,76 (um bilhão, cento e setenta e nove milhões, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e três reais e setenta e seis centavos) pertencentes ao Plano Previdenciário; R\$13.412.292,84 (treze milhões, quatrocentos e doze mil duzentos e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos) pertencentes ao Plano Financeiro e R\$4.893.378,77 (quatro milhões, oitocentos e noventa e três mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e sete centavos) referentes à Taxa de Administração.

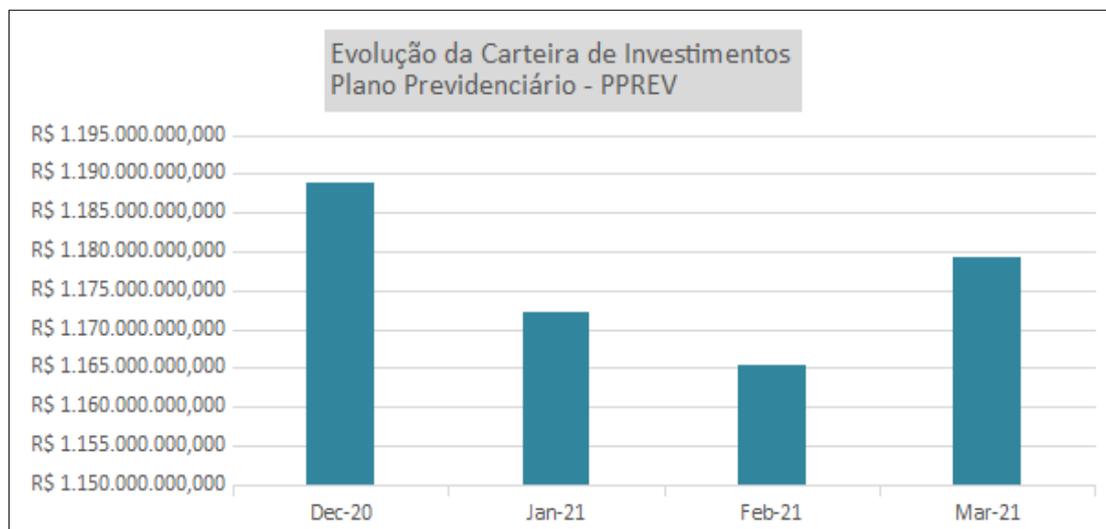
- **Carteira do Plano Previdenciário**

O Plano Previdenciário é um sistema estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios da Manaus Previdência, sendo o seu plano de custeio calculado atuarialmente segundo conceitos do regime financeiro de capitalização.

Com efeito, os recursos provenientes das contribuições previdenciárias de servidores vinculados a esse plano são acumulados e capitalizados para que possam atender às obrigações presentes e futuras. Para tanto, é definida uma meta de rentabilidade anual denominada Meta Atuarial, atualmente estabelecida em 6% a.a.



(seis por cento ao ano) acrescida da inflação do período, que é medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).



Fonte: Supinv

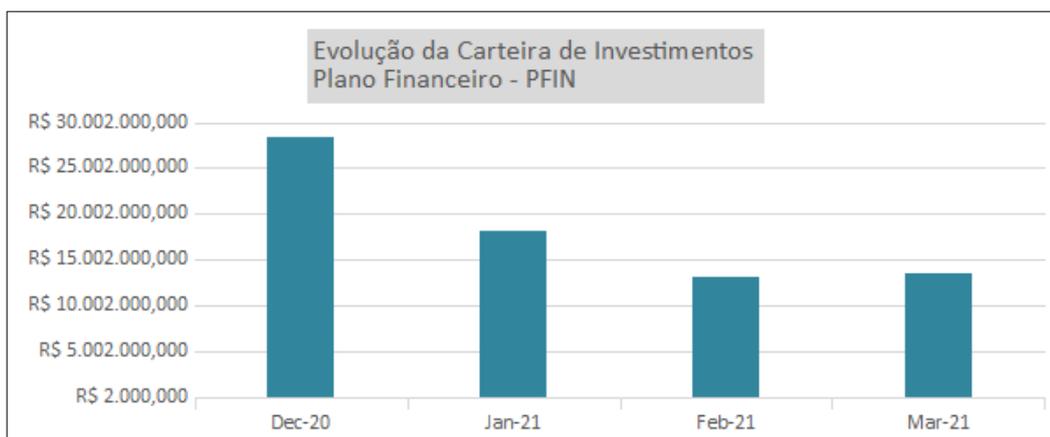
No Plano Previdenciário, a rentabilidade acumulada no 1T/2021 foi de -0,75% (setenta e cinco centésimos por cento negativos). Isso se deve, dentre outros fatores, à elevação nas taxas de juros futuros ocasionada pela elevação do risco fiscal brasileiro, pela expansão da pandemia de Covid-19, que passa por uma segunda e devastadora onda desencadeada, também, pela tímida campanha de vacinação em massa, cujo receio maior é a capacidade de aquisição e produção de vacinas. Essas variáveis contribuíram para a rentabilidade negativa na grande maioria dos ativos de renda fixa durante todo o trimestre. Pelo lado da renda variável, o Ibovespa sofreu desvalorização nos meses de janeiro com -3,32% (três inteiros e trinta e dois centésimos por cento negativos) e fevereiro com -4,37% (quatro inteiros e trinta e sete centésimos por cento negativos), passando ao campo positivo em março, com alta de 6% (seis por cento) no mês.

Pelo lado positivo, os fundos de investimentos classificados no artigo 9º da Resolução CMN 3.922/2010 (fundos de investimentos no exterior) obtiveram excelente rentabilidade no 1T/2021, assim como o fundo multimercado (artigo 8º, III, da Resolução CMN 3.922/2010) que acompanha o índice S&P 500, dado que as bolsas americanas continuam a apresentar uma trajetória de alta.



- **Carteira do Plano Financeiro**

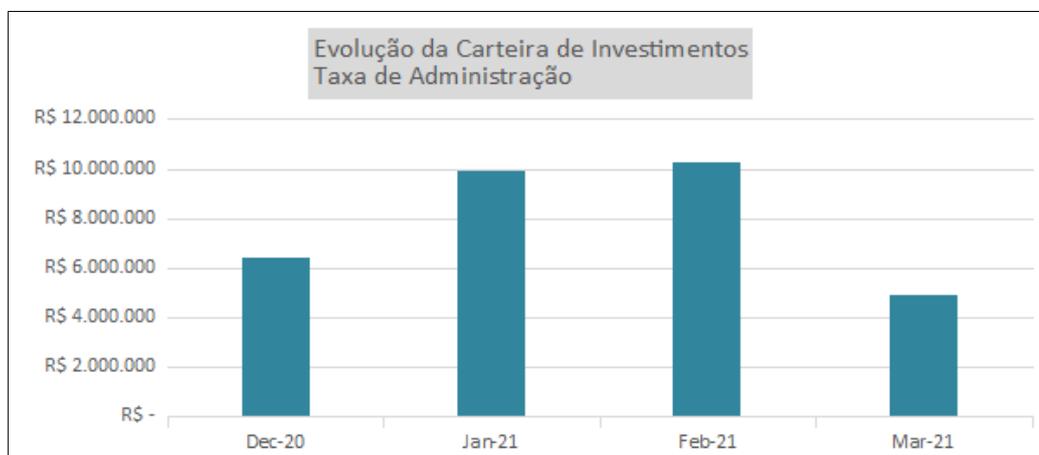
A carteira de investimentos vinculada ao Plano Financeiro possui apenas fundos vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), de baixo risco e liquidez diária. Os recursos oriundos do Plano Financeiro são utilizados para pagamento da folha de aposentados vinculados ao plano, não havendo capitalização.



Fonte: Supinv

- **Carteira do Fundo Administrativo (Taxa de Administração)**

Por tratar-se de recursos que são rotineiramente utilizados para pagamento de despesas ordinárias de manutenção do RPPS, a carteira de investimentos do Fundo Administrativo é composta por ativos de alta liquidez, com horizonte de investimento de curtíssimo prazo e baixa volatilidade. Em virtude dessas premissas e da finalidade dos recursos, não há meta atuarial estabelecida.



Fonte: Supinv



- **Detalhamento dos Ativos: Fundos Problemáticos**

A Manaus Previdência possui em sua carteira de investimentos 13 (treze) fundos de investimentos que estão fechados para resgates por não possuírem recursos em caixa. Na maioria dos casos, os fundos adquiriram títulos de crédito que não foram honrados por seus devedores e coobrigados. A gestão de todos esses fundos foi repassada para novas instituições, que atualmente buscam recuperar os valores investidos por meio, inclusive, de ações judiciais.

Durante os primeiros três meses de 2021 cerca de R\$ 16,4 (dezesesseis milhões e quatrocentos mil) foram recuperados dos FI TOP RF, Vitória Régia e Recuperação Brasil. Importante destacar que as aplicações nesses fundos foram realizadas durante o período da gestão municipal de 2008 a 2012. A partir de 2013, a Manaus Previdência iniciou um trabalho de recuperação dos valores investidos, tendo conseguido o resgate total de três fundos e resgates parciais nos fundos remanescentes. Do total da carteira de investimentos, 4,71% (quatro inteiros e setenta e um centésimo por cento) ou seja, R\$56.361.390,98 (cinquenta e seis milhões, trezentos e sessenta e um mil, trezentos e noventa reais e noventa e oito centavos) estão aplicados em fundos problemáticos. Em 2012, esse percentual era superior a 50% (cinquenta por cento) da Carteira.

ATIVOS	APLICAÇÃO INICIAL	DATA DA 1ª APLICAÇÃO	POSIÇÃO ATUALIZADA	RESGATES	GANHO/ PERDA	SITUAÇÃO
FI VITORIA REGIA	R\$ 10.000.000,00	03/08/12	R\$ 1.164.998,67	R\$ 4.993.300,25	-R\$ 3.841.701,08	Fechado para resgate
DIFERENCIAL FI RF LP	R\$ 28.000.000,00	21/12/10	R\$ 1.636.048,90	R\$ 24.503.776,42	-R\$ 1.860.174,68	Fechado para resgate
BBIF MASTER FIDC LP	R\$ 25.500.000,00	03/11/10	R\$ 4.530.503,22	R\$ -	-R\$ 20.969.496,78	Fechado para resgate
ATICO FIDC IMOBILIARIOS	R\$ 3.500.000,00	13/05/11	R\$ 2.249.396,69	R\$ 2.036.289,80	R\$ 785.686,49	Fechado para resgate
BVA MASTER FIDC	R\$ 15.000.000,00	28/04/10	R\$ 171.440,02	R\$ 16.886.600,40	R\$ 2.058.040,42	Fechado para resgate
BVA MASTER II FIDC	R\$ 9.999.963,06	06/08/10	R\$ 34.533,57	R\$ 10.895.628,56	R\$ 930.199,07	Fechado para resgate
FIDC MULTIS. ITÁLIA	R\$ 7.500.000,00	11/06/12	R\$ 1.494.005,68	R\$ 6.070.382,76	R\$ 64.388,44	Fechado para resgate
SECURITY FI REF. DI LP	R\$ 5.000.000,00	02/09/09	R\$ 725.011,87	R\$ 3.167.634,60	-R\$ 1.107.353,53	Fechado para resgate
PIATÃ FI RF RPPS CP LP	R\$ 43.337.555,64	19/11/08	R\$ 27.369.700,90	R\$ 29.440.414,75	R\$ 13.472.560,01	Fechado para resgate
ECOHEDGE MULTIM.	R\$ 23.698.637,66	31/08/12	-R\$ 547.008,23	R\$ -	-R\$ 24.245.645,89	Fechado para resgate
ÁTICO GER ENER FIP	R\$ 2.500.000,00	13/05/11	R\$ 107.664,10	R\$ -	-R\$ 2.392.335,90	Fechado para resgate
PATRIARCA FIP	R\$ 19.999.999,99	02/09/10	R\$ -	R\$ 4.129.769,98	-R\$ 15.870.230,01	Liquidado
FII BR HOTÉIS	R\$ 20.000.000,00	26/09/12	R\$ 16.541.066,61	R\$ 216.697,75	-R\$ 3.242.235,64	Sem liquidez
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 221.536.156,35</b>		<b>R\$ 56.361.390,98</b>	<b>R\$ 106.467.537,11</b>	<b>-R\$ 58.707.228,26</b>	

Fonte: Supinv





## • Carteira Completa:

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	%	MARÇO	Gestor	Administrador
FI RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS - Art 7º, I, a	4,32%	R\$ 51.736.886,99		
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	0,14%	R\$ 1.696.792,27	Tesouro Nacional	Tesouro Nacional
NTN-F - 01.07.2027	1,14%	R\$ 13.609.802,52	Tesouro Nacional	Tesouro Nacional
NTN-B - 15.05.2045	3,04%	R\$ 36.430.292,20	Tesouro Nacional	Tesouro Nacional
FI RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS - Art 7º, I, b	23,73%	R\$ 284.182.223,77		
BB IPCA VII	0,29%	R\$ 3.487.114,70	Banco do Brasil	Banco do Brasil
BB ALOCAÇÃO ATIVA FICFI	1,32%	R\$ 15.749.977,94	Banco do Brasil	Banco do Brasil
CAIXA BRASIL IMA B	9,17%	R\$ 109.860.965,55	Caixa	Caixa
CAIXA BRASIL 2030 III TP RF	4,04%	R\$ 48.388.380,00	Caixa	Caixa
SAFRA IMA INSTITUCIONAL	2,01%	R\$ 24.108.064,27	BANCO J SAFRA	SAFRA ADM
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	4,65%	R\$ 55.714.768,36	Caixa	Caixa
SUL AMÉRICA INFLATIE	2,24%	R\$ 26.872.952,95	SUL AMÉRICA	BEM DTVM
FI RENDA FIXA - Art 7º, IV, a	18,28%	R\$ 218.940.502,98		
BB RPPS FLUXO - ADM PREV	0,00%	R\$ 47.888,27	Banco do Brasil	Banco do Brasil
BB RPPS FLUXO - ADIANTAMENTO ADM PREV	0,00%	R\$ 2.258,49	Banco do Brasil	Banco do Brasil
BB RPPS FLUXO - ADM FIN	0,00%	R\$ 4.621,06	Banco do Brasil	Banco do Brasil
BB RPPS FLUXO - FFIN	0,62%	R\$ 7.467.754,22	Banco do Brasil	Banco do Brasil
BB RPPS FLUXO - FFREV	0,61%	R\$ 7.286.412,96	Banco do Brasil	Banco do Brasil
BB PERFIL - ADM PREV	0,05%	R\$ 583.754,60	Banco do Brasil	Banco do Brasil
BB PERFIL - ADM FIN	0,26%	R\$ 3.170.538,44	Banco do Brasil	Banco do Brasil
BB PERFIL - FFIN	0,50%	R\$ 5.944.538,62	Banco do Brasil	Banco do Brasil
BB PERFIL - FPREV	0,03%	R\$ 356.876,18	Banco do Brasil	Banco do Brasil
BRADESCO DI PREMIUM - ADM PREV	0,09%	R\$ 1.084.317,91	BRADESCO	BRADESCO
BRADESCO FICFI RF ALOCAÇÃO DINÂMICA	1,48%	R\$ 17.674.717,17	BRAM	BRADESCO
ITAÚ ALOC DINÂMICA	10,67%	R\$ 127.815.679,71	ITAÚ UNIBANCO	ITAÚ UNIBANCO
SANTANDER RENDA FIXA ATIVO	3,66%	R\$ 43.816.068,41	SANTANDER	SANTANDER
TOP FI RF (ADINVEST TOP)	0,07%	R\$ 884.028,98	BRASIL PLURAL	BNY MELLON
BRASIL RF LP (DIFERENCIAL)	0,14%	R\$ 1.636.048,89	BRZ Investimentos	INTRADER
FI VITORIA RÉGIA	0,10%	R\$ 1.164.998,67	BRASIL PLURAL	BNY MELLON
FIDCs - Art 7º, VII, a	0,71%	R\$ 8.479.879,18		
BBIF MASTER FIDC LP	0,38%	R\$ 4.530.503,22	BRASIL PLURAL	SANTANDER
ÁTICO FIDC IMOBILIÁRIOS	0,19%	R\$ 2.249.396,69	ÁTICO	RJI
BVA MASTER FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR	0,01%	R\$ 171.440,02	BRASIL PLURAL	GENIAL
BVA MASTER II FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR	0,00%	R\$ 34.533,57	BRASIL PLURAL	GENIAL
FIDC MULTISSETORIAL ITALIA	0,12%	R\$ 1.494.005,68	VILA RICA	BRL DTVM
FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO - Art 7º, VII, b	5,50%	R\$ 65.846.994,64		
BB IPCA III CP	1,26%	R\$ 15.136.181,55	Banco do Brasil	Banco do Brasil
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CRÉDITO PRIVADO LP	1,89%	R\$ 22.616.100,35	ICATU	BEM DTVM
SECURITY FI REFERENCIADO DI LP	0,06%	R\$ 725.011,87	SECURITY	BNY MELLON
PIATÁ FI RENDA FIXA	2,29%	R\$ 27.369.700,87	BRASIL PLURAL	INTRADER
FI DE RENDA VARIÁVEL - Art 8º, II, a	27,15%	R\$ 325.067.787,60		
CAIXA AÇÕES VALOR RPPS	7,93%	R\$ 94.904.311,22	Vinci	Caixa
BB AÇÕES QUANTITATIVO	2,46%	R\$ 29.464.810,46	Banco do Brasil	Banco do Brasil
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS	2,15%	R\$ 25.787.339,24	ICATU	BEM DTVM
XP INVESTOR FI AÇÕES	3,64%	R\$ 43.598.125,17	XP	SANTANDER
XP INVESTOR 30 FICFI AÇÕES	1,48%	R\$ 17.779.860,87	XP	SANTANDER
SULAMERICA EQUITIES FIA	5,21%	R\$ 62.405.227,45	SUL AMÉRICA	BEM DTVM
META VALOR FIA	0,52%	R\$ 6.180.925,50	META ASSET	Banco Daycoval
ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FICFI	3,75%	R\$ 44.947.187,69	ITAÚ UNIBANCO	ITAÚ UNIBANCO
FI DE RENDA VARIÁVEL - Art 8º, III	5,99%	R\$ 71.670.009,24		
ECO HEDGE MULTIMERCADO	-0,05%	-R\$ 547.008,23	BRASIL PLURAL	RJI
SAFRA S&P REALIS FIM	3,46%	R\$ 41.380.703,42	BANCO J SAFRA	SAFRA ADM
CAIXA RV 30 FIM	2,58%	R\$ 30.836.314,05	Caixa	Caixa
FI DE RENDA VARIÁVEL - Art 8º, IV, a	2,92%	R\$ 34.918.627,93		
GERAÇÃO DE ENERGIA FIP	0,01%	R\$ 107.664,10	BRASIL PLURAL	BNY MELLON
BTG - INFRAESTRUTURA II	0,70%	R\$ 8.351.044,66	BTG PACTUAL	SANTANDER
BTG - ECONOMIA REAL FIP	0,42%	R\$ 5.084.364,82	BTG PACTUAL	BTG PACTUAL
BTG PACTUAL - INFRAESTRUTURA DIVIDENDOS - FIP	1,00%	R\$ 11.993.768,46	BTG PACTUAL	BTG PACTUAL
CAIXA FIP LOGÍSTICA	0,00%	R\$ 758,75	Caixa	Caixa
VINCI CAPITAL PARTNERS III	0,23%	R\$ 2.735.189,60	Vinci	BEM DTVM
KINEA PRIVATE EQUITY IV FIP	0,55%	R\$ 6.645.837,54	KINEA	LIONS TRUST
FI DE RENDA VARIÁVEL - Art 8º, IV, b	1,38%	R\$ 16.541.066,61		
BR HOTÉIS FII	1,38%	R\$ 16.541.066,61	GRAPHEN	ELITE
FI DE RENDA VARIÁVEL - Art 9º, II	6,44%	R\$ 77.114.902,67		
MS GLOBAL OPPORTUNITIES IE	4,87%	R\$ 58.324.826,95	XP VISTA ASSET	BNP PARIBAS
LEGG MASON MARTIN CURRIE GLOBAL IE	1,57%	R\$ 18.790.075,72	WESTERN ASSET	BNP PARIBAS
FI DE RENDA VARIÁVEL - Art 9º, III	3,59%	R\$ 42.959.194,16		
WESTERN ASSET BDR NÍVEL I	3,59%	R\$ 42.959.194,16	WESTERN ASSET	BNP PARIBAS
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 1.197.458.075,37</b>		

Fonte: Supinv



- **Fluxo de Caixa do Plano Previdenciário**

A partir da implantação da nova segregação de massa, ocorrida em dezembro de 2016, o Plano Previdenciário passou a ter despesas mensais maiores que as respectivas receitas e, a partir de julho de 2019, voltou a ter sobras mensais. Porém, devido à suspensão dos repasses das contribuições patronais ocasionada pela pandemia, o quadro se inverteu e o fundo ficou temporariamente deficitário, contudo, após o ente voltar a repassar a devida contribuição patronal, o plano se encontra superavitário.

**Fluxo de Caixa do Plano Previdenciário – janeiro a março de 2021.**

(R\$ X 1,00)

PLANO PREVIDENCIÁRIO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
<b>LOA</b>	6.885.833	6.885.833	6.885.833
<b>ARRECAÇÃO</b>	3.352.794	8.466.590	6.893.108
<b>SUPERÁVIT</b>	4.533.502	-	-
<b>EMPENHO PESSOAL</b>	5.303.613	5.226.921	5.210.054
<b>EMPENHO CUSTEIO</b>	229.607	480.240	482.697
<b>SALDO ORÇAMENTÁRIO</b>	2.353.076	2.759.429	1.200.357

Fonte: Supinv

- **Fluxo de Caixa do Plano Financeiro**

O Plano Financeiro não possui regime de capitalização. Os recursos acumulados nos anos anteriores são utilizados mensalmente para pagamento da folha de aposentados, complementando as receitas correntes que são insuficientes.

**Fluxo de Caixa do Plano Financeiro – janeiro a março de 2021.**

(R\$ X 1,00)

PLANO FINANCEIRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
<b>LOA</b>	20.373.750	20.373.750	20.373.750
<b>ARRECAÇÃO</b>	11.506.457	17.805.339	23.727.860
<b>SUPERÁVIT</b>	15.000.000	9.735.240	-
<b>APORTE TESOUREO</b>	-	-	-
<b>EMPENHO PESSOAL</b>	22.245.451	22.049.408	22.219.370
<b>EMPENHO CUSTEIO</b>	738.799	1.175.443	1.175.640
<b>SALDO ORÇAMENTÁRIO</b>	3.522.207	4.315.728	332.850

Fonte: Supinv



- **Fluxo de Caixa do Fundo Administrativo (Taxa de Administração)**

O Fundo Administrativo, composto principalmente pelos recursos oriundos da Taxa de Administração do RPPS, é utilizado para pagamento das despesas correntes e de capital, necessárias à manutenção da Manaus Previdência.

**Fluxo de Caixa do Fundo Administrativo (Taxa de Administração) – janeiro a março de 2021.**

(R\$ X 1,00)

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
LOA	1.766.167	1.766.167	1.766.167
ARRECAÇÃO	4.912.516	870.272	1.683.006
SUPERAVIT	-	-	5.904.483
EMPENHO	2.345.001	782.864	6.762.368
LIQUIDAÇÃO	841.653	923.219	7.074.484
SALDO ORÇAMENTÁRIO	2.567.514	87.409	825.120

Fonte: Supinv





## 9. LIMITES DE ALÇADA.

Entende-se por alçada o limite das competências e das atribuições para realização de atos administrativos decisórios.

O Decreto nº 4.846 de 18 de junho de 2020 – Regimento Interno da Manaus Previdência – dispõe, em seu capítulo VII, acerca dos limites de alçada da Manaus Previdência, para uma maior explanação a respeito, abaixo transcrevemos o capítulo e seus respectivos artigos:

### CAPÍTULO VII

#### DOS LIMITES DE ALÇADA

**Art. 42.** O Diretor-Presidente praticará, conjuntamente com o Diretor de Administração e Finanças, os atos relativos às atividades administrativas que envolvam contratações e dispêndios de recursos com valores inferiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

**Art. 43.** Os atos relativos às atividades administrativas que envolvam contratações e dispêndios de recursos em valor superior ao definido no art. 42 deste Decreto, ficam condicionados à autorização do CMP.

**§ 1º** O Diretor-Presidente encaminhará ao CMP as solicitações de autorização que trata o *caput* deste artigo, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

**§ 2º** As solicitações referidas no § 1º deste artigo deverão conter nota técnica com as seguintes informações:

I – descrição do objeto da contratação e a justificativa da despesa, com informações acerca da adequação da contratação ao Planejamento Estratégico da MANAUSPREV, quando couber;

II – estimativa do valor total da despesa pretendida, especificando, quando for o caso, a previsão de dispêndio para cada exercício financeiro de vigência do contrato; e

III – previsão de recursos orçamentários.

**§ 3º** A respectiva autorização deverá ser juntada ao processo de contratação ou prorrogação antes da efetiva assinatura do contrato ou termo aditivo, conforme o caso.

**§ 4º** Nas contratações decorrentes da utilização de Ata de Registro de Preços, independentemente de tratar-se de ata elaborada pela própria unidade gestora ou à qual tenha aderido, cada contrato deverá, isoladamente, ser precedido da autorização referida no *caput* deste artigo.

**§ 5º** A autorização de que trata este artigo constitui ato de governança das contratações, estritamente relacionado a uma avaliação sobre a conveniência da despesa pública, não envolvendo a análise técnica e jurídica do procedimento, que são de responsabilidade dos ordenadores de despesa e das unidades jurídicas respectivas, de acordo com suas competências legais, e não implicam em ratificação ou validação dos atos que compõem o processo de contratação.



§ 6º A autorização de que trata este artigo não se aplica às transações afetas à área de investimentos.

**Art. 44.** As decisões do COMINV relativas à aprovação de alocações de recursos e desinvestimentos de valores superiores a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) deverão ser previamente autorizadas pelo CMP.

§ 1º Para fins de apuração do limite indicado no caput deste artigo, considerar-se-á individualmente cada aplicação ou resgate.

§ 2º Em caso de relevante necessidade ou urgência, a autorização prevista no § 1º poderá ser *ad referendum*, devendo constar nos autos expressa e fundamentada justificativa.

### Parecer do Conselho Diretor – CODIR:



#### 3. PARECER

Considerando que os limites de alçada da Manaus Previdência foram estabelecidos por meio do Decreto nº 4.846, de 18 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial do Município de Manaus, edição 4863, de 18 de junho de 2020;

Considerando que a gestão da Manaus Previdência segue cumprindo todas as etapas do processo; e

Considerando que os limites de alçada possibilitam o compartilhamento de responsabilidades entre seus dirigentes;

Registra-se que no ano de 2020 nenhuma decisão desse porte foi tomada no âmbito da Manaus Previdência.

Manaus (AM), 12 de fevereiro de 2021.

**DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON**  
Diretora-Presidente

**LYVIA BELÉM MARTINS GUIMARÃES**  
Diretora de Administração e Finanças

**ANA SILVIA DOS SANTOS DOMINGUES**  
Diretora de Previdência

Fonte: Cgab

Assim, fica registrado que, conforme o parecer acima, não houve, no primeiro trimestre de 2021, decisões da Manaus Previdência, relacionadas aos limites de alçada.



## 10. PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS.

No que pertine às reuniões ordinárias e extraordinárias dos Órgãos Colegiados da Manaus Previdência – Conselho Diretor (CODIR), Conselho Fiscal (COFIS), Conselho Municipal de Previdência (CMP) e COMINV (Comitê de Investimentos) –, o assessoramento é feito por meio da elaboração dos atos convocatórios, minutas e padronização das atas, expedição de expedientes de comunicação para setores, entre outros.

É de rigor salientar que a periodicidade das reuniões dos referidos órgãos colegiados foi recentemente alterada pela Lei nº 2.419, de 29 de março de 2019, por meio da qual foram estabelecidos o fluxo ordinário mensal e o extraordinário, a qualquer tempo, quando necessário.

### 10.1. Reuniões e principais decisões do Conselho Deliberativo.

No primeiro trimestre de 2021, o Conselho Municipal de Previdência (CMP), do qual são membros Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon (Presidente), Marcelo Magaldi Alves, Vanessa Cardoso Carneiro, Maria Edna Araújo, Rossicleide Brandão da Fonseca, Altina Magalhães de Souza e Walber Moraes dos Reis, reuniu-se em 03 (três) reuniões ordinárias e 04 (quatro) reuniões extraordinárias, deliberando sobre os seguintes assuntos:

#### Quadro de Reuniões – CMP:

DATA DA REUNIÃO	CLASSIFICAÇÃO	RESUMO DE DECISÕES
12/01/2021	1ª Ordinária	- Aprova Indicadores de Desempenho do mês de novembro de 2020; - Aprova Balancete do mês de novembro de 2020; - Aprova Relatório de Controle Interno do mês de novembro de 2020; e - Aprova Relatório Mensal de Investimentos de novembro de 2020.
29/01/2021	1ª Extraordinária	- Aprova Disposição de servidor ao Estado do Amazonas.
03/02/2021	2ª Extraordinária	- Aprova Minuta que altera a Lei nº 870/2005.





09/02/2021	2ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprova Indicadores de Desempenho do mês de dezembro de 2020;</li> <li>- Aprova Balancete do mês de dezembro de 2020;</li> <li>- Aprova Relatório de Controle Interno do mês de dezembro de 2020;</li> <li>- Aprova Programa Anual de Auditoria 2021;</li> <li>- Aprova Relatórios Mensais de Investimentos de novembro e dezembro de 2020;</li> <li>- Aprova Pedido de cessão de servidor à Justiça Federal; e</li> <li>- Toma ciência quanto à implantação do Novo COMPREV.</li> </ul>
25/02/2021	3ª Extraordinária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprova Complementação de informações ao PL que altera a Lei nº 870/2005.</li> </ul>
26/02/2021	4ª Extraordinária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprova Prestação de Contas 2020;</li> <li>- Aprova Relatório CODIR de Limites de Alçada;</li> <li>- Aprova Relatório de Governança do ano de 2020;</li> <li>- Nega provimento ao Recurso Administrativo interposto em face de decisão que indeferiu pedido de pensão de filho maior inválido; e</li> <li>- Aprova proposta de venda do imóvel localizado na Rua Luiz Antony.</li> </ul>
11/03/2021	3ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprova Indicadores de Desempenho do mês de janeiro de 2021;</li> <li>- Aprova Balancete do mês de janeiro de 2021;</li> <li>- Aprova Relatório de Avaliação Atuarial de 2021;</li> <li>- Aprova Relatório Mensal de Investimentos de janeiro de 2021;</li> <li>- Aprova Resultado Pesquisa de Satisfação referente ao 2º Semestre de 2020;</li> <li>- Aprova Substituição de membros do COMINV;</li> <li>- Autoriza Abertura de <i>superavit</i> da sobra da Taxa Adm. de 2020;</li> <li>- Toma ciência acerca da relotação de servidores da AUDIN.</li> </ul>

Fonte: Cgab



## 10.2. Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal.

No primeiro trimestre de 2021, o Conselho Fiscal (COFIS), do qual são membros titulares Suani dos Santos Braga (Presidente), Rosiane da Silva Brito, Mariolinda Correa Garcia dos Santos, Antônio da Silva Breves e Eli Camilo Custódio, reuniu-se em 03 (três) reuniões ordinárias e 02 (duas) reuniões extraordinárias, deliberando sobre os seguintes assuntos:

### Quadro de Reuniões – COFIS:

DATA DA REUNIÃO	CLASSIFICAÇÃO	RESUMO DE DECISÕES
07/01/2021	1ª Ordinária	- Aprova Balancete de novembro de 2020; e - Aprova Plano de Trabalho para 2021.
02/02/2021	2ª Ordinária	- Aprova Balancete de dezembro de 2020; - Aprova Relatórios Mensais de Investimentos de novembro e dezembro de 2020; e - Aprova Política de Investimentos para 2021.
25/02/2021	1ª Extraordinária	- Aprova Prestação de Contas de 2020; - Aprova Relatório de Governança referente ao ano de 2020; e - Submete à deliberação do CMP a sugestão de venda do imóvel localizado na Rua Luiz Antony.
09/03/2021	3ª Ordinária	- Aprova balancete de janeiro de 2021; - Aprova Relatório de Investimentos de janeiro de 2021; e - Aprova a substituição de membro representante do COFIS perante o Comitê de Investimentos.
10/03/2021	2ª Extraordinária	- Aprovam pedido de abertura total do <i>superavit</i> financeiro de 2020 da Taxa de Administração com a finalidade única e exclusiva de pagamento de benefícios do Plano Financeiro (PFIN).

Fonte: Cgab



### 10.3. Reuniões e principais decisões do Comitê de Investimentos.

As decisões do Comitê de Investimentos (COMINV) são baseadas em dados e indicadores financeiros, sendo debatidas a partir do cenário econômico atual e prospectivo. Assim, são tomadas em consonância com as diretrizes estipuladas pelo Conselho Municipal de Previdência, por meio da Política de Investimentos, assim como as premissas estipuladas na Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo próprio Comitê.

No primeiro trimestre de 2021 foram realizadas 6 (seis) reuniões ordinárias. Não houve a necessidade de realização de reuniões extraordinárias no período e os principais temas tratados foram:

- Análise e aprovação do Relatório Mensal de Investimentos;
- Deliberação sobre realocação de recursos;
- Acompanhamento do Cenário Econômico; e
- Acompanhamento dos fundos problemáticos.

#### 10.3.1. Decisões Relativas a Aplicações.

DATA	VALOR	FUNDO
05/01/2021	R\$ 643.000,00	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA
18/01/2021	R\$ 10.000.000,00	BB AÇÕES QUANTITATIVO
27/01/2021	R\$ 265.000,00	VINCI CAPITAL PARTNERS III
02/02/2021	R\$ 150.000,00	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA
09/02/2021	R\$ 447.000,00	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA
22/02/2021	R\$ 1.149.700,00	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA
01/03/2021	R\$ 12.000.000,00	SAFRA S&P REAIS FIM
16/03/2021	R\$ 7.000.000,00	SAFRA S&P REAIS FIM

Fonte: Supinv

#### 10.3.2. Decisões Relativas a Resgates.

DATA	VALOR	FUNDO
18/01/2021	R\$ 10.000.000,00	FUNDO
27/01/2021	R\$ 265.000,00	BB RPPS PERFIL
10/02/2021	R\$ 4.993.300,25	FI VITORIA RÉGIA
10/02/2021	R\$ 4.127.041,84	TOP FI RF
01/03/2021	R\$ 7.336.616,28	BRASIL RF LP (DIFERENCIAL)
01/03/2021	R\$ 12.000.000,00	BB RPPS PERFIL

Fonte: Supinv



#### 10.4. Reuniões e principais decisões do Conselho Diretor.

No primeiro trimestre de 2021, o Conselho Diretor (CODIR), do qual são membros, Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon (Diretora-Presidente), Lyvia Belém Martins Guimarães (Diretora de Administração e Finanças) e Ana Sílvia dos Santos Domingues (Diretora de Previdência), reuniu-se em 03 (três) reuniões ordinárias e 07 (sete) reuniões extraordinárias, deliberando sobre os seguintes assuntos:

#### Quadro de Reuniões – CODIR

DATA DA REUNIÃO	CLASSIFICAÇÃO	RESUMO DE DECISÕES
26/01/2021	1ª Ordinária	- Aprova Indicadores de Desempenho do mês de dezembro de 2020.
05/02/2021	2ª Ordinária	- Determina a revisão do Relatório de Pesquisa de Satisfação referente ao segundo semestre de 2020; - Aprova Agenda da Qualidade para 2021; e - Autoriza a PROJUR a Impugnar a Execução por inconsistência no pedido dos autores.
15/02/2021	1ª Extraordinária	- Determina a continuação das providências referentes ao Plano de Retorno às Atividades Presenciais.
23/02/2021	2ª Extraordinária	- Aprova Relatório de Governança referente ao Quarto trimestre de 2020 (Anual); e - Aprova Relatório de Pesquisa de Satisfação após revisão.
24/02/2021	3ª Extraordinária	- Autoriza a PROJUR a não interpor Recursos Extraordinário e Especial por se tratar de matéria já definida em repercussão geral.
25/02/2021	4ª Extraordinária	- Aprova Indicadores de Desempenho do mês de janeiro de 2021.
02/03/2021	3ª Ordinária	- Toma ciência e ratifica indicação de novos membros para composição do Comitê de Investimentos no biênio 01-04-21 a 01-04-23.
08/03/2021	5ª Extraordinária	- Delibera sobre relocação de servidores.
24/03/2021	6ª Extraordinária	- Aprova Relatório de Atividades PROJUR do ano de 2020; e - Delibera sobre Parecer PROJUR a respeito do ajuizamento de ação judicial para antecipação de produção de provas.
26/03/2021	7ª Extraordinária	- Aprova Indicadores de Desempenho do mês de fevereiro de 2021.

Fonte: Cgab



## 11. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS.

### 11.1. Gestão de Pessoal.

– **Quantitativo de servidores ativos da autarquia:** O quadro de pessoal da Manaus Previdência é formado por servidores efetivos, cargos comissionados e estagiários, nos quantitativos conforme a tabela abaixo:

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES												EM: 31/03/2021
TIPO DE CARGOS	MÊS											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CARGOS COMISSONADOS COM VÍNCULO ESTATUTÁRIO COM A PMM	13	13	13									
CARGOS COMISSONADOS SEM VÍNCULO	19	19	19									
CLT	0	0	0									
ESTATUTÁRIOS	51	51	49									
ESTATUTÁRIO AGUARDANDO PROCESSO DE EXONERAÇÃO A PEDIDO	0	0	0									
ESTATUTÁRIOS CEDIDOS OU DISPOSIIONADOS A OUTROS ÓRGÃOS	2	2	4									
ESTATUTÁRIOS DE OUTROS ÓRGÃOS CEDIDOS OU DISPOSIIONADOS	0	0	0									
ESTATUTÁRIOS EM SITUAÇÃO DE LICENÇA PARA INTERESSE PARTICULAR	0	0	0									
REGIME DE DIREITO ADMINISTRATIVO – RDA	0	0	0									
ESTAGIÁRIOS	14	16	17									
<b>TOTAL/MÊS</b>	<b>99</b>	<b>101</b>	<b>102</b>	<b>0</b>								

Fonte: Sgep

– **Concurso e Posse:** A Manaus Previdência realizou concurso público para os cargos de Técnico e Analista Previdenciário (Edital 01/2015) e Procurador Autárquico (Edital 02/2015) em 2015, sendo homologado em setembro de 2015 e com validade até setembro de 2019.

Com a expiração do concurso, houve a constituição da Comissão Especial de Concurso Público da Manaus Previdência, por meio da publicação da Portaria nº 394/2019 – GP/MANAUS PREVIDÊNCIA, visando à realização de estudos e levantamentos necessários para subsidiar a contratação de empresa organizadora para a realização de um novo certame.

– **Diárias:** Desde a concepção do regime *home office*, houve a suspensão de viagens oficiais, por meio do Decreto nº 4798, de 13 de março de 2020, Decreto nº 4812, de 23 de abril de 2020 e Decreto nº 4836, de 29 de maio de 2020. As viagens poderão ocorrer em casos específicos onde não seja possível a participação do servidor em evento remoto. Assim, no período de janeiro a março de 2021 não houve concessão de diárias.



– **Treinamento e Capacitação:** Em relação à Capacitação de Pessoal, a Manaus Previdência possui parceria com a Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional (ESPI), a qual oferece diversos tipos de treinamento aos servidores municipais, de acordo com a demanda emitida por Órgão/Entidade da Prefeitura Municipal de Manaus.

A meta anual de treinamento de servidores na Manaus Previdência é de 80% (oitenta por cento) dos servidores capacitados com pelo menos 20 (vinte) horas.

No primeiro trimestre de 2021, os servidores da Manaus Previdência participaram de 10 (dez) cursos/treinamentos, o que equivale à 188 (cento e oitenta e oito) horas e 6,2% (seis inteiros e dois centésimos por cento) dos servidores qualificados com pelo menos 20 (vinte) horas.

Dentre as capacitações realizadas, podemos destacar:

#### Treinamentos e capacitações – janeiro a março de 2021.

CAPACITAÇÃO SERVIDORES		31/03/21
NOME DO CURSO	MÊS	CARGA HORÁRIA
PRO-GESTÃO RPPS	JAN	30
A LIDERANÇA PÚBLICA EM TEMPOS DE CRISE	JAN	10
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS APLICADA AO CONTEXTO DAS OUVIDORIAS	FEV	20
NOÇÕES BÁSICAS EM PREVIDÊNCIAS COMPLEMENTAR	MAR	25
FORMAÇÃO INICIAL DE CONSELHEIROS	MAR	8

Fonte: Sgep

– **Folha de Pagamento:** Abaixo, as tabelas contendo os valores das folhas de pagamento e encargos referentes ao primeiro trimestre:

#### Demonstrativo de Evolução da Folha de Pagamento – janeiro a março de 2021.

DEMONSTRATIVO DE EVOLUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO							31/03/21
MÊS	QUANTITATIVO SERVIDORES	VENCIMENTOS	INSS (PATRONAL)	MANAUSPREV (PATRONAL)	PIS	FGTS	TOTAL/MÊS
JAN	80	R\$ 733.459,36	R\$ 25.813,20	R\$ 61.737,10	R\$ 6.092,95	R\$ 0,00	R\$ 827.102,61
FEV	81	R\$ 652.623,06	R\$ 23.345,07	R\$ 61.468,62	R\$ 6.118,31	R\$ 0,00	R\$ 743.555,06
MAR	81	R\$ 664.740,91	R\$ 24.190,58	R\$ 61.212,67	R\$ 6.106,57	R\$ 0,00	R\$ 756.250,73
<b>TOTAL POR TIPO</b>		<b>R\$ 2.050.823,33</b>	<b>R\$ 73.348,85</b>	<b>R\$ 184.418,39</b>	<b>R\$ 18.317,83</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 2.326.908,40</b>

Fonte: Sgep





## 11.2. Gestão Orçamentária e Financeira.

### 11.2.1. Planejamento Orçamentário.

O Orçamento Público é o instrumento legal (aprovado por lei) utilizado para organizar os recursos financeiros. Nele, está contida a discriminação da receita (fonte dos recursos) e da despesa (aplicações dos recursos) de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo. Basicamente é o que se planeja receber (arrecadar) de recursos financeiros e a previsão de gastos, destinados às diversas áreas de atuação (programas de trabalho).

O Planejamento Orçamentário da Manaus Previdência para o exercício de 2021 foi aprovado pela Lei nº 2.723, de 30/12/2020, publicada no Diário Oficial do Município – DOM nº 4997, de 30/12/2020, no qual foram estimadas as receitas totais em R\$348.309.000,00 (trezentos e quarenta e oito milhões e trezentos e nove mil reais) e fixadas as despesas em igual valor em observância ao princípio do equilíbrio orçamentário.

- **Receitas**

Conforme norma ditada pela Lei Federal nº 4.320/64, a receita deve ser estimada antes do início do exercício e utilizada de acordo com as diretrizes institucionais. A estimativa de receita objetiva determinar antecipadamente o volume de recursos a ser arrecadado em um dado exercício financeiro, possibilitando uma programação orçamentária equilibrada. A apuração financeira dos recursos da Manaus Previdência é, em grande parte, baseada na contribuição pecuniária dos servidores ativos, em casos específicos dos aposentados e pensionistas e de outras fontes de receita estabelecidas no artigo 13 da lei municipal nº 870/2005.

Os contribuintes são divididos por meio de características legalmente estabelecidas quando da criação ou reformulação de regras que regem os regimes de previdência. Sendo assim, a receita é vinculada à fonte da qual são originários, no caso em questão, os Planos Previdenciário e Financeiro. Do montante equivalente às arrecadações destinadas a esses planos, retira-se o valor correspondente à alíquota legal preestabelecida para a formação da Taxa de Administração.



As tabelas abaixo demonstram os valores anuais projetados em contraste com o que foi efetivamente arrecadado, por fonte de recurso, no período de janeiro a março de 2021:

PLANO PREVIDENCIÁRIO					
FONTE	PREVISÃO – LOA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
260 - Plano Previdenciário	75.430.000	2.715.960	6.845.970	6.884.509	16.446.438
294 – Rendimentos	7.200.000	636.835	1.620.621	8.599	2.266.055
<b>TOTAL</b>	<b>82.630.000</b>	<b>3.352.794</b>	<b>8.466.590</b>	<b>6.893.108</b>	<b>18.712.493</b>

Fonte: Afim/Splan

A arrecadação total do Plano Previdenciário, no primeiro trimestre, foi de R\$18.712.492,55 (dezoito milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Percebe-se uma arrecadação menor no mês de janeiro de 2021 e isso ocorreu devido a antecipação, para o mês de dezembro de 2020, do pagamento das contribuições previdenciárias das competências de dezembro de 2020 e do 13º salário de 2020.

PLANO FINANCEIRO					
FONTE	PREVISÃO – LOA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
261 - Plano Financeiro	244.435.000	11.465.249	17.790.540	23.705.395	52.961.184
294 - Rendimentos	50.000	41.208	14.799	22.465	78.472
<b>TOTAL</b>	<b>244.485.000</b>	<b>11.506.457</b>	<b>17.805.339</b>	<b>23.727.860</b>	<b>53.039.656</b>

Fonte: Afim/Splan

O Plano Financeiro (PFIN) é um plano em extinção com repartição simples, sem propósito de acumular recursos. Na análise mensal do primeiro trimestre, nota-se valores bastante distintos. Em janeiro, a arrecadação foi menor devido a antecipação do repasse das contribuições previdenciárias de dezembro de 2020 e do 13º salário de 2020. Em fevereiro, pode-se dizer que o valor arrecadado foi compatível com a previsão mensal. Já em março de 2021, a arrecadação foi impactada positivamente pelo repasse da sobra da taxa de administração de 2020, conforme deliberado pelo Conselho Fiscal (COFIS) e Conselho Municipal de Previdência (CMP). A arrecadação total no primeiro trimestre do ano foi de R\$53.039.655,74 (cinquenta e três milhões, trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).



TAXA DE ADMINISTRAÇÃO					
FONTE	PREVISÃO – LOA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
262 - Taxa de Adm.	20.994.000	4.902.397	862.135	1.663.151	7.427.683
294 – Rendimentos	200.000	10.119	8.137	19.855	38.111
<b>TOTAL</b>	<b>21.194.000</b>	<b>4.912.516</b>	<b>870.272</b>	<b>1.683.006</b>	<b>7.465.794</b>

Fonte: Afim/Splan

Por fim, o valor arrecadado, no primeiro trimestre, de Taxa de Administração foi de R\$7.465.793,50 (sete milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e noventa e três reais e cinquenta centavos). O valor da taxa é apurado de acordo com a arrecadação, do mês anterior, da contribuição patronal do PPREV e PFIN, por isso a grande a variação mensal nos primeiros meses do ano.

- **Despesas**

Segundo a Lei Federal nº 4.320/64, na elaboração do orçamento, a receita deve ser estimada e, com igual valor, à despesa fixada, antes do início do exercício, obedecendo ao princípio do equilíbrio orçamentário. Esse desembolso de recursos é, portanto, necessariamente autorizado por lei e tem como objetivo o custeio dos proventos devidos aos aposentados e pensionistas, assim como a manutenção da estrutura física e humana da autarquia, além de possibilitar aplicações e investimentos.

A Manaus Previdência tem sob sua responsabilidade a gerência dos valores angariados por meio dos Planos Previdenciário e Financeiro que, por sua vez, abastecem a Taxa de Administração. Cada plano é responsável por custear seus próprios gastos, não havendo assim possibilidade legal de trânsito de obrigações entre estes.

A tabela abaixo demonstra os valores do orçamento, de cada plano, que já estão comprometidos no ano corrente:



PLANO	FONTE	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
Plano Previdenciário	260 - Plano Previdenciário	950.819	5.713.461	5.699.051	12.363.330
	294 - Rendimentos	30.000	-	-	30.000
	660 - Superavit Financeiro - PPREV	4.533.502	-	-	4.533.502
Plano Financeiro	100 - Recursos Ordinários	103	103	103	308
	261 - Plano Financeiro	7.979.147	13.489.509	23.394.907	44.863.563
	294 - Rendimentos	5.000	-	-	5.000
	661 - Superávit - Exercícios Anteriores	15.000.000	9.735.240	-	24.735.240
Taxa de Administração	262 - Taxa de Adm.	1.655.374	1.027.687	1.029.355	3.712.417
	294 - Rendimentos	-	-	-	-
	662 - Superávit - Exercícios Anteriores	-	-	5.904.483	5.904.483

Fonte: Afim/Splan

No Plano Previdenciário, o valor total comprometido no primeiro trimestre foi de R\$16.926.831,91 (dezesesseis milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e noventa e um centavos). Destaque para a utilização da fonte de *superávit* financeiro no mês de janeiro, devido a baixa arrecadação que não supria as despesas no referido mês.

O Plano Financeiro apresenta um valor trimestral empenhado de R\$69.604.110,17 (sessenta e nove milhões, seiscentos e quatro mil, cento e dez reais e dezessete centavos). A utilização do *superávit* financeiro foi importante para adiar a necessidade de repasse do aporte por parte do tesouro municipal.

A taxa de administração teve o valor de R\$9.616.899,64 (nove milhões, seiscentos e dezesseis mil, oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos) empenhado no primeiro trimestre. Destaca-se o valor da sobra da taxa, empenhado na fonte 662 – *Superávit*, mês de março, repassado integralmente ao PFIN com o único objetivo de pagamento da folha dos aposentados e pensionistas.

Cabe ressaltar que os valores dos planos PPREV e PFIN destinam-se ao pagamento dos aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS do município de Manaus e teve despesas executadas de acordo com o previsto.

- **Orçamento aplicado por plano/ação**

A despesa por ação pode ser definida como um conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa (orçamento). A ação pode ser um projeto, atividade ou operação especial. Toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano Plurianual (PPA), ou seja, quatro anos.





Na Manaus Previdência foram estabelecidas 10 (dez) diferentes ações, assim descritas:

**2002 — Folha de Pessoal e Encargos Sociais** – Realização de pagamento de pessoal ativo e encargos sociais, inclusive nomeações, enquadramentos e direitos constitucionais.

**2011 — Contratação de Serviços para Manutenção Funcional** – Manutenção da unidade por meio de serviços contratados.

**2012 — Suprimento de Materiais e Equipamentos para Manutenção Funcional** – Manutenção e apoio administrativo para cumprimento das atribuições dos órgãos e entidades da administração.

**2038 — Manutenção da Manausprev Itinerante** – Fomentar a educação previdenciária para os servidores municipais.

**2039 — Promoção da Vitalidade Pós-Aposentadoria** – Programação sociocultural, educativa, ocupacional e psicossocial, auxiliando na prevenção, promoção e integração social, agregando qualidade aos anos de vida de segurados e dependentes da Manaus Previdência.

**2040 — Gestão de Investimentos e Aplicações Financeiras** – Análise de mercado e acompanhamento dos ativos pertencentes à carteira de investimento visando retorno apropriado ao perfil de risco.

**2041 — Benefícios e Custeio dos Segurados e Dependentes** – Garantir a concessão dos benefícios previdenciários aos inativos, aposentados e pensionistas.

**2069 — Capacitação de Servidores e Representação Institucional** – Capacitação e representação em eventos de interesse institucional, objetivando resguardar o patrimônio da Manaus Previdência.

**5007 — Encargos Especiais da Manausprev** – Despesas que não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, sentenças judiciais, precatórios, indenizações e outras afins.

**9002 – Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor** – Atendimento dos passivos contingentes, outros riscos imprevistos e à abertura de créditos adicionais.

A tabela abaixo demonstra os valores empenhados no primeiro trimestre de 2021, em cada plano, divididos por ação. Na taxa de administração destacam-se as ações “2002 – Folha de Pessoal e Encargos Sociais” e “2011 – Contratação de Serviços



para Manutenção Funcional”, responsáveis por cerca de 94% (noventa e quatro inteiros por cento) do total das despesas empenhadas no trimestre. Já as despesas empenhadas no PPREV e PFIN foram exclusivamente na ação “2041 – Benefícios e Custeio dos Segurados e Dependentes”.

SIGLA	AÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
Plano Previdenciário	2041 - Benefícios e Custeio dos Segurados e Dependentes	5.514.320	5.713.461	5.699.051	16.926.832
Plano Financeiro	2041 - Benefícios e Custeio dos Segurados e Dependentes	22.984.250	23.224.851	23.395.010	69.604.110
Taxa de Administração	2002 - Folha de Pessoal e Encargos Sociais	825.352	741.335	753.722	2.320.409
	2011 - Contratação de Serviços para Manutenção Funcional	317.430	242.755	6.162.113	6.722.298
	2012 - Suprimento de Materiais e Equipamentos para Manutenção Funcional	1.030	16.020	3.228	20.278
	2039 - Promoção da Vitalidade Pós-Aposentadoria	1.269	1.269	1.269	3.807
	2040 - Gestão de Investimentos e Aplicações Financeiras	-	17.390	-	17.390
	2069 - Capacitação de Servidores e Representação Institucional	4.200	2.800	7.400	14.400
	5007 - Encargos Especiais da Manausprev	506.093	6.118	6.107	518.318

Fonte: Afim/Splan

- **Resultado Orçamentário**

Considerando todas as receitas e despesas descritas anteriormente, pode-se definir a execução do orçamento e obter o saldo orçamentário mensal, por meio da diferença entre a receita arrecadada e despesa empenhada. Com isso nota-se que nos planos PPREV, PFIN e Taxa de Administração, a receita arrecadada é maior que a despesa empenhada, possuindo assim *superávit* orçamentário.

PLANO		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
Plano Previdenciário	Receita	3.352.794	8.466.590	6.893.108	18.712.493
	Superavit	4.533.502	-	-	4.533.502
	Despesa	5.514.320	5.713.461	5.699.051	16.926.832
	Saldo Orçamentário	2.371.976	2.753.129	1.194.057	6.319.162
Plano Financeiro	Receita	11.506.457	17.805.339	23.727.860	53.039.656
	Superavit	15.000.000	9.735.240	-	24.735.240
	Despesa	22.984.250	23.224.851	23.395.010	69.604.110
	Saldo Orçamentário	3.522.207	4.315.728	332.850	8.170.785
Taxa de Administração	Receita	4.912.516	870.272	1.683.006	7.465.794
	Superavit	-	-	5.904.483	5.904.483
	Despesa	1.655.374	1.027.687	6.933.838	9.616.900
	Saldo Orçamentário	3.257.141	157.415	653.651	3.753.377

Fonte: Afim/Splan





### **11.2.2. Apresentação do Balanço Geral (Relatório Circunstanciado).**

Este Relatório Circunstanciado das Atividades Econômicas Financeiras e de Gestão do primeiro trimestre de 2021 contempla o conjunto de ações realizadas pela Manaus Previdência, englobando as atividades organizacionais, administrativas e as atividades econômico-financeiras, bem como os benefícios financeiros mensuráveis da sua atuação.

As realizações dos atos administrativos, desenvolvidos em harmonia com as diretrizes impostas nas leis de planejamento do Município – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual – traduzem os esforços deste órgão para cumprir sua missão, de maneira cada vez mais eficiente, eficaz, efetiva e econômica.

#### **11.2.2.1 Dos Registros Contábeis.**

Na organização contábil da Manaus Previdência foi observada uma ampla valorização organizacional no parâmetro econômico-financeiro, teor originário da Norma Geral da Contabilidade em conformidade com as determinações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essas normas são confiáveis por conterem informações de total interação quanto ao modo de organizar e decidir sobre o equilíbrio financeiro e a preservação do bem da entidade.

#### **11.2.2.2 Das atividades Orçamentárias.**

A Receita Orçamentária é o valor estimado referente à soma das disponibilidades dos recursos financeiros que ingressaram no exercício de 2021, aumentando o saldo financeiro da autarquia. O valor orçado para este exercício financeiro foi de R\$348.309.000,00 (trezentos e quarenta e oito milhões, trezentos e nove mil reais).

Os valores acumulados até o primeiro trimestre de 2021 apresentam as receitas arrecadadas na ordem de R\$79.217.941,79 (setenta e nove milhões, duzentos e dezessete mil, novecentos e quarenta e um reais e setenta e nove centavos) que



corresponde a 22,74% (vinte e dois inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) da receita prevista.

#### Quadro demonstrativo da Receita Orçada:

Tabela 1 - Receita Consolidada		
* RECEITA ORÇADA	R\$	%
1 - Receita Prevista	R\$ 348.309.000,00	
2 - Receita Atualizada	R\$ 348.309.000,00	100,00%
3 - Receita Arrecada da	R\$ 79.217.941,79	22,74%
4 - A Arrecadar (2-3)	R\$ (269.091.058,21)	-77,26%

Fonte: Afim/Scont

Dentre as receitas arrecadadas, destacam-se as receitas de contribuições do servidor e patronal que correspondem, respectivamente, a 36,06% (trinta e seis inteiros e seis centésimos por cento) e 48,18% (quarenta e oito inteiros e dezoito centésimos por cento) do valor arrecadado, conforme quadro:

#### Quadro demonstrativo das Receitas Correntes e Intraorçamentárias:

Tabela 2 - Receita Detalhada			
* RECEITAS CORRENTES	R\$	28.792.797,27	%
Receita de Contribuição	R\$	24.284.691,57	30,66%
Receita Patrimonial	R\$	2.382.637,20	3,01%
Outras Receitas Correntes	R\$	2.125.468,50	2,68%
(-) Dedução Receita Corrente	R\$	-	0,000%
<b>* RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>R\$</b>	<b>50.425.144,52</b>	
Receita de Contribuição - Intraorçamentária	R\$	37.112.567,20	46,85%
Receita de Serviço - Intraorçamentária	R\$	7.408.094,65	9,35%
Outras Receitas Correntes - Intraorçamentária	R\$	5.904.482,67	7,45%
(-) Dedução Receita Intraorçamentária	R\$	-	0,000%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>79.217.941,79</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Afim/Scont

No que tange às despesas, a dotação inicial foi de R\$348.309.000,00 (trezentos e quarenta e oito milhões, trezentos e nove mil reais), e a despesa empenhada até o primeiro trimestre foi de R\$96.427.475,26 (noventa e seis milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos), havendo saldo de dotação de R\$282.733.336,59 (duzentos e oitenta e dois milhões, setecentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e nove centavos), considerando o destaque concedido e a dotação bloqueada.



### Quadro demonstrativo da Despesa Orçada:

Tabela 3 - Despesa Consolidada		
* DESPESA ORÇADA	R\$	%
1 - Despesa Fixada	R\$ 348.309.000,00	
2 - Despesa Atualizada	R\$ 383.483.523,73	100,00%
3 - Despesa Empenhada	R\$ 96.427.475,26	25,15%
4 - Destaque Concedido	R\$ 75.620,79	0,02%
5 - Dotação Bloqueada	R\$ 4.247.091,09	1,11%
<b>4 - Saldo de Dotação Orçamentária</b>	<b>R\$ 282.733.336,59</b>	<b>73,73%</b>

Fonte: Afim/Scont

Dentre as despesas empenhadas, destacam-se as despesas correntes com pessoal e encargos, que correspondem a 87,47% (oitenta e sete inteiros e quarenta e sete centésimos por cento), e outras despesas correntes intraorçamentárias com 10,45% (dez inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento).

### Quadro demonstrativo das Categorias Econômicas:

Tabela 4 - Despesa Detalhada		
* CATEGORIAS ECONÔMICAS	R\$	%
1 - DESPESAS CORRENTES	<b>R\$ 86.149.320,71</b>	
1.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 84.345.004,96	87,47%
1.2 - Outras Despesas Correntes	R\$ 1.804.315,75	1,87%
2 - DESPESAS DE CAPITAL	<b>R\$ 7.953,60</b>	
2.1 - Investimentos	R\$ 7.953,60	0,01%
3 - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	<b>R\$ 10.270.200,95</b>	
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 196.005,56	0,20%
3.2 - Outras Despesas Correntes	R\$ 10.074.195,39	10,45%
<b>3 - Total Geral (1 + 2 + 3)</b>	<b>R\$ 96.427.475,26</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Afim/Scont

#### 11.2.2.3 Das Atividades Financeiras.

Nas atividades financeiras, apresentam-se o Caixa e Equivalente de Caixa, que são os valores dos bancos conta movimento de curto prazo e disponíveis para liquidez e dos Investimentos e Aplicações Financeiras, os quais demonstram posições nas carteiras de ativos da Manaus Previdência e são realizadas de acordo



com a Política de Investimentos e com os parâmetros estabelecidos em conformidade com a Resolução nº 3.922/2010 e suas atualizações.

**Quadro demonstrativo de Caixa, Equivalente de Caixa e Investimentos:**

<b>Tabela 5 - Detalhamento Financeiro</b>		
<b>1 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>R\$</b>	<b>2.850,05</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>R\$</b>	<b>2.850,05</b>
Banco Conta Movimento	R\$	2.850,05
<b>2 - INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$</b>	<b>1.197.455.816,88</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>R\$</b>	<b>964.918.798,52</b>
Aplicações em Segmento de Renda Fixa	R\$	442.668.776,34
Aplicações em Segmento de Renda Variável	R\$	517.358.901,90
Aplicações com a Taxa de Administração	R\$	4.891.120,28
<b>Longo Prazo</b>	<b>R\$</b>	<b>232.537.018,36</b>
Titulos e Valores Mobiliários	R\$	232.537.018,36

Fonte: Afim/Scont

**11.2.2.4 Do Ativo e Passivo.**

No quadro a seguir, destacam-se os saldos até o primeiro trimestre de 2021, concernentes aos bens, direitos e obrigações da autarquia. O ativo compreende às contas patrimoniais que possuem valores econômicos, sendo a parte positiva, enquanto o passivo são os valores das obrigações devidas.



**Quadro demonstrativo do Ativo e do Passivo – janeiro a março de 2021:**

Tabela 6 - Ativo e Passivo Detalhado	
<b>1 - ATIVO (Bens e Direitos)</b>	<b>R\$ 1.451.675.278,50</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 2.850,05
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 34.744.856,36
Investimento em Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ 964.918.798,52
Estoques	R\$ 29.311,60
CP	R\$ 4.600,00
Créditos a LP	R\$ 198.938.430,75
Demais Créditos e Valores a LP	R\$ 1.588.075,14
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente LP	R\$ 840,00
Títulos e Valores Mobiliários	R\$ 232.537.018,36
Aplicações em Segmento de Imóveis	R\$ 1.476.000,00
Bens Móveis	R\$ 3.826.160,55
(-) Depreciação de Bens Móveis	R\$ (2.460.819,68)
Intangíveis	R\$ 2.569.156,85
Bens Imóveis	R\$ 13.500.000,00
<b>2 - PASSIVO (Obrigações)</b>	<b>R\$ 1.491.060.565,80</b>
Obrigações Trabalhista e Previdenciárias a Pagar a Curto Prazo	R\$ 379.683,05
Fornecedores a Pagar	R\$ 1.782.431,96
Provisões a Curto Prazo	R\$ 175.073,06
Obrigações Trabalhista e Previdenciárias a Pagar a LP	R\$ 5.050.633,21
Fornecedores a Pagar a Longo Prazo	R\$ 25.813,76
Provisões Matemáticas Previdenciárias a LP	R\$ 1.464.998.002,76
Demais Obrigações a LP	R\$ 13.794.067,59
Patrimônio Líquido	R\$ 4.854.860,41

*Fonte: Afim/Scont*

Assim, foram descritos os resultados dos registros contábeis referidos ao primeiro trimestre de 2021. Todas as atividades foram executadas pela competência (fato gerador), de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).



### 11.3. Gerenciamento do Custeio e Contratos.

#### 11.3.1. Gestão de Custeio (Despesas Administrativas).

##### – Água: Edifício Garagem e Sede.

Durante o período de janeiro a março de 2021, a Manaus Previdência realizou o pagamento apenas da tarifa mínima pelos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, conforme estrutura tarifária vigente, visto que a sede da Manaus Previdência possui poço artesiano e o Edifício Garagem está temporariamente fechado.

No Edifício Garagem e na Sede, houve um aumento em relação ao mesmo período em 2020, em virtude de reajustes tarifários, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Comparativo de Despesa Administrativa – Água (Janeiro a Março 2021 x 2020)

Conta	Unid. Consum.	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Média	Valor Total (Jan A Mar)	Varição (Aumento Ou Redução)
Água	Edifício Garagem	2021	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 1.328,46	1,29%
		2020	R\$ 425,90	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 437,18	R\$ 1.311,54	
	Sede	2021	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 664,23	0,00%
		2020	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 664,23	

Fonte: Smat

##### – Correios.

Em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), em que foram adaptadas as formas de envio de correspondências e outros documentos, não houve dispêndio de valores pela Manaus Previdência com os serviços dos Correios no primeiro trimestre de 2021, ao contrário do que ocorreu no mesmo período de 2020, quando foram enviados documentos e notificações em geral aos segurados e documentos via Sedex às empresas contratadas pela autarquia e às instituições financeiras com as quais a Superintendência de Investimentos possui relação.

O comparativo segue abaixo, considerando os primeiros trimestres dos anos de 2021 e de 2020:

Tabela 2 – Comparativo de Despesa Administrativa – Correios (Janeiro a Março 2021 x 2020)

Conta	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Média	Valor Total (Jan A Mar)	Varição (Aumento Ou Redução)
Correios	2021	R\$ 0,00	-100,00%				
	2020	R\$ 155,45	R\$ 251,55	R\$ 156,90	R\$ 187,97	R\$ 563,90	

Fonte: Smat





### – Energia Elétrica.

**Sede:** A energia elétrica representa o maior gasto com despesas administrativas da Manaus Previdência. Grande parte da fatura de energia elétrica da sede da Manaus Previdência é composta de demanda contratada, cerca de 40% (quarenta por cento) do valor total.

No entanto, medidas têm sido adotadas junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF) que é a responsável por solicitar a renovação da viabilidade da redução da demanda e por realizar os ajustes no projeto de proteção secundária para apreciação da concessionária Amazonas Energia S/A. Após redução dessa demanda contratada de 433 kW para 155 kW, será gerada uma economia de cerca de R\$5.000,00 (cinco mil reais) mensais no valor da fatura.

A Amazonas Energia S/A já aprovou o projeto de proteção secundária, elaborado por um engenheiro da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Manaus (SEMINF), abrangendo a redução da demanda contratada. Entretanto, constatou-se a necessidade de realizar adequações nas instalações físicas da Manaus Previdência antes de solicitar a vistoria da equipe da concessionária para atestar a conformidade e formalizar o aditivo de redução da demanda contratada.

Para regularizar a subestação, será necessária a abertura de um processo de contratação de empresa para fornecer o material e realizar os serviços de adequação, a ser instruído pela SEMINF, o que demandará tempo para conclusão (previsão de conclusão no primeiro semestre de 2021).

Acerca dos valores das faturas do primeiro trimestre de 2021, observou-se um aumento dos gastos com as faturas de energia, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Entretanto, o consumo no primeiro trimestre deste ano foi cerca de 30% (trinta por cento) menor em relação ao três primeiros meses de 2020, em razão do Decreto Municipal nº 4.999/2021, que dispõe sobre o regime de teletrabalho aos servidores da Prefeitura. Ano passado, o regime de teletrabalho foi decretado aos servidores no final do mês de março de 2020.

O aumento do valor das faturas ocorreu devido à "demanda contratada", que corresponde à demanda de potência ativa a ser obrigatória e continuamente disponibilizada pela concessionária "no ponto de entrega", a partir da "data de início do fornecimento de energia", conforme valor e período de vigência fixados no Contrato de



Fornecimento e que deverá ser integralmente paga, seja ou não utilizada, durante o período de faturamento, expressa em quilowatts (kW).

Nesse sentido, constata-se que o valor cobrado a título de "importe de demanda", no primeiro trimestre deste ano, está cerca de R\$4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) superior àquele pago no período correspondente do ano passado.

Além disso, o "importe de demanda" nos três primeiros meses desse ano representa um montante de aproximadamente 185,79% (cento e oitenta e cinco inteiros e setenta e nove centésimos por cento) do valor cobrado a título de "importe de consumo" no mesmo período.

Assim, a fatura de energia não teve o seu valor mensal substancialmente reduzido pois, mesmo ocorrendo a diminuição do consumo efetivo de energia, ainda resta obrigatória a cobrança da demanda de energia contratada que, por sua vez, sempre terá um valor maior, à medida que o consumo de energia for reduzido e se distanciar do padrão definido no contrato.

#### – Edifício Garagem.

Como o Edifício foi fechado em maio de 2018, a Manaus Previdência realiza a despesa apenas do valor da tarifa mínima, além da demanda contratada de 30kW que uma das unidades consumidoras do prédio possui.

Os comparativos das contas de energia por unidade consumidora durante os primeiros trimestres de 2021 e de 2020 encontram-se abaixo:

Tabela 3 – Comparativo de Despesa Administrativa – Energia (Janeiro a Março 2021 x 2020)

Conta	Unid. Consum.	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Média	Valor Total (Jan A Mar)	Varição (Aumento Ou Redução)
Energia	Sede	2021	R\$ 19.039,15	R\$ 19.043,96	R\$ 20.067,22	R\$ 19.383,44	R\$ 58.150,33	3,23%
		2020	R\$ 19.819,21	R\$ 18.253,50	R\$ 18.258,22	R\$ 18.776,98	R\$ 56.330,93	
	Edifício Garagem	2021	R\$ 882,26	R\$ 899,56	R\$ 857,10	R\$ 879,64	R\$ 2.638,92	55,26%
		2020	R\$ 588,41	R\$ 573,14	R\$ 538,10	R\$ 566,55	R\$ 1.699,65	
	Depósito EG	2021	R\$ 94,48	R\$ 94,25	R\$ 94,25	R\$ 94,33	R\$ 282,98	5,70%
		2020	R\$ 90,43	R\$ 88,64	R\$ 88,64	R\$ 89,24	R\$ 267,71	

Fonte: Smat

#### – Internet.

A Manaus Previdência utiliza o Data Center da Subsecretaria de Tecnologia da Secretaria Municipal de Finanças (SUBTI/SEMEF) devido ao contrato próprio de internet, ou seja, o contrato e os valores são geridos pela SEMEF.



Em decorrência da necessidade de revisão dos contratos, determinada pelo Decreto Municipal nº 4.820/2020, que trata das medidas de contingenciamento a serem adotadas pelos órgãos entidades da Administração Pública Municipal para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), a SEMEF renegociou o seu contrato com a empresa Eyes NWhere (ENW) e os valores destacados à SEMEF foram reduzidos a partir da competência junho de 2020, caracterizando uma redução de 10% (dez por cento).

**Tabela 4 – Comparativo de Despesa Administrativa – Internet (Janeiro a Março 2021 x 2020)**

Conta	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Média	Valor Total (Jan A Mar)	Variação (Aumento Ou Redução)
Internet	2021	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 13.917,63	-10,00%
	2020	R\$ 5.154,68	R\$ 5.154,68	R\$ 5.154,68	R\$ 5.154,68	R\$ 15.464,04	

Fonte: Smat

**– Transporte individual de passageiros (táxi e app de mobilidade humana).**

No primeiro trimestre de 2020, a Manaus Previdência possuía contrato de prestação de serviços de rádio táxi, cujos serviços foram utilizados normalmente até o final do mês de março, quando foi decretado o regime de teletrabalho aos servidores em decorrência do Decreto Municipal nº 4.789/2020, o que reduziu a demanda pelos serviços a praticamente zero.

O contrato vigorou até o dia 1º de dezembro de 2020, pois a renovação do contrato restou impossibilitada em virtude de a empresa MSO Empresa Prestadora de Serviços Para Taxista Ltda (Tucuxi Táxi) não ter mantido as condições de habilitação para a celebração de novo ajuste. Desde então, a Manaus Previdência não possui contrato para a execução dos serviços de transporte individual de passageiros.

Os resultados referentes aos meses de janeiro a março de 2021 estão dispostos a seguir, com o comparativo em relação ao mesmo período de 2020:

**Tabela 5 – Comparativo de Despesa Administrativa – Táxi (Janeiro a Março 2021 x 2020)**

Conta	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Média	Valor Total (Jan A Mar)	Variação (Aumento Ou Redução)
Táxi	2021	R\$ 0,00	-100,00%				
	2020	R\$ 3.204,15	R\$ 3.662,55	R\$ 3.139,80	R\$ 3.335,50	R\$ 10.006,50	

Fonte: Smat



### – Telefonia Fixa.

No primeiro trimestre de 2020, os gastos de telefonia ocorriam em uma média de cerca de R\$500,00 (quinhentos reais) por mês. Isto ocorreu até o final de março, quando houve um consumo menor em decorrência da adoção do regime de teletrabalho pelos servidores da Prefeitura, circunstância na qual os servidores passaram a utilizar ferramentas de comunicação como o *Whatsapp*, *Skype*, *Google Meeting*, *Zoom*, entre outros, para a realização das atividades profissionais, em detrimento do telefone que dispunham no trabalho presencial.

Com a adoção do regime de teletrabalho, houve uma redução de 46,13% (quarenta e seis inteiros e treze centésimos por cento) nos três primeiros meses de 2021, em comparação ao mesmo período do ano passado, conforme comparativo a seguir:

**Tabela 6 – Comparativo de Despesa Administrativa – Telefonia Fixa (Janeiro a Março 2021 x 2020)**

Conta	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Média	Valor Total (Jan A Mar)	Variação (Aumento Ou Redução)
Telefone	2021	R\$ 136,76	R\$ 311,43	R\$ 361,50	R\$ 269,90	R\$ 809,69	-46,13%
	2020	R\$ 624,76	R\$ 409,73	R\$ 468,67	R\$ 501,05	R\$ 1.503,16	

Fonte: Smat

### – Passagens Aéreas.

Os gastos com passagens aéreas no primeiro trimestre de 2020 decorreram da necessidade de os servidores da Manaus Previdência representarem institucionalmente a autarquia em eventos nacionais, além da participação em cursos de capacitação importantes para a realização das atividades diárias.

Entretanto, com o advento da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), as viagens foram suspensas pelo mesmo período em que vigora o regime de teletrabalho aos agentes públicos municipais, a partir do final do mês de março de 2020.

Desde então, somente foram realizadas viagens nos meses de novembro e dezembro de 2020, quando houve a necessidade de representação institucional por parte da dirigente máxima da autarquia em eventos promovidos por associações de previdência em que a Manaus Previdência encontra-se na condição de associada, que são a Associação Nacional de Entidades de Previdência Municipal (ANEPREM) e a Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM).



Os valores para fins de comparação entre os meses de janeiro a março, dos anos de 2021 e 2020, estão dispostos na tabela a seguir:

**Tabela 7 – Comparativo de Despesa Administrativa – Passagens Aéreas (Janeiro a Março 2021 x 2020)**

Conta	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Média	Valor Total (Jan A Mar)	Varição (Aumento Ou Redução)
Passagens	2021	R\$ 0,00	-100,00%				
	2020	R\$ 6.378,38	R\$ 2.894,42	R\$ 1.537,13	R\$ 3.603,31	R\$ 10.809,93	

Fonte: Smat

#### – Impressões/Locação de Impressoras.

Os valores do primeiro trimestre de 2021 estão menores em relação ao primeiro trimestre de 2020 pelos motivos expostos a seguir:

Nos meses de janeiro a março de 2020, a Manaus Previdência possuía, no contrato de *outsourcing* de impressão, 5 (cinco) impressoras monocromáticas locadas, com o valor unitário de R\$417,10 (quatrocentos e dezessete reais e dez centavos), e 1 (uma) impressora policromática locada, no valor de R\$2.802,50 (dois mil oitocentos e dois reais e cinquenta centavos). Entretanto, a contratada ainda não havia disponibilizado uma das impressoras monocromáticas constante no contrato. Então, a Manaus Previdência pagava somente pela locação das impressoras disponibilizadas, ou seja, 4 (quatro) monocromáticas e 1 (uma) policromática, que totalizam o valor de R\$4.470,90 (quatro mil quatrocentos e setenta reais e noventa centavos).

Em virtude da necessidade de revisão dos contratos, determinada pelo Decreto Municipal nº 4.820/2020, que trata das medidas de contingenciamento a serem adotadas pelos órgãos entidades da Administração Pública Municipal para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foram reduzidas do contrato, a partir de abril de 2020, 1 (uma) impressora monocromática (que nunca fora disponibilizada pela empresa) e a única impressora policromática contratada, mediante a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2019. Portanto, a Manaus Previdência passou a pagar o valor mensal fixo de R\$1.668,40 (um mil seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos) pela locação das 4 (quatro) impressoras monocromáticas disponibilizadas pela contratada.

Assim, o comparativo dos meses de janeiro a março do ano atual e do ano anterior consta abaixo, no qual observa-se uma redução de 62,68% (sessenta e dois inteiros e sessenta e oito centésimos por cento):



**Tabela 8 – Comparativo de Despesa Administrativa – Impressões/Locação (Janeiro a Março 2021 x 2020)**

Conta	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Média	Valor Total (Jan A Mar)	Varição (Aumento Ou Redução)
Impressões/Locação	2021	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 5.005,20	-62,68%
	2020	R\$ 4.470,90	R\$ 4.470,90	R\$ 4.470,90	R\$ 4.470,90	R\$ 13.412,70	

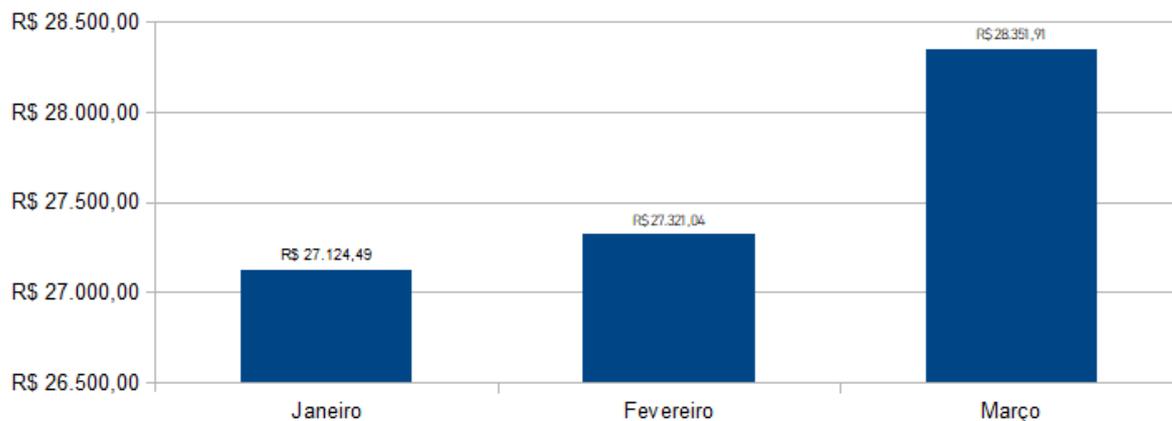
Fonte: Smat

**Tabela 9 – Demonstrativo do Consumo de Despesas Administrativas – janeiro a março de 2021:**

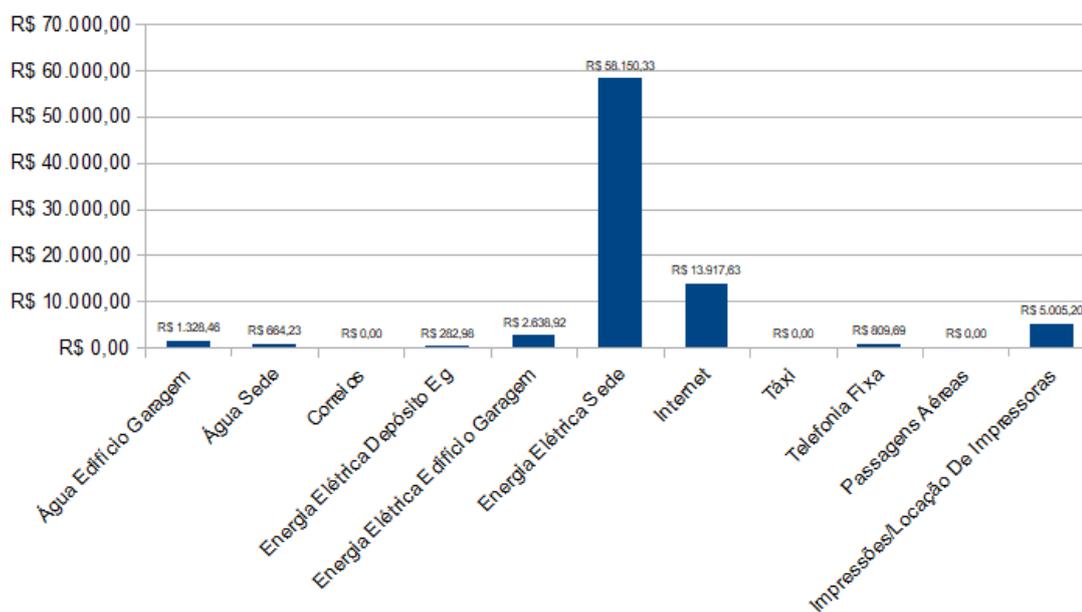
DEMONSTRATIVO DO CONSUMO DE CONTAS PÚBLICAS – 1º TRIMESTRE 2021				
Despesas	Janeiro	Fevereiro	Março	Total/Conta
Água Edifício Garagem	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	<b>R\$ 1.328,46</b>
Água Sede	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	<b>R\$ 664,23</b>
Correios	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
Energia Elétrica Depósito Eg	R\$ 94,48	R\$ 94,25	R\$ 94,25	<b>R\$ 282,98</b>
Energia Elétrica Edifício Garagem	R\$ 882,26	R\$ 899,56	R\$ 857,10	<b>R\$ 2.638,92</b>
Energia Elétrica Sede	R\$ 19.039,15	R\$ 19.043,96	R\$ 20.067,22	<b>R\$ 58.150,33</b>
Internet	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	<b>R\$ 13.917,63</b>
Táxi	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
Telefonia Fixa	R\$ 136,76	R\$ 311,43	R\$ 361,50	<b>R\$ 809,69</b>
Passagens Aéreas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
Impressões/Locação De Impressoras	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	<b>R\$ 5.005,20</b>
<b>Total/Mês</b>	<b>R\$ 27.124,49</b>	<b>R\$ 27.321,04</b>	<b>R\$ 28.351,91</b>	<b>R\$ 82.797,44</b>

Fonte: Smat




**Gráfico 1 – Valores dos Totais das Despesas Administrativas por mês – primeiro trimestre de 2021**


Fonte: Smat

**Gráfico 2 – Valores por Despesa Administrativa – primeiro trimestre de 2021**


Fonte: Smat



### 1.3.2. Gestão de Contratos Administrativos.

No período de janeiro a março de 2021, a Manaus Previdência possuía 23 (vinte e três) contratos vigentes, dos quais 1 (um) refere-se a uma nova contratação sendo que os demais não sofreram alterações.

Quanto às novas contratações, foi celebrado apenas o Contrato nº 001/2021 (9912517274), com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS), em razão da realização de uma revisão de sua Política Comercial estabelecendo critérios para concessão de benefícios a partir do cumprimento de contrapartidas, bem como pela expectativa de consumo.

Abaixo, relacionamos todos os contratos que encontram-se vigentes no período.

#### Relação de contratos vigentes no período:

Ord.	Contratada	Contrato Nº	Aditivo	Objeto	Vigência	Valor Global
1	ACR 117 Recortes de Diários Oficiais Ltda. - ME	014/2019	CT	Serviços de elaboração de <i>clipping</i> eletrônico das publicações nos diários oficiais, de justiça e/ou semelhantes.	Início 09/12/2019  Fim 09/12/2020	R\$ 1.920,00
			1º TA	Prorrogação de prazo e redução equivalente a 20% (vinte por cento) do valor global atual do Contrato.	Início 10/12/2020  Fim 09/12/2021	R\$ 1.536,00
2	Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda.	003/2016	3º TA	Prorrogação de prazo e reajuste quantitativo equivalente a 4,94% (quatro inteiros e noventa e quatro centésimos por cento).	Início 20/07/2019  Fim 20/07/2020	R\$ 386.154,84
			4º TA	Prorrogação de prazo.	Início 20/07/2020  Fim 20/07/2021	R\$ 386.154,84





3	A.J.L. Serviços Ltda.	004/2020	CT	Serviços de manutenção preventiva conforme cronograma, manutenção corretiva, instalação e desinstalação, sob demanda, nos condicionadores de ar pertencentes a Manaus Previdência.	Início 22/04/2020  Fim 22/04/2021	R\$ 199.095,00
4	Alfama Comércio e Serviços Ltda.	015/2019	CT	Serviços de controle de pragas (desinsetização, desratização e descupinização).	Início 09/12/2019  Fim 09/12/2020	R\$ 7.346,47
			1º TA	Acréscimo de aproximadamente 5,83% (cinco inteiros e oitenta e três centésimos por cento).	Início 01/07/2020  Fim 09/12/2020	R\$ 7.775,09
			2º TA	Prorrogação de prazo.	Início 09/12/2020  Fim 09/12/2021	R\$ 7.775,09
5	Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	20/2017	CT	Fornecimento de Energia Elétrica. Período de 60 (sessenta) meses.	Início 10/12/2017  Fim 10/12/2022	R\$ 1.648.753,90
6	Braga e Almeida Serviços de Teletendimento Ltda	010/2020	CT	Serviços de gerenciamento de <i>Call Center</i> com solução completa para atendimento telefônico e atendimento <i>online</i> , incluindo serviço de <i>webchat</i> , ativo e receptivo, na forma	Início 17/11/2020  Fim 17/11/2021	R\$ 246.999,96





				humana e eletrônica, disponibilizando recursos humanos, treinamento, software e banco de dados necessários dos serviços.		
7	Bichara, Barata & Costa Advogados	021/2014	CT	Serviços de assessoria e consultoria jurídica, por meio de representação em Assembleias de Fundos de Investimentos.	Início 15/12/2014  Fim Até o último trânsito em julgado	R\$ 45.000,00
8	Brasilis Consultoria Atuarial	015/2017	2º TA	Prorrogação de prazo e reajuste de 2,89% (dois inteiros e oitenta e nove centésimos por cento).	Início 27/11/2019  Fim 27/11/2020	R\$ 125.941,68
			3º TA	Redução de 25% (vinte e cinco por cento) do valor mensal atual do Contrato.	Início 27/04/2019  Fim 27/11/2020	R\$ 55.099,45
			4º TA	Prorrogação de prazo e alteração do valor mensal do Contrato.	Início 28/11/2020  Fim 27/11/2021	R\$ 120.694,10
9	Caixa Econômica Federal	008/2018	1º TA	Prorrogação de prazo.	Início 09/11/2019  Fim 09/11/2020	R\$ 55.052,49
			2º TA	Prorrogação de prazo.	Início 10/11/2020  Fim 09/11/2021	R\$ 33.600,00



10	Claro S/A	007/2017	2º TA	Prorrogação de prazo.	Início 03/07/2019  Fim 03/07/2020	R\$ 17.028,05
			3º TA	Prorrogação de prazo.	Início 03/07/2020  Fim 03/07/2021	R\$ 17.028,05
11	Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	001/2021 (99125172 74)	CT	Serviços de postagem.	Início 11/01/2021  Fim 11/01/2022	R\$ 4.800,00
12	IIN Tecnologias Ltda.	005/2017	4º TA	Prorrogação de prazo.	Início 02/05/2019  Fim 02/05/2020	R\$ 575.640,00
			5º TA	Prorrogação de prazo.	Início 02/05/2020  Fim 02/05/2021	R\$ 575.640,00
			6º TA	Supressão contratual equivalente a 14,26% (quatorze inteiros e vinte e seis centésimos por cento) do valor mensal atual do Contrato.	Início 28/04/2020  Fim 02/05/2021	R\$ 493.560,00
13	Instituto de Certificação Qualidade Brasil	003/2020	CT	Serviços de auditoria de certificação institucional do Pró-Gestão RPPS, incluindo auditoria de preparação (pré- auditoria) e auditorias de supervisão.	Início 01/04/2020  Fim 01/04/2021	R\$ 15.975,00
			1º TA	Alteração do cronograma	Início	R\$ 7.975,00





				de desembolso para excluir a previsão de despesa além do período inicial de vigência, além de alterar a Cláusula VII, "1", referente ao preço.	21/09/2020  Fim 01/04/2021	
14	Instituto Euvaldo Lodi - IEL	008/2020	CT	Serviços de agente de integração especializado em programa de estágio para recrutar, selecionar e administrar o programa de estágio.	Início 01/09/2020  Fim 01/09/2021	R\$ 237.660,00
15	L.A. Félix - ME	005/2020	CT	Fornecimento de gás liquefeito de petróleo – GLP em embalagens retornáveis com 13 (treze) kg.	Início 26/05/2020  Fim 26/05/2021	R\$ 1.335,00
16	L.A. Félix - ME	007/2020	CT	Fornecimento de água mineral em embalagens retornáveis com 20 (vinte) litros.	Início 10/06/2020  Fim 10/06/2021	R\$ 5.478,00
17	Limpar Limpeza e Conservação Ltda.	006/2020	CT	Serviços de limpeza, conservação e higiene, jardinagem, artefice e copeiragem, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.	Início 19/06/2020  Fim 19/06/2021	R\$ 403.041,48
			1º TA	Supressão contratual equivalente a 16,11% (dezesseis inteiros onze centésimos por cento) do valor mensal atual do Contrato.	Início 19/06/2020  Fim 19/06/2021	R\$ 338.106,96
18	Manaus Ambiental S.A.	006/2016	CT	Serviços de fornecimento de água potável e esgotamento sanitário,	Início 01/08/2016	R\$ 110.041,62





				com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.	Fim 01/08/2021	
19	MDA Manutenção de Elevadores Ltda.	018/2017	2º TA	Prorrogação de prazo.	Início 07/12/2019  Fim 07/12/2020	R\$ 19.200,00
			3º TA	Prorrogação de prazo.	Início 07/12/2020  Fim 07/12/2021	R\$ 19.200,00
20	PRODAM – Processament o de Dados Amazonas S/ A	001/2018	1º TA	Prorrogação de Prazo e reajuste de 7,6099% (sete inteiros e sessenta centésimos por cento).	Início 13/04/2019  Fim 13/04/2020	R\$ 657.426,48
			2º TA	Prorrogação de Prazo e reajuste de 7,82% (sete inteiros e oitenta e dois centésimos por cento).	Início 13/04/2020  Fim 13/04/2021	R\$ 708.837,24
			3º TA	Cancelar o reajuste no montante de 7,82% (sete inteiros e oitenta e dois centésimos por cento), que havia sido concedido por meio da Cláusula Primeira do Segundo Termo Aditivo.	Início 30/04/2020  Fim 13/04/2021	R\$ 657.426,48
21	PRODAM – Processament o de Dados Amazonas S/ A	012/2019	CT	Prestação de serviço de execução de sistemas PRODAM-RH.	Início 21/08/2019  Fim 21/08/2020	R\$ 18.484,56
			1º TA	Prorrogação de Prazo.	Início 22/08/2020	R\$ 18.484,56





					Fim 21/08/2021	
22	Royal Gestão e Serviços de Informática Ltda	010/2019	CT	Contratação de serviços de impressão ( <i>Outsourcing</i> ), com fornecimento de equipamentos.	Início 15/08/2019  Fim 15/08/2020	R\$ 58.656,00
			1º TA	Supressão contratual equivalente aproximadamente 65,87% (sessenta e cinco inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) do valor mensal atual do Contrato.	Início 28/04/2020  Fim 15/08/2020	R\$ 6.673,60
			2º TA	Prorrogação de Prazo.	Início 16/08/2020  Fim 15/08/2021	R\$ 20.020,80
23	Webtrip Agência de Viagens e Turismo Eireli	009/2020	CT	Agenciamento de eventuais viagens, sob demanda, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas em âmbito nacional.	Início 13/11/2020  Fim 13/04/2021	R\$ 16.800,00



### 11.3.3. Gestão de Compras.

No período de janeiro a março de 2021, a Manaus Previdência realizou 02 (duas) adesões à Ata de Registro de Preços como órgão participante e não houve adesões à Ata de Registro de Preços como órgão não participante. Ainda, ocorreram 05 (cinco) dispensas de licitação e 02 (duas) inexigibilidades de licitação.

Ao longo do primeiro trimestre de 2021, o valor contratado pela Manaus Previdência referente a novas aquisições de materiais e contratações de serviços foi na ordem de R\$64.610,87 (sessenta e quatro mil, seiscentos e dez reais e oitenta e sete centavos), o que representa uma redução de aproximadamente 60,07% (sessenta inteiros e sete centésimos por cento) comparado ao exercício de 2020, visto que o valor contratado neste período do ano passado corresponde a R\$161.817,20 (cento e sessenta e um mil, oitocentos e dezessete reais e vinte centavos). Nominalmente, essa redução representa um valor de R\$97.206,33 (noventa e sete mil, duzentos e seis reais e trinta e três centavos) do exercício de 2020 para o exercício de 2021.

As adesões às Atas de Registro de Preços nº 0006/2020 e 0021/2020, gerenciadas pela Unidade Gestora de Compras Municipais (UGCM/SEMAD), referem-se às contratações de recarga de extintores e serviços de transporte de passageiros, respectivamente.

Todas as dispensas do primeiro trimestre de 2021 foram enquadradas como dispensa de licitação de pequeno valor (art. 24, incisos I e II da Lei nº 8.666/1993). Destas, 02 (duas) foram realizadas por meio da modalidade Compra Eletrônica (CEL), procedimento em que há disputa eletrônica entre os participantes por meio do Sistema Compras Manaus. A CEL nº. 001/2021 se refere à contratação dos serviços de elaboração de estudo de Asset Liability Management (ALM), enquanto a CEL nº. 002/2021 trata-se da aquisição de tapetes personalizados.

Quanto às inexigibilidades de licitação realizadas no período, trata-se de “serviços de seleção e treinamento”, pagamento de anuidades da Associação Nacional de Entidades de Previdência Municipal (ANEPREM) e da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM), às quais a Manaus Previdência é associada.




**Tabela 1 – Demonstrativo Dos Procedimentos Licitatórios Para Atender Exclusivamente à Manaus Previdência**

ITEM	DATA (NE)	Nº PROCESSO	OBJETO	VENCEDOR	VALOR TOTAL
-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 0,00</b>

**Tabela 2 – Demonstrativo Das Adesões À Ata De Registro De Preços**

ITEM	DATA (NE)	Nº PROCESSO	OBJETO	VENCEDOR	VALOR TOTAL
1	09/01/2021	2020.17848.17891.0.000609	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0006/2020-DIVRP/DEGCM/UGCM/SEMEF. RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO.	PALACIO DE MATERIAL DE SEGURANÇA LTDA	R\$ 1.030,07
2	30/03/2021	2021.17848.17891.0.000132	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020-DIVRP/DEGCM/UGCM/SEMA. SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, CARACTERÍSTICA(S): ESPECIALIZADO EM TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS E/OU DOCUMENTOS, SOB DEMANDA, PARA A LOCOMOÇÃO DE PROCESSOS, SERVIDORES, EMPREGADOS E DEMAIS COLABORADORES EM ATENDIMENTO ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA, POR MEIO DA TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO EM REDE-STIP.	KGA DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA EIRELI	R\$ 24.343,20
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 25.373,27</b>

**Tabela 3 – Demonstrativo Das Dispensas De Licitações**

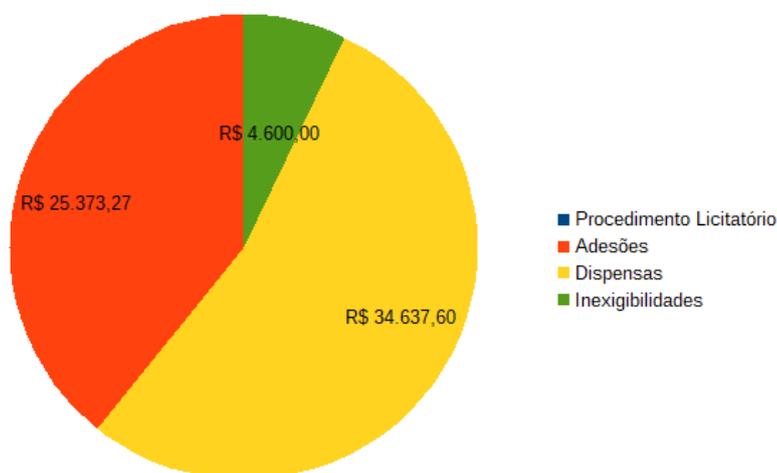
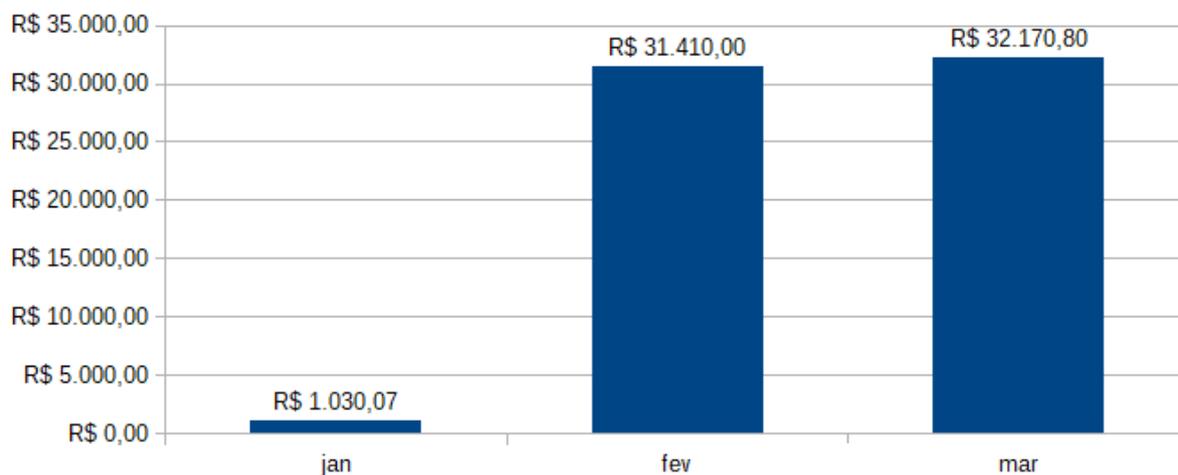
ITEM	DATA (NE)	Nº PROCESSO	OBJETO	VENCEDOR	VALOR TOTAL
1	01/02/2021	2020.17848.17891.0.000680	DESPESA COM AQUISIÇÃO DE CADEIRA OBJETIVANDO ATENDIMENTO AO PLANO DE RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DA MANAUS PREVIDÊNCIA	M DTRIBUZY EIRELI	R\$ 5.200,00
2	03/02/2021	2020.17848.17891.0.000678	DESPESA COM AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA OBJETIVANDO ATENDIMENTO AO PLANO DE RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DA MANAUS PREVIDÊNCIA	YELLOW COMERCIO DE PAPELARIA E SERVIÇO ADMINISTRATIVO EIRELI	R\$ 8.820,00
3	08/02/2021	2020.17848.17891.0.000670	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE ALM - ASSET LIABILITY MANAGEMENT. COMPRA ELETRÔNICA/CEL N. 001/2021 - MANAUS PREVIDÊNCIA	LDB CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA-EPP	R\$ 17.390,00
4	31/03/2021	2020.17848.17891.0.000679	DESPESA COM AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (PROTETOR FACIAL, ÁLCOOL ETÍLICO, TERMÔMETRO DIGITAL) OBJETIVANDO ATENDIMENTO AO PLANO DE RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DA MANAUS PREVIDÊNCIA.	AN DE AZEVEDO	R\$ 1.634,00
5	31/03/2021	2020.17848.17891.0.000681	AQUISIÇÃO DE TAPETES PERSONALIZADOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA MANAUS PREVIDÊNCIA. COMPRA ELETRÔNICA/CEL Nº. 002/2021 – MANAUS PREVIDÊNCIA.	YELLOW COMERCIO DE PAPELARIA E SERVIÇO ADMINISTRATIVO EIRELI	R\$ 1.593,60
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 34.637,60</b>

Fonte: Smat




**Tabela 4 – Demonstrativo Das Inexigibilidades De Licitações**

ITEM	DATA	Nº PROCESSO	OBJETO	VENCEDOR	VALOR TOTAL
1	10/03/2021	2021.17848.17891.0.000171	DESPESA COM PAGAMENTO DE ANUIDADE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL- ANEPREM	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL- ANEPREM	R\$ 1.800,00
2	16/03/2021	2021.17848.17891.0.000172	DESPESA COM PAGAMENTO DE ANUIDADE DA ASSOCIAÇÃO BRAS. DE INST. DE PREV. EST. E MUN. ABIPEM	ASSOC. BRAS. DE INST. DE PREV. EST. E MUN. ABIPEM	R\$ 2.800,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 4.600,00</b>

*Fonte: Smat*
**Valores por Forma de Contratação - 1º Trimestre 2021**

*Fonte: Smat*
**Valores das Contratações por Mês - 1º Trimestre 2021**

*Fonte: Smat*




#### **11.4. Controles Internos.**

A Manaus Previdência possui uma área específica de Controle Interno, vinculada ao Conselho Municipal de Previdência (CMP), denominada de Auditoria Interna (AUDIN) que participa, mensalmente, de 2 (duas) reuniões regulares com o Comitê de Gestão, a saber, a de apresentação e análise dos indicadores de desempenho e a de pauta. Atualmente, essas reuniões têm sido realizadas por meio de videoconferência.

Nos termos do art. 17, da Lei nº 2.419, de 29 de março de 2019, à Auditoria Interna compete a realização de auditorias e a elaboração dos respectivos relatórios, pareceres e estudos, além de acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão administrativa, previdenciária, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos da Manaus Previdência, formulando as sugestões pertinentes.

Em vista de tais atribuições, a auditoria interna atua, rotineiramente, na emissão de pareceres que atestam a conformidade dos atos de concessão e revisão de benefícios e de laudos que atestam a conformidade das contratações de serviços e aquisições de bens, bem como dos respectivos pagamentos aos fornecedores.

Além disso, audita, mensalmente, as atividades realizadas pelas diversas áreas mapeadas e/ou manualizadas, por meio de solicitação de informações via Memorando Circular, emitindo relatórios trimestrais, que são apresentados ao Conselho Municipal de Previdência (CMP) para fins de aprovação, em atendimento às determinações do Programa Pró-Gestão.

##### **11.4.1. Programa Anual de Auditoria.**

Anualmente, é elaborado o Programa de Auditoria que é utilizado como roteiro para a realização das auditorias mensais. Nos tópicos a seguir, detalhamos o que foi observado em cada uma das auditorias realizadas no primeiro trimestre de 2021.

##### **11.4.2. Área Administrativa – Contratos/Compras/Licitações.**

Todo o processo de aquisição/contratação passa pela análise do controle interno, antes do pagamento, a fim de que seja atestada a conformidade da instrução



processual, com base em *checklist* de análise, disponibilizado pelo setor responsável, que especifica toda a documentação requerida, conforme as particularidades de cada processo as quais poderão variar. Além disso, havendo novas aquisições, contratações, aditamentos contratuais ou convênios, a análise também considerará os requisitos definidos no procedimento que trazem o padrão para a aquisição de produtos, serviços, aditivos contratuais e realização de convênios.

#### **11.4.3. Administrativa – Saúde e Segurança do Trabalho.**

Considerando que, anualmente, é elaborado o Plano de Trabalho de Saúde e Segurança do Trabalho, contemplando todas as atividades previstas para o ano, a periodicidade de realização e o prazo para conclusão, no caso de atividades não contínuas, a auditoria realizada teve por objetivo verificar se o referido plano estava sendo cumprido a contento, com expedição de oportunidades de melhoria, quando cabíveis.

#### **11.4.4. Arrecadação – Cobrança de Contribuição do Ente e Câmara Municipal de Manaus (CMM).**

As auditorias tiveram por objetivo verificar se as atividades têm sido realizadas conforme o Manual de Arrecadação e Cobrança de Contribuição Previdenciária do Ente e a Câmara Municipal de Manaus (CMM), pela análise da seguinte das seguintes informações:

- Relação dos recolhimentos regulares por órgão/entidade no mês;
- Cópia dos ofícios de cobrança, quando houver;
- Relação dos recolhimentos em que incidiram juros e multas por órgão/entidade, quando houver; e
- Demonstrativo dos registros contábeis realizados.

#### **11.4.5. Atendimento Presencial aos Segurados.**

A auditoria teve por objetivo verificar se a atividade tem sido realizada conforme o Procedimento (PRO.SATE.01), no que se refere ao registro e controle dos atendimentos realizados e à pesquisa de óbitos, pela análise das seguintes informações:

- Relatório dos atendimentos comuns e especializados realizados no mês; e



- Relatório do controle de recebimentos das certidões de óbito dos segurados, bem como das listas de óbitos/sepultamentos enviados pelos cartórios/cemitérios de Manaus e cópia dos memorandos de comunicação ao setor de Manutenção de Benefícios, se houver.

#### **11.4.6. Atendimento aos segurados via *Call Center*.**

A auditoria teve por objetivo verificar os controles e registros utilizados na execução da atividade, buscando aferir a produtividade e a qualidade da atuação da empresa contratada para executar o serviço, a partir da análise das seguintes informações:

- Mapa de Controle de Campanhas Ativo do setor de *Call Center*;
- Relatório de Acompanhamento de Desempenho Mensal da Equipe; e
- Última avaliação de desempenho da empresa responsável pela prestação dos serviços de *call center*.

#### **11.4.7. Benefícios – Concessão e Revisão.**

A instrução e a análise dos processos previdenciários estão definidos nos Manuais de Concessão de Pensão, de Aposentadoria e de Revisão de Benefícios e, em atendimento à Resolução do TCE/AM nº 02/2014, alterada pela Resolução TCE nº 10/2015.

Todos os processos de concessão e de revisão de benefícios são encaminhados ao controle interno para elaboração de parecer sobre a legalidade do ato e conformidade do processo, com base em análise realizada conforme *checklist* específico para cada tipo de benefício.

No caso dos processos de revisão de benefícios, havendo pagamento retroativo, após o controle interno expedir o parecer técnico pela conformidade e o setor de manutenção de benefícios elaborar a planilha de cálculo, os autos retornam para homologação desses valores, com fundamento na Resolução n.º 002/2018-CMP/Manaus Previdência.

Além disso, uma vez que as metas para concessão de pensão, aposentadoria, revisão e implantação dos benefícios em folha de pagamento da Manaus Previdência são contabilizadas em dias úteis, os resultados dos indicadores são acompanhados





conforme esse parâmetro e, quando não atingido o objetivo, as justificativas são solicitadas aos setores responsáveis.

Nessas auditorias são acompanhados, também, o atendimento aos prazos internos estabelecidos para análise dos processos previdenciários.

Foram feitas, ainda, as auditorias mensais das folhas de pagamento dos aposentados e pensionistas e expedidos relatórios sobre a conformidade dos lançamentos, bem como sobre as constatações observadas ao setor responsável.

#### **11.4.8. Compensação Previdenciária – Análise e envio de requerimentos.**

As auditorias tiveram por objetivo verificar se as atividades têm sido realizadas conforme os Manuais de Análise e de Envio de Requerimentos por meio das seguintes informações:

- Processo de contabilização do saldo de compensação previdenciária do mês;
- Controle de processos do setor, que contém a quantidade de processos passíveis de compensação recebidos no mês; e
- Indicador de Compensação Previdenciária.

#### **11.4.9. Na Área Administrativa – Avaliação de Estágio Probatório.**

A auditoria teve por objetivo verificar se a atividade tem sido realizada conforme os Procedimentos Operacionais e Portaria nº 058/2016-MANAUS PREVIDÊNCIA, a partir da análise das seguintes informações:

- Controles utilizados para garantir a execução da atividade nos prazos estabelecidos;
- Processos que contenham a documentação referente à avaliação de estágio probatório de servidores escolhidos aleatoriamente, para fins de verificar, por amostragem, se seguiram o rito previsto na portaria supracitada;





- Informações, quando houver, acerca da instauração de processo administrativo durante o período de estágio probatório, tendo em vista a gravidade de ação ou omissão do servidor no desempenho do cargo; e
- Composição da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho, prevista na referida Portaria, mediante apresentação do ato de designação e de evidências dos processos por ela supervisionados.

#### **11.4.10. Na Área Administrativa – Treinamento e Capacitação.**

A auditoria teve por objetivo verificar se a atividade tem sido realizada conforme o Procedimento de Treinamento e Capacitação, pela análise das seguintes informações:

- Evidências de cursos previstos no Plano de Treinamento, escolhidos aleatoriamente;
  - Planilha de Treinamentos Geral atualizada; e
  - Planilha de Metas de Treinamento atualizada.

#### **11.4.11. Na Área Contábil/Financeira – Apuração do Pagamento do PASEP.**

Mensalmente, o processo referente ao PIS/PASEP é enviado ao controle interno para fins de análise da conformidade de apuração e pagamento, com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 8 de 03/12/1970, momento em que é analisada a documentação acostada aos autos do referido processo (planilha contendo a base de cálculo, guias de pagamento, notas de empenho, notas de lançamento e outros), com expedição de laudo técnico pela conformidade.

Além disso, na ocasião da auditoria mensal, consulta-se o processo no Sistema de Gestão Eletrônica de Dados (SIGED) a fim de verificar se o pagamento das guias foi realizado no prazo previsto, uma vez que o laudo é expedido antes do pagamento. Em caso de atraso, justificativas são solicitadas, ao setor responsável, bem como plano de ação para evitar novas ocorrências.



#### **11.4.12. Na Área Contábil/Financeira – Planejamento Orçamentário.**

A auditoria teve por objetivo verificar se as atividades têm sido realizadas conforme Procedimento que define o setor de Planejamento como responsável pela elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) da autarquia, em conjunto com os demais setores envolvidos, sob a orientação da equipe técnica de planejamento da Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação (SEMEF).

O PPA é elaborado a cada quatro anos e revisado anualmente, enquanto a LOA e LDO têm elaboração anual. As atividades de elaboração são realizadas mediante solicitação das informações por parte da SEMEF, que define os prazos para resposta.

Pelo acesso à documentação salva na rede, na pasta denominada Public (P), do respectivo setor responsável, foram analisadas quais foram as informações solicitadas pela SEMEF e as respectivas respostas, a fim de verificar se todos os dados requeridos foram encaminhados à secretaria dentro dos prazos previstos. Quanto à revisão do PPA, uma vez que os dados são inseridos no sistema SPLAM, não havendo necessidade de enviar resposta formal à SEMEF, verificou-se as evidências do registro das informações no referido sistema.

#### **11.4.13. Na Área Contábil/Financeira – Execução Orçamentária.**

A auditoria teve por objetivo verificar se as atividades têm sido realizadas conforme o procedimento que define a competência do setor de Planejamento para executar o orçamento aprovado observando os princípios orçamentários e em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Responsabilidades Fiscais (LRF) e demais legislações vigentes, visando atender com eficácia e eficiência os objetivos da Manaus Previdência.

Foram analisadas as seguintes informações:

- Relatório de Gestão Orçamentária e Financeira, contendo o comparativo da receita projetada x receita arrecadada, o demonstrativo da despesa empenhada, separado por fundos, bem como o orçamento executado por plano/ação.

Além disso, uma vez que todos os processos de despesa passam pela análise do controle interno, é verificado regularmente a conformidade dos empenhos expedidos para cada pagamento.



#### 11.4.14. Investimentos.

As auditorias tiveram por objetivo verificar se as atividades têm sido realizadas conforme Manuais de Análise de Riscos, de Autorização para Aplicação ou Resgate, de Credenciamento de Instituições Financeiras, de Elaboração da Política de Investimentos, Portaria MPS nº 519/2011 e Resolução nº 3.922/2010, mediante preenchimento de *checklist* específico, por meio do qual foi verificada a conformidade de 16 (dezesseis) itens, após a análise das seguintes informações:

- Política Anual de Investimentos, as Autorizações de Aplicação e Resgate/APRs;
  - Composição da Carteira de Investimentos;
  - Edital e Credenciamentos das Instituições (amostra);
  - Calendários, listas de frequência e Atas das Reuniões dos Conselhos;
  - Relatório Mensal de Investimentos;
  - Política de Gestão de Riscos; e
  - Extratos dos Investimentos (amostra).

#### 11.4.15. Jurídico – Defesa e cumprimento de decisões judiciais.

As auditorias tiveram por objetivo verificar se as atividades têm sido realizadas conforme Manuais de Gestão do Contencioso, de Tutela Provisória e Procedimento (PRO.PROJUR.01), pela análise das seguintes informações:

- Relatório de defesas e cumprimentos de decisões judiciais;
- Controle de Processos e Prazos Judiciais; e
- Controle de Peças Judiciais.

#### 11.4.16. Tecnologia da Informação – Acesso, Contingência, Cópia de Segurança e Política de Segurança da Informação.

As auditorias tiveram por objetivo verificar se as atividades têm sido realizadas conforme Manuais de Contingência, de Controle de Acesso (físico e lógico), de Controle de Cópia de Segurança, Procedimento (PRO.STIN.01) e Política de Segurança da Informação, pela análise das seguintes informações:

- Cópia dos comprovantes de entrega de *login* e senha dos acessos criados no mês, se houver;
- Relatório das atividades de controle de cópia de segurança da





informação, com as intercorrências ocorridas no mês; e

- Relatório dos chamados recebidos no mês, especificando a quantidade atendida e a quantidade ainda pendente, se houvesse, com a respectiva justificativa.

#### **11.4.17. Transparência – Informações Contidas no E-Contas e Portal da Transparência.**

As auditorias realizadas tiveram por objetivo analisar as seguintes informações:

- No site do e-Contas: foi verificada a regularidade do envio das informações contábeis/financeiras ao TCE/AM, observando se havia ausência de informações ou perda de prazo. Acompanhamos também, o cronograma de fechamento de contas disponibilizado pelo setor de contabilidade;
- No Portal da Transparência Municipal: foi verificado, por amostragem, se constavam as informações da autarquia, em cada categoria requerida. Amostra analisada: *links* de Contratos e de passagens e diárias.

#### **11.4.18. Transparência – Informações Contidas nos sites da Manaus Previdência e Previdência Social.**

As auditorias realizadas tiveram por objetivo analisar as seguintes informações:

- No site da Previdência Social: o Extrato de Regularidade do CRP, a fim de verificar se as informações requeridas para a manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária estavam regulares;
- No site da Manaus Previdências: a conformidade das informações publicadas, sugerindo melhorias, quando cabíveis. Amostra analisada: *links* Nossa História, Estrutura Organizacional, Organograma, Equipe, Galeria de Diretores-Presidentes e Planejamento Estratégico.

#### **11.4.19. Acompanhamento da Gestão.**

Foram acompanhadas as principais decisões tomadas pela gestão acerca de diversos assuntos pertinentes à rotina da autarquia, os atos publicados, a realização das reuniões regulares, a regularidade das reuniões dos diversos conselhos e a segregação das atividades.





#### **11.4.20. Ouvidoria.**

As atividades de Ouvidoria, descritas no Manual de Ouvidoria e no Procedimento (PRO.AUDIN.02), são regularmente realizadas pelo Ouvidor, que atende às demandas do público externo à autarquia.

Mensalmente, foram elaborados relatórios contendo as informações do Canal “Fale Conosco”, como a quantidade de demandas recebidas e a quantidade respondida dentro da meta prevista, com comentários sobre os elogios, sugestões, reclamações e as tratativas pertinentes adotadas em cada caso. Foram compilados também os dados referentes às ligações recebidas pelo *Call Center*, com destaque para os assuntos mais relevantes.

Além disso, no referido relatório, também foram analisados os dados referentes à pesquisa de satisfação, realizada mensalmente com os novos segurados, a fim de constatar se a meta proposta estava sendo cumprida, com destaque para as sugestões, elogios e reclamações, bem como para as tratativas adotadas em cada caso.

#### **11.4.21. Manutenção das Ações do Pró-Gestão.**

As auditorias tiveram por objetivo verificar a manutenção das ações exigidas pelo Programa Pró-Gestão, conforme disposto no Manual do Pró-Gestão, versão 3.2, acompanhando, também, a correção das não conformidades e da implementação das oportunidades de melhoria indicadas pelo auditor externo, responsável pela certificação da autarquia no referido programa.

Amostra analisada: Pilar 3.1 – Dimensão Controle Interno: 3.1.5 – Política de Segurança da Informação; 3.1.6 – Gestão e Controle da Base de Dados Cadastrais dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas; Pilar 3.2 – Dimensão Governança corporativa: 3.2.1 – Relatório de Governança Corporativa; 3.2.2 – Planejamento; 3.2.3. Relatório de Gestão Atuarial; 3.2.4. Código de Ética da Instituição; 3.2.5. Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor; 3.2.6. Política de Investimentos; 3.2.7. Comitê de Investimentos; 3.2.8. Transparência; 3.2.9. Definição de Limites de Alçada e 3.2.10. Segregação das Atividades.





#### **11.4.22. Matrizes de Risco.**

Considerando a boa prática de gestão adotada pela autarquia, de acompanhamento e controle dos riscos, mediante o registro das informações em matrizes específicas, foi realizada a auditoria amostral, com o objetivo de verificar a definição dos riscos, os controles utilizados, as ações planejadas ou executadas e as avaliações pertinentes.

#### **11.4.23. Acompanhamento de Pendências.**

Todas as constatações identificadas durante as auditorias são acompanhadas até que o setor responsável apresente as tratativas implementadas para regularização da constatação ou justificativa acerca da impossibilidade de implementação da recomendação expedida.

#### **11.4.24. Recomendações.**

Sempre que necessário, são expedidas recomendações aos diversos setores da autarquia acerca das diversas informações analisadas em auditoria.





### **11.5 Cumprimento de decisões judiciais e conformidade, entendida como o atendimento ao conjunto de normas, regras e padrões legais e infralegais estabelecidos.**

Nos termos do Art.12 da Lei nº 2.419/2019, à Procuradoria Jurídica da Manaus Previdência compete a representação judicial, extrajudicial, consultoria e assessoramento jurídico da Manaus Previdência, assim como a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança administrativa ou judicial.

Sob este prisma, em relação às defesas judiciais nos processos que tramitam contra a Manaus Previdência, a Procuradoria atua apresentando as mais variadas peças judiciais em defesa do RPPS municipal até que se tenha o trânsito em julgado da decisão, como por exemplo: contestação, embargos de declaração, informações em MS, defesa ao ato impugnado, impugnação à execução, petição simples, apelação, recurso especial, recurso extraordinário etc.

No que pertine às decisões judiciais, seu acompanhamento se dá por meio do sistema *push* junto aos tribunais; pelo recebimento das publicações por e-mail pela empresa contratada para o serviço de monitoramento de publicações oficiais; pelo sistema *Advise Liber* da OAB e, principalmente, por meio de leitura de citações/intimações eletrônicas junto ao sistema e-SAJ do TJ/AM (Justiça Estadual), sendo, este último, o procedimento oficial, posto que a Fazenda Pública deve ser citada/intimada pessoalmente nos termos do Art.183, §1º do CPC.



**– Decisões judiciais recebidas para cumprimento.**

No primeiro trimestre de 2021, a Manaus Previdência recebeu 2 (duas) ordens para cumprimento de decisões judiciais conforme quadro abaixo:

DECISÃO JUDICIAL	REGRAS E PADRÕES LEGAIS (CF/88, CPC, ISO, NORMAS INTERNAS)	PROVIDÊNCIA MANAUS PREVIDÊNCIA	STATUS
14/01/2021 - Processo nº 0758086-34.2020.8.04.0001 – Defere tutela de urgência para determinar que a Manaus Previdência se abstenha de realizar os descontos por consignação em Folha de Pagamento, na pensão por morte de beneficiária da autarquia.	Verificar se de fato a autarquia consta no polo passivo da ação; Verificar existência de causa, impeditiva, extintiva ou suspensiva da obrigação. Verificar possibilidade/necessidade de recurso. Verificar prazo para cumprimento de decisão judicial. Verificar procedimento interno para viabilizar cumprimento.	Memo 001/2021 – PROJUR/MANAUS PREVIDÊNCIA solicitando o cumprimento da decisão judicial no sentido de proceder com a suspensão dos descontos por consignação em Folha de Pagamento, na pensão por morte de beneficiária da autarquia, determinados no Processo Administrativo n.º 2020.17848.17894.0.00033 1.	Por meio do Doc. SIGED nº 2021.17848.17913.9.00039 0, fora informado o cumprimento da decisão judicial para a folha de pagamento de janeiro/2021. Interposto recurso de agravo de instrumento.
22/01/2021 - Processo nº 0202115-87.2021.8.04.0001 – Determina que a Manaus Previdência cesse os descontos a título de pensão alimentícia que vem sendo feitos nos proventos do segurado.	Verificar a veracidade da decisão judicial; Verificar existência de causa, impeditiva, extintiva ou suspensiva da obrigação. Verificar possibilidade/necessidade de recurso. Verificar prazo para cumprimento de decisão judicial. Verificar procedimento interno para viabilizar cumprimento.	Parecer 021/2021 – PROJUR/MANAUS PREVIDÊNCIA recomendando o cumprimento da decisão judicial no sentido de proceder com a cessação dos descontos efetuados no contracheque do segurado.	Por meio do Doc. SIGED nº 2021.17848.17894.0.00015 5, fora informado o cumprimento da decisão judicial para a folha de pagamento de março/2021.

*Fonte: Projur*

Em relação às requisições de pagamentos a serem efetuados pela Manaus Previdência, decorrentes de condenações em processos judiciais, no primeiro semestre de 2021 a autarquia não recebeu ordem para pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPV) mas recebeu 4 (quatro) ordens por meio de Precatório<sup>1</sup>, conforme quadro abaixo:

<sup>1</sup> Processos nº's: 0002516-10.2020.8.04.0000; 0002955-21.2020.8.04.0000; 0003554-57.2020.8.04.0000; 0002515-25.2020.8.04.0000



Vejamos gráfico demonstrativo das informações supra:

ORDENS DE PAGAMENTO RECEBIDOS PELA MANAUS PREVIDÊNCIA DECORRENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS – FEVEREIRO DE 2021		
MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
RPV	0	0
PRECATÓRIO	4	R\$ 298.100,00
<b>VALOR TOTAL:</b>		<b>R\$ 298.100,00</b>

Fonte: Projur

Insta destacar que o procedimento para pagamento das ordens de RPV e Precatário obedece ao disposto no Art. 100 da CF/88, além do Art. 87 do ADCT, da Lei Municipal nº 716, de 04 de novembro de 2003 (que define o que é obrigação de pequeno valor para a Fazenda Pública Municipal) e da Resolução nº 003/2014 – TJ/AM.

Destaca-se também que a Resolução nº 303/2019 – CNJ trouxe importantes orientações acerca dos pagamentos de condenações judiciais proferidas contra Fazenda Pública. Referida resolução uniformizou as normas para pagamentos de precatórios em todo o país, trazendo segurança jurídica, dado que, até então, cada tribunal de justiça adotava procedimentos próprios em relação aos pagamentos, submetendo o credor às regras locais. Além disso, trouxe regras sobre padronização dos índices de correção monetária, erro material no cálculo dos débitos, liquidação dos pequenos valores, *spread* das aplicações financeiras dos recursos destinados ao pagamento dos precatórios, substituição de credores falecidos, entre outros temas.

Cumprido destacar também, posto que passível de aplicação contra a autarquia, as regras que possibilitam o fracionamento de precatório, consubstanciadas na aplicação do §2º do Art. 100 c/c §2º do Art. 102, ambos da CF/88 e do Art. 9º c/c Art. 74, ambos da Resolução nº 303/2019 – CNJ, os quais tratam do pagamento de parcela superpreferencial para os credores idosos (60 – sessenta anos), portadores de doença grave ou portadores de deficiência, que poderão receber o valor referente ao triplo (regra) ou quántuplo (no caso de vigência de regime especial de precatórios trazida pela EC nº 62/2009) daquele definido como obrigação de pequeno valor (no município de Manaus – 15 salários mínimos).





## **11.6. Tecnologia da Informação.**

A Tecnologia da Informação é um dos principais agentes de mudanças organizacionais com atribuições voltadas a questões estratégicas de apoio à integração operacional, organizacional e funcional, contribuindo para um ambiente institucional moderno e integrando as ações de todos os setores e encontra guarida no objetivo estratégico “Modernizar a Infraestrutura”, nas estratégias 6.1 “Prover soluções tecnológicas integradas e seguras” e 6.2 “Investir constantemente na modernização e no desenvolvimento de Tecnologia da Informação como forma de sempre oferecer uma melhor prestação de serviços aos beneficiários e servidores da Manaus Previdência”.

### **11.6.1. Segurança da Informação.**

As reuniões do Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) da Manaus Previdência, previstas para acontecer no primeiro trimestre de 2021, foram suspensas em virtude da necessidade de tratativas de assuntos que precedem os trabalhos do Comitê, a saber, um Plano de Ação Gerencial (PAG) aberto em 07/01/2021, referente à Oportunidade de Melhoria (OM) notificada em auditoria do Pró-Gestão, Auditoria Externa realizada em outubro de 2020, cuja solicitação abrange dentre outros assuntos, a necessidade de classificação de informações quanto ao seu uso apoiadas na Lei Geral de Proteção dos Dados (LGPD) e Lei de Acesso a Informação (LAI). Assim, posteriormente à tratativa, o Comitê se reunirá para avaliar as mudanças no texto da Política de Segurança da Informação.

No Plano de Contingência, no decorrer da sua aplicabilidade no ano de 2020, foram apontadas melhorias e sugestões, conforme auditoria do Externa (Pró-Gestão) e Interna (Manaus Previdência), com previsão para ser finalizado até junho de 2021.



### 11.6.2 Atividades do Setor de Tecnologia da Informação.

Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reinstalação e configuração do novo servidor Alfresco;</li> <li>• Revisão da documentação da rede Diagramas;</li> <li>• Revisão da sistemática de <i>backup</i>;</li> <li>• Reconfiguração e atualização do servidor Syslog; e</li> <li>• Atualização e reconfiguração do Zabbix (monitoramento da rede e ativos).</li> </ul>
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração ETP para Aquisição de Suprimentos de Informática;</li> <li>• Desenvolvimento formulário de envio de documentos sate: <a href="http://satemanausprev.interativoti.com">satemanausprev.interativoti.com</a>;</li> <li>• Implantação do Sistema De Cursos/MRA do Setor SGEP; e</li> <li>• Início da revisão documental: "Revisão da Documentação Pró-Gestão e SGQI":</li> </ul> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Plano de Contingência;</li> <li>2. Instruções de Trabalho;</li> <li>3. Manual de <i>backup</i>;</li> <li>4. POSIC em consonância com LGPD;</li> <li>5. Criação do Plano Diretor de TI;</li> <li>6. Procedimento de manutenção preventiva e corretiva;</li> <li>7. Matriz de Risco; e</li> <li>8. Controle de acesso.</li> </ol>
Março	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preenchimento e entrega da LNC 2021;</li> <li>• Reunião com a equipe da Secretaria de Comunicação (SECOM), Prefeitura Municipal de Manaus (PMM) e direção e envolvidos para definição do apoio técnico e roteiro das cenas;</li> <li>• Apoio na Criação das Telas E Apresentação da Audiência Pública;</li> <li>• Apoio testes para montagem cenário Audiência Pública no auditório SUBTI;</li> <li>• Apoio nas realocações dos computadores no setor de atendimento;</li> <li>• Apoio Na Transmissão Oficial da Audiência Pública;</li> <li>• Entrega Relatório AUDIN Tratativas Fev/2021;</li> <li>• Apoio na gravação dos vídeos do Feliz Vida Nova;</li> <li>• Envio <i>email</i> Solicitando Declaração de Instabilidade No Sistema (SIGED), para justificativas de prazos e de processos;</li> <li>• Apoio ao sate nas melhorias no portal da Manaus Previdência; e</li> <li>• Atualização da aplicação antivírus do servidor e replicação dos <i>desktops</i>;</li> </ul>

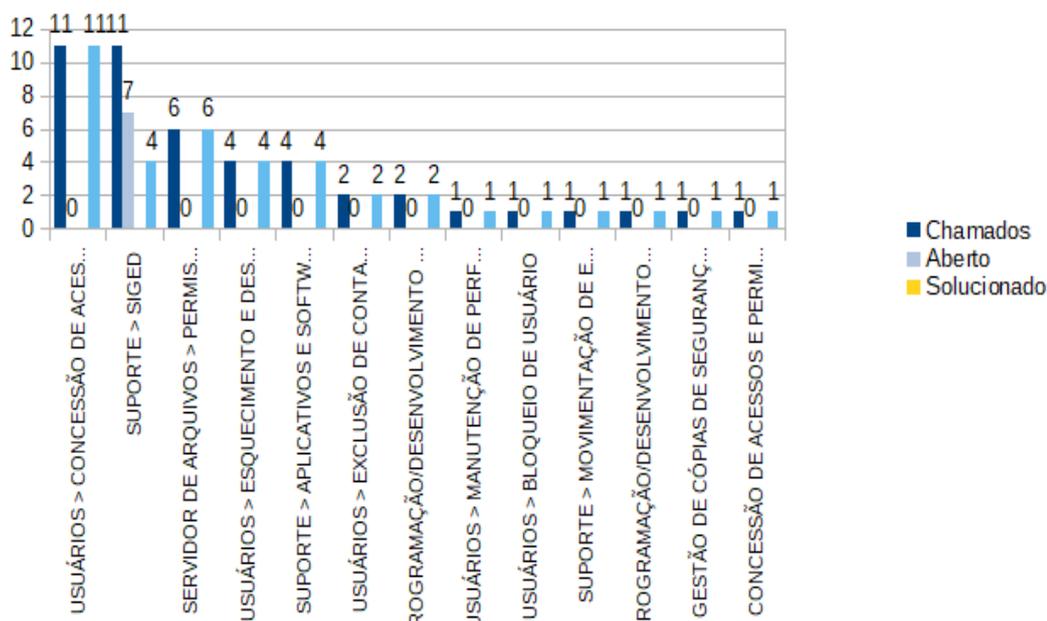
Fonte: Stin



### 11.6.3 Registros de chamados de Suporte.

A melhoria de processos de serviços de TI pode ser alcançada por meio da utilização do uso da ferramenta de Gestão Livre de Parque de Informática (GLPI), a qual auxilia os métodos gerenciais para resolução de problemas.

#### 11.6.3.1 Gráfico – 1: Quantitativo de atendimento por categoria – 1º trimestre.

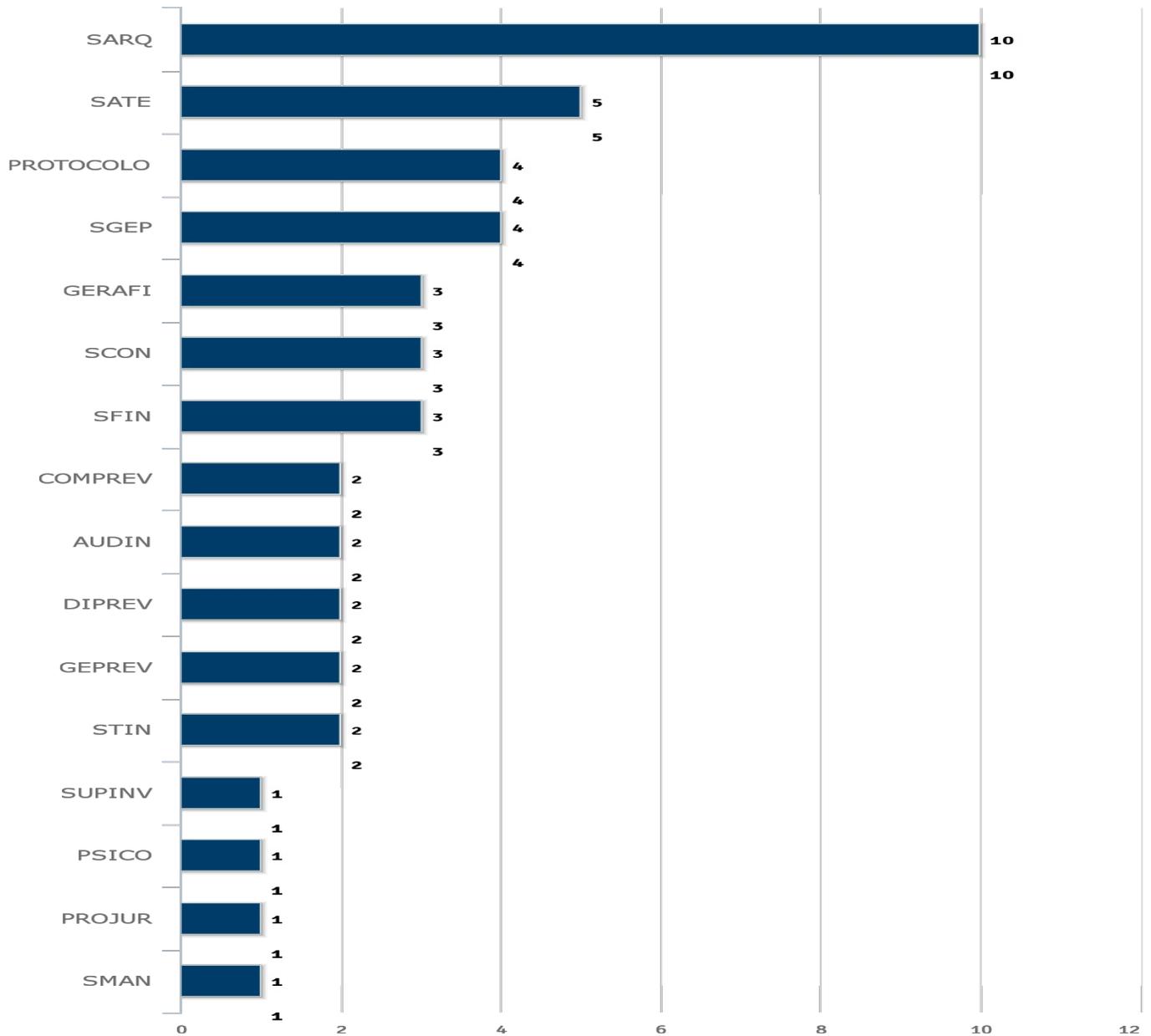


Fonte: Stin





11.6.3.2 Tabela 1: Chamados por localização – 1º trimestre.

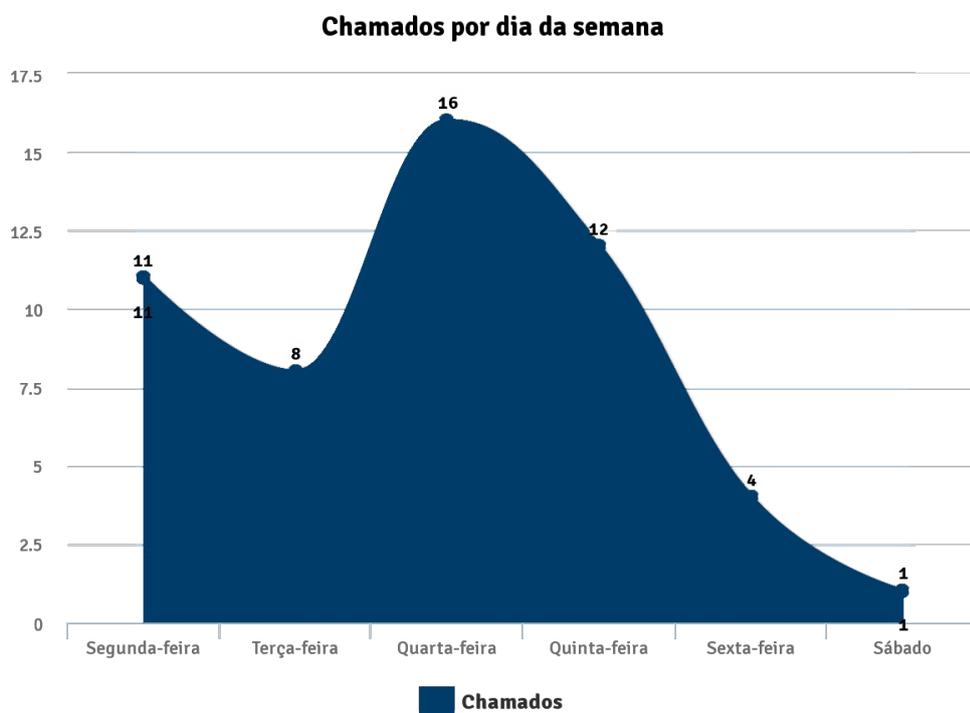


Fonte: Stin





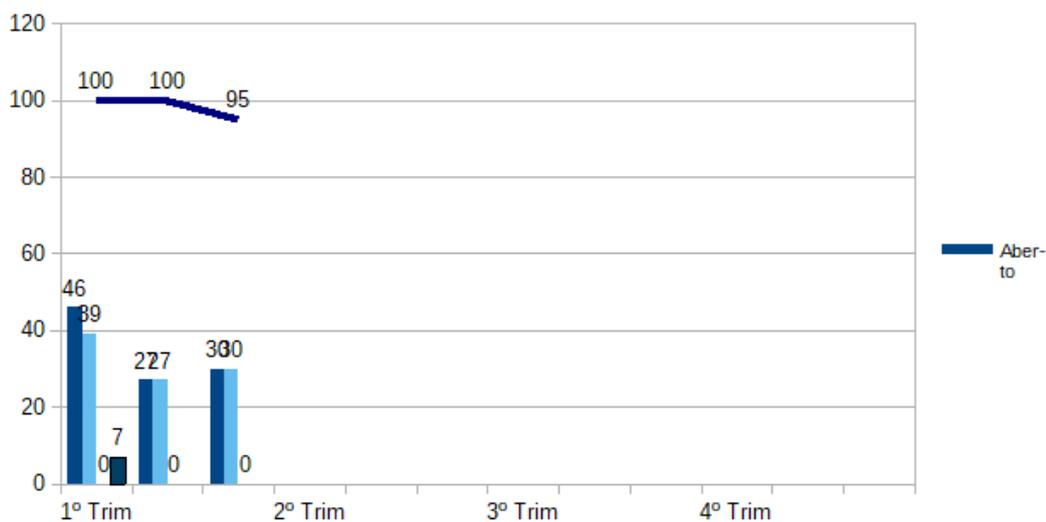
### 11.6.3.3 Gráfico – 2: Chamados por dia da semana e horário – 1º trimestre.



Highcharts.com

Fonte: Stin

### 11.6.3.4 Gráfico – 3: Pesquisa de Satisfação – 1º trimestre.



Fonte: Stin





### 11.7. Atividades Psicossociais e de Educação Previdenciária.

No primeiro trimestre de 2021, assim como nos trimestres de 2020, em virtude da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e, em atendimento aos Protocolos de Prevenção à Saúde da Organização Mundial de Saúde, o setor Psicossocial não procedeu aos atendimentos concernentes às demandas espontâneas.

Compete esclarecer que as demandas espontâneas abarcam diversas questões psicossociais, não se limitando somente à perspectiva previdenciária, o que explica ser o atendimento psicossocial um local para informações, orientações e encaminhamentos à rede de atenção.

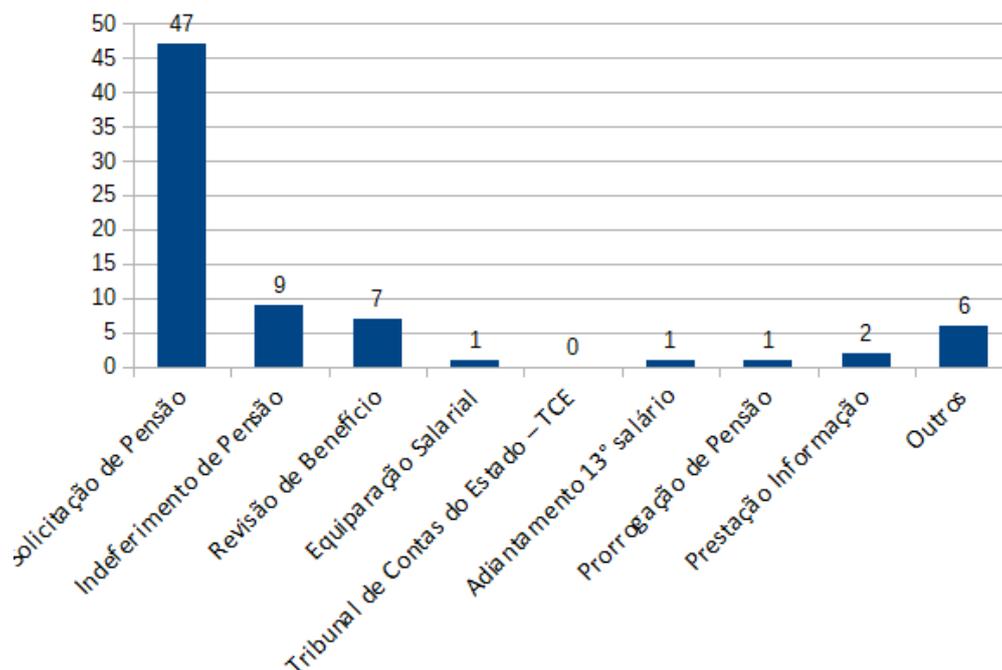
As visitas domiciliares nos casos de pensão por morte são providências essenciais para o melhor entendimento da dinâmica familiar, possibilitando conhecer *in locus* um extrato da realidade familiar. Contudo, devido ao cenário pandêmico, no primeiro trimestre não ocorreram visitas. Assim, as entrevistas sociais de pensão foram realizadas via contato telefônico e envio de documentação por *e-mail*.

Os atendimentos presenciais para recadastramento, assim como as visitas para esse fim foram temporariamente suspensos, tendo em vista a Portaria nº 344/2020 – GP/MANAUS PREVIDÊNCIA.

Nos gráficos a seguir pode-se visualizar os atendimentos realizados pelo Setor Psicossocial no primeiro trimestre de 2021.



**Gráfico 1: Atendimentos Psicossocial.**

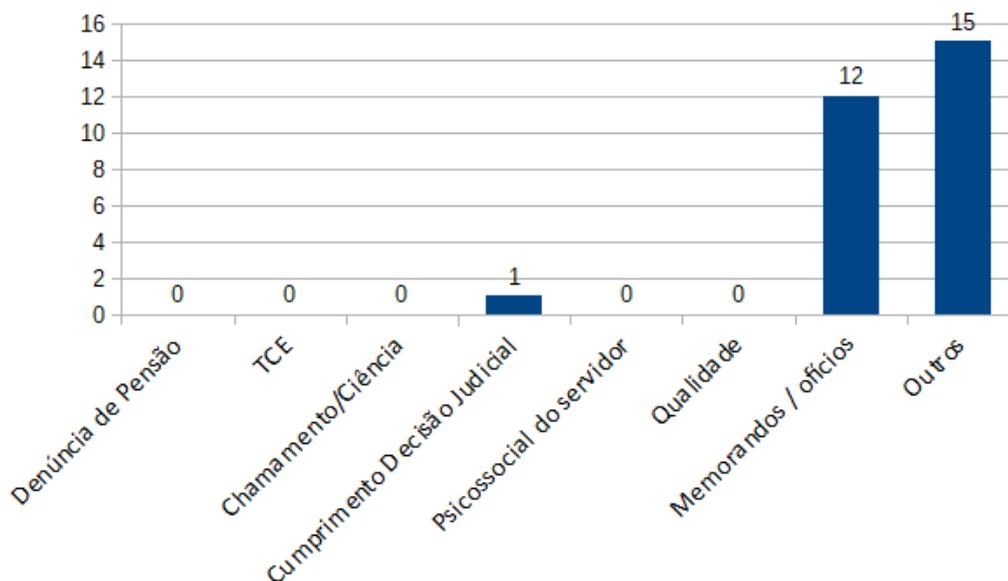


Fonte: Psicossocial

Conforme o gráfico acima, dentre os atendimentos realizados pelo setor psicossocial no primeiro trimestre de 2021, via processos, as solicitações de pensão, corresponderam ao total de 47 (quarenta e sete) e representaram o maior quantitativo, seguidos de ciências de indeferimento de pensão, 9 (nove) e revisão de benefícios, 7 (sete), dentre outros.

Os processos denominados “outros” referem-se à 01 (uma) antecipação do décimo terceiro salário, 02 (duas) isenções de Imposto de Renda, 01 (um) documento pendente de juntada pelo requerente de pensão por morte, 01 (uma) impugnação à pensão previdenciária e 01 (uma) instauração de processo administrativo.



**Gráfico 2: Documentos Psicossocial.**


Fonte: Psicossocial

Conforme o gráfico acima, no primeiro trimestre de 2021 foram atendidos 15 (quinze) documentos, a maioria referente a pendências documentais de pensão por morte. Algumas demandas também chegam ao Psicossocial via memorandos. Neste trimestre foram 12 (doze) memorandos e/ou ofícios e 1 (um) cumprimento de decisão judicial.

Ademais, no primeiro trimestre de 2021, não foram realizados atendimentos presenciais na autarquia, uma vez que a partir de 13 de março de 2020, esses atendimentos foram suspensos em virtude da Covid-19. Assim, o primeiro trimestre contou com 2 (duas) atividades do Psicossocial, 1 (uma) reunião setorial (*online*), em que foram definidas as atividades para o exercício de 2021, e 20 (vinte) inscrições em curso/programa) na modalidade *online*.





### **11.7.1 Principais programas, projetos e ações realizados no primeiro trimestre.**

O ano de 2021 teve início com as tratativas referentes aos Programas e projetos desenvolvidos e executados pelo Psicossocial. Foram planejadas as atividades e definido o calendário de execução para 2021. Cabe destacar que as atividades e ações foram planejadas priorizando-se as recomendações das organizações de saúde e com o olhar atento ao público beneficiário das ações, os idosos, que por sua vez, são considerados grupo de risco. O referido planejamento pode ser visualizado nos tópicos a seguir.

#### **A) Programa Vitalidade**

O programa é composto por projetos, cursos, ações e serviços que ocorrem na Manaus Previdência durante todo o ano. São realizadas parcerias com diversas instituições, como por exemplo: Universidade Aberta da Terceira idade (UNATI), Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional (ESPI), Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), Eletrobrás, Águas de Manaus, Manaustrans, Manausmed, Delegacia do Idoso, Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), Serviço Social do Comércio (SESC), faculdades, entre outros.

- **Cursos**

Os cursos do Programa Vitalidade são comumente ofertados pelas instituições parceiras e realizados presencialmente na Sede da Manaus Previdência, todavia, em 2021, em atendimento aos protocolos de prevenção da Covid-19, houve uma redução e uma nova metodologia de realização. Para o calendário de 2021, estão previstos 02 (dois) cursos, de forma virtual, sendo 01 (um) em cada semestre. O primeiro, promovido pela Manaus Previdência teve início em março e, o segundo, em parceria com a Escola de Ensino Superior (ESPI), será ofertado no segundo semestre.

Os cursos são divulgados nas mídias sociais da Manaus Previdência, bem como com o envio de convites virtuais aos segurados participantes de cursos anteriores.

Aqueles que desejam participar dos cursos, entram em contato com a Manaus Previdência por meio da equipe técnica do Psicossocial para realização da inscrição.



No caso do curso oferecido diretamente pela Manaus Previdência, o Exercitando a Memória, tivemos a participação de 12 (doze) alunos, aos quais, após a inscrição, foi enviado, via *WhatsApp*, um *link* para a participação no curso e as aulas acontecem 02 (duas) vezes por semana, às terças e quintas, via *Google Meet*.

Para o curso a ser promovido em parceria com a ESPI, os candidatos deverão acessar o portal da escola e efetivar sua inscrição diretamente no site. O curso também terá aulas disponibilizadas 02 (duas) vezes por semana, em dias alternados, em plataforma a ser definida pela organização.

**TABELA 1: Cronograma previsto de cursos 2021.**

CRONOGRAMA PREVISÃO/2021: EM ATENDIMENTO AOS PROTOCOLOS DE PREVENÇÃO A Covid-19			
DATA	CURSO	PÚBLICO-ALVO	REALIZAÇÃO
Março – Maio/2021	Exercitando a Memória	Aposentados e Pensionistas	Setor Psicossocial da Manaus Previdência
Julho – Setembro/2021	Inglês Básico	Aposentados e Pensionistas	ESPI

Fonte: Psicossocial

- **Ações e serviços**

Os serviços presenciais, em 2021, como medida de segurança, permanecem suspensos até que se tenha o controle da disseminação do vírus e/ou liberação do estado e da prefeitura para realização de tais serviços.

Assim, foram realizadas apenas ações socioeducativas virtuais, por meio de vídeos, *banners* e encontros virtuais que promoveram a divulgação de informações, orientações e interações sociais.





**TABELA 2: Cronograma previsto de ações socioeducativas 2021.**

CRONOGRAMA AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS	
MÊS	AÇÃO/SERVIÇO
Março	Dia Internacional da Mulher
Maio	Prevenção de Acidentes Domésticos com idosos Homenagem ao dia das Mães para os servidores e segurados
Junho	Junho Violeta: Campanha de Prevenção da Violência contra Pessoa Idosa
Agosto	Orientação Social sobre Importância da família na Aposentadoria Homenagem ao dia dos Pais para os servidores e segurados
Setembro	Setembro Amarelo: Campanha de Prevenção ao Suicídio
Outubro	Outubro Rosa: Campanha alusiva ao Combate do Câncer de mama.
Novembro	Novembro Azul: Campanha alusiva ao Combate do Câncer de próstata.

Fonte: Psicossocial

## Educação Previdenciária no primeiro trimestre de 2021

### 1. Programa de Orientação para Aposentadoria – PREPARAPREV.

Com o atual cenário pandêmico, o cronograma e as ações deste programa foram adaptadas e estão previstas para ocorrerem no segundo semestre.

Serão disponibilizados 03 (três) módulos na categoria à distância, isto é, na modalidade *online*. Por meio de consulta ao Sistema de Gestão de Regime Próprio de Previdência (SISPREV), será emitida uma lista com dados dos servidores aptos à aposentadoria em até 2 (dois) anos e, os participantes habilitados, receberão, via *WhatsApp* e *e-mail*, um convite para participarem dos módulos.

Os interessados deverão acessar o site da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional (ESPI) para efetuarem a inscrição e, feito isso, receberão um *link* de acesso ao módulo. As palestras tratarão de temáticas relevantes sobre a preparação para a aposentadoria e serão realizadas *online* na plataforma do *YouTube*, *Google Meet* e/ou outra similar e o material utilizado pelo palestrante será enviado via *e-mail*.

Durante os módulos será disponibilizado um *link* para formulário de registro das perguntas, que poderão ser respondidas durante ou ao final do módulo. Também, ao final de cada módulo, os participantes receberão um *link* para registro de frequência e



pesquisa de satisfação e, ao final dos três módulos, será disponibilizado certificado emitido pela ESPI, condicionado à realização das pesquisas de satisfação.

Outrossim, os módulos serão divulgados nas redes sociais da Manaus Previdência e nos meios de comunicação da prefeitura. Ademais, conta-se, também, com parcerias institucionais pelas quais são concedidos palestrantes, materiais didáticos, entre outros.

**TABELA 3 – Cronograma de Execução do Preparaprev 2021:**

CRONOGRAMA PREVISÃO/2021: EM ATENDIMENTO AOS PROTOCOLOS DE PREVENÇÃO A COVID-19			
MÓDULO	DATA	TEMA	PÚBLICO-ALVO
1º Módulo	20/08/2021	Reflexões sobre a importância da preparação para aposentadoria.	Servidores públicos municipais.
2º Módulo	17/09/2021	Legislação previdenciária municipal.	
3º Módulo	15/10/2021	Planejamento Financeiro e Familiar: O empreendedorismo como fonte de renda.	

Fonte: Psicossocial

## 2. ManausPrev Itinerante

Em virtude do cenário pandêmico, os treinamentos, cursos, reuniões ou eventos coletivos realizados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal permaneceram suspensos no primeiro trimestre. Desse modo, os cronogramas das ações do Programa Manausprev Itinerante também não puderam ser executados na modalidade presencial.

Após análise e considerando o nível atual de restrição legal de locomoção de pessoas na cidade e, principalmente, por questões de saúde e segurança dos servidores, públicos-alvo e da sociedade em geral, será realizada, de forma online, a reunião com os agentes/servidores de RHs das Secretarias, programada para maio deste ano.

Inicialmente, serão encaminhados ofício às secretarias do Município, informando sobre a nova data da reunião e solicitando o envio da relação de nomes, e-mails e telefone dos servidores participantes. A reunião ocorrerá por meio da



plataforma *Google Meet* e/ou outra similar e o *link* de acesso será enviado aos participantes por meio de aplicativo de mensagem instantânea.

**TABELA 4 – Cronograma de Execução do Manausprev Itinerante 2021:**

CRONOGRAMA PREVISÃO/2021: EM ATENDIMENTO AOS PROTOCOLOS DE PREVENÇÃO A COVID-19		
REUNIÃO	DATA	PÚBLICO-ALVO
Reunião 1º Sem	12/05/2021	Servidores de RH's
Reunião 2º Sem	10/11/2021	Servidores de RH's

Fonte: Psicossocial

### 3. Projeto Feliz Vida Nova

Em 2021, de modo especial, o Feliz Vida Nova será realizado na modalidade virtual. Os aposentados deste ano receberão, via *WhatsApp* e/ou *e-mail*, um vídeo de boas-vindas à Manaus Previdência e um kit digital com orientações sociais.

O vídeo abordará as transformações biopsicossociais a serem vivenciadas na nova fase de vida – a aposentadoria –, os direitos e deveres dos aposentados, bem como apresentará os serviços oferecidos pela Manaus Previdência e sua equipe técnica.

O kit, por sua vez, trará informações sobre a rede de serviços socioassistenciais, calendário de pagamento dos aposentados e certificado de agradecimento ao servidor pelos serviços prestados ao município.

**TABELA 5 – Cronograma de Execução do Projeto Feliz Vida Nova 2021:**

CRONOGRAMA PREVISÃO/2021: EM ATENDIMENTO AOS PROTOCOLOS DE PREVENÇÃO A COVID-19	
DATA	PÚBLICO-ALVO
14/07/2021	Aposentados de Janeiro a Junho/2021
19/01/2022	Aposentados de Julho a Dezembro/2021

Fonte: Psicossocial

### 4. Pensando o Futuro.

Em 2021 o projeto ocorrerá na modalidade virtual. Por meio de contato telefônico, *e-mail* e do aplicativo *WhatsApp*, os pensionistas e/ou responsáveis serão contatados e será encaminhado um vídeo com a palestra: “Minha pensão está acabando e agora?”, e o “Guia do pensionista”, material a ser elaborado compilando



informações previdenciárias e informações encaminhadas pelos parceiros relativas à inserção no mercado de trabalho.

**TABELA 6 – Cronograma de Execução do Pensando o Futuro 2021:**

CRONOGRAMA PREVISÃO/2021: EM ATENDIMENTO AOS PROTOCOLOS DE PREVENÇÃO A COVID-19	
DATA	ATIVIDADE
16/06/2021	Palestra: “Minha pensão está acabando e agora?”
Julho/2021	Atendimento às dúvidas.

Fonte: Psicossocial

## 5. Projeto Acolher

O Projeto Acolher é voltado aos pensionistas que tiverem o benefício de pensão por morte deferido e tem por objetivo informá-los acerca de seus direitos e deveres, bem como oferecer suporte psicológico para lidar com o processo de luto de forma mais equilibrada e saudável.

**TABELA 7 – Cronograma previsto Projeto Acolher 2021:**

CRONOGRAMA – PREVISÃO/2021	
Pensionistas	Serão atendidos em:
Primeiro Trimestre (Janeiro – Fevereiro – Março)	Abril e Maio
Segundo Trimestre (Abril – Maio – Junho)	Julho e Agosto
Terceiro Trimestre (Julho – Agosto – Setembro)	Outubro e Novembro
Quarto Bimestre (Outubro – Novembro – Dezembro)	Janeiro e Fevereiro/2022

Fonte: Psicossocial

Ressaltamos que, o Estado do Amazonas, em especial a cidade de Manaus, no primeiro trimestre de 2021, foi gravemente afetada e apresentou um elevado índice de contágio de pessoas pelo coronavírus e, conseqüentemente, um grande número de óbitos.

Referidos dados incidiram diretamente no aumento de abertura de processos de pensão por morte na Manaus Previdência de forma que, no setor Psicossocial o maior número de atendimento esteve voltado às entrevistas e relatórios das pensões.

Nesse trimestre, de forma inovadora e experimental, retomamos o Programa Vitalidade com o curso Exercitando a Memória, na modalidade virtual.





Inicialmente, o curso teve baixa adesão, todavia, com grande envolvimento daqueles que se inscreveram. Entendemos que esse é um desafio, pois nem todos os segurados estão habituados ao uso de tecnologias, porém, é também uma oportunidade de atividades e de incentivo àqueles que estão isolados em quarentena.

Para o segundo trimestre, a Manaus Previdência tem planejado atividades e ações dos demais programas sociais, em especial, a abertura do Projeto Acolher. Assim, iniciamos o ano de 2021, nos organizando para levar, aos nossos segurados, de forma virtual, a promoção do conhecimento e do acesso à cidadania, bem como uma aproximação social.





### 11.8. Concessão de Benefícios.

No primeiro trimestre do ano de 2021, foram analisados 82 (oitenta e dois) processos de aposentadoria, o que representa uma diminuição de 47,44% (quarenta e sete inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento) em relação ao primeiro trimestre de 2020, momento em que foram analisados 156 (cento e cinquenta e seis) processos. Daqueles 82 (oitenta e dois) processos analisados, foram concedidas 39 (trinta e nove) aposentadorias, ou seja, 47,56% (quarenta e sete inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) dos processos.

Importante ressaltar que isso não significa, necessariamente, que os demais pedidos foram indeferidos, visto que muitos foram devolvidos às secretarias por motivos diversos como, por exemplo, incompatibilidades de horários, incorreções na instrução, ausência de autenticação nas certidões de tempo de contribuição digitais etc.

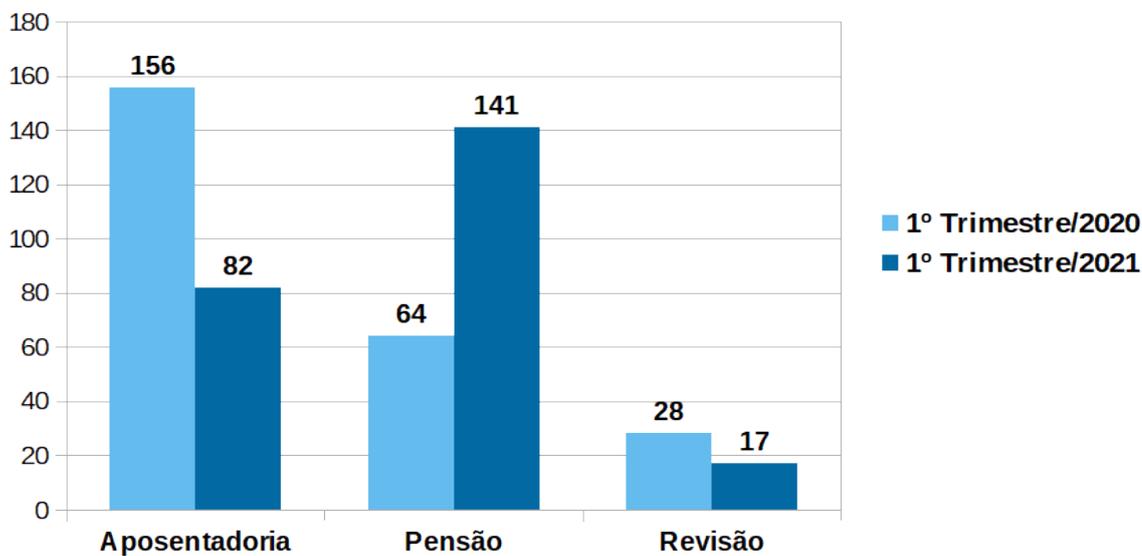
Cabe informar que, dos 39 (trinta e nove) processos de aposentadoria concedidos, 33 (trinta e três) referem-se a aposentadorias por tempo de contribuição, 2 (dois) por invalidez e 4 (quatro) por idade.

Por seu turno, no primeiro trimestre de 2021, foram analisados 141 (cento e quarenta e um) processos de pensão por morte, o que representa um aumento de 120,31% (cento e vinte inteiros e trinta e um centésimo por cento) em relação ao mesmo período do ano anterior, em que foram analisados 64 (sessenta e quatro) processos de pensões. Daqueles 141 (cento e quarenta e um), foram deferidos 80 (oitenta) pedidos de pensão por morte, ou seja, um acréscimo de 166,67% (cento e sessenta e seis inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) frente aos 30 (trinta) pedidos de pensão deferidos no primeiro trimestre do ano anterior.

Quanto aos processos de revisão de benefícios, foram analisados 17 (dezessete) no primeiro trimestre de 2021, dos quais foram deferidos 7 (sete), o que representa 41,80% (quarenta e um inteiros e oitenta centésimos por cento) dos processos.

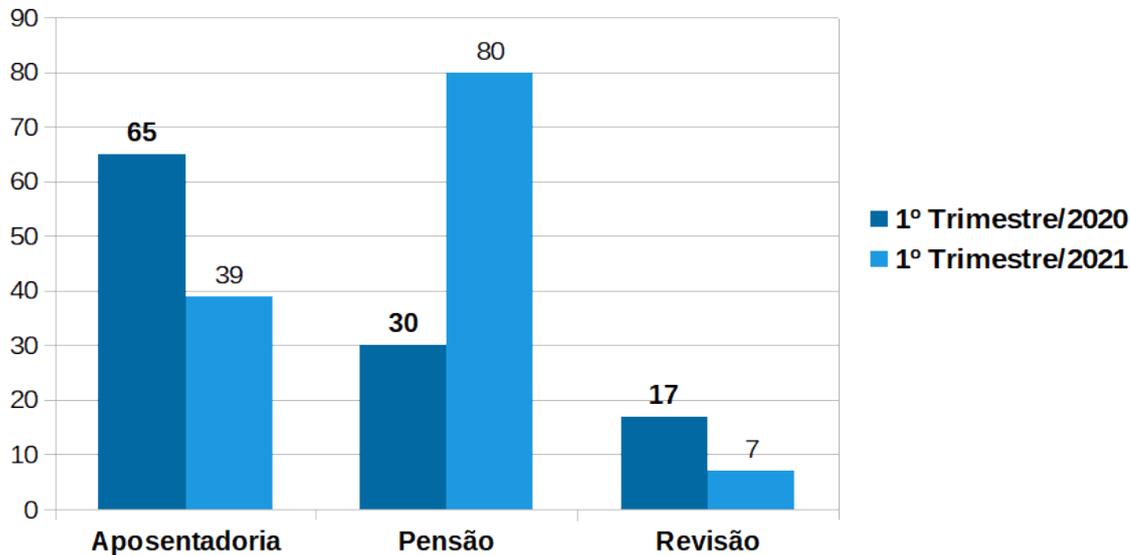


### Processos Analisados



Fonte: Scon

### Processos Deferidos



Fonte: Scon





Quanto ao cumprimento dos prazos processuais, o atual prazo para concessão de aposentadoria é de 18 (dezoito dias) úteis, com uma meta de 80% (oitenta por cento) proposta pela autarquia, alcançada em 74% (setenta e quatro por cento) dos casos, no primeiro trimestre de 2021.

Deve-se registrar que os processos responsáveis pelo não alcance dos 80% (oitenta por cento), tiveram reprovação de documentos e/ou apontamento de informações insuficientes durante a sua análise, e por conta disso, precisaram ser devolvidos às Secretarias para fins de saneamento, o que acabou impactando no aumento de dias úteis de tramitação.

Com relação aos processos de revisão de benefícios, no primeiro trimestre de 2021, foi alcançado o percentual de 57% (cinquenta e sete por cento) dos casos, vez que dos 7 (sete) processos analisados no trimestre, 3 (três) benefícios foram concedidos fora do prazo.

Por outro lado, o prazo estabelecido pela Manaus Previdência para concessão de pensões que, atualmente, é de 20 (vinte) dias úteis, também com a mesma meta proposta para concessões de aposentadorias e revisões, a saber, 80% (oitenta por cento), foi alcançado em 100% (cem por cento), mesmo com um aumento expressivo nos processos de solicitação de pensões em virtude do cenário pandêmico.





### 11.9. Compensação Previdenciária.

Primeiramente, é importante destacar que o novo Sistema COMPREV entrou em exercício no dia 1º de dezembro de 2020, visando à melhoria dos processos e procedimentos da compensação previdenciária, iniciados com a edição do Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019.

Com a implementação do novo COMPREV, o sistema passou a adotar as novas regras previstas no Decreto nº 10.188/2019 e, em relação ao fluxo de pagamento, uma grande mudança foi a substituição do bloqueio de proporcionalidade pela aplicação de juros e multas.

No primeiro trimestre do ano, por motivo de óbito dos segurados, houve a extinção de 3 (três) benefícios de compensação no sistema COMPREV. Em janeiro, foi cessado o benefício de segurado cujo valor total de glosa resultou em R\$34.770,47 (trinta e quatro mil, setecentos e setenta reais e quarenta e sete centavos), incluindo juros e multa. Não obstante o ajuste de contas realizado pelo sistema, a pró-rata cabível a este RPPS foi deduzida do valor de glosa ora supramencionado. Dessa forma, fez-se necessário repassar ao INSS R\$27.852,55 (vinte e sete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), correspondentes aos valores recebidos de modo indevido após o óbito de segurado.

Atualmente, a Manaus Previdência possui 28 (vinte e oito) compensações ativas e a pró-rata mensal referente a esses benefícios é de R\$7.316,04 (sete mil, trezentos e dezesseis reais e quatro centavos). O valor total arrecadado até o mês de março foi de R\$13.461,04 (treze mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quatro centavos).

Em contrapartida, a pró-rata mensal cabível ao INSS é de R\$585,82 (quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), valor este relativo as 3 (três) compensações ativas em favor do Regime Geral de Previdência Social.



### Fluxo da Compensação:

Competência	MANAUSPREV				INSS			
	Compensações ativas	Pró-rata	Glosa Fluxo	Saldo	Compensações ativas	Pró-rata	Glosa Fluxo	Saldo
Janeiro	29	R\$ 7.503,44	-R\$ 34.770,47	R\$ 0,00	3	R\$ 585,52	R\$ 0,00	R\$ 27.852,55
Fevereiro	28	R\$ 7.316,04	R\$ 0,00	R\$ 6.730,52	3	R\$ 585,52	R\$ 0,00	R\$ 585,52
Março	28	R\$ 7.316,04	R\$ 0,00	R\$ 6.730,52	3	R\$ 585,52	R\$ 0,00	R\$ 585,52
<b>Total</b>				<b>R\$13.461,04</b>				<b>R\$29.023,59</b>

Fonte: Comprev

A versão do novo Sistema COMPREV trouxe mudanças significativas e uma delas foi a migração dos requerimentos que estavam indeferidos no antigo sistema para um novo *status* intitulado como “em exigência”. Essa funcionalidade visa a evitar indeferimentos desnecessários permitindo que os entes façam as adequações necessárias à aprovação dos requerimentos e aos novos requisitos do sistema e da legislação vigente. Além dos requerimentos indeferidos, entraram nessa categoria também os requerimentos protocolados em 2020, ano no qual o sistema estava em fase de transição.

Outra mudança decorrente do novo COMPREV é a autonomia concedida para os RPPS analisarem os seus próprios requerimentos de perícia médica. Explica-se: para que os requerimentos de aposentadoria por incapacidade permanente ingressem na fila de análise de compensação previdenciária pelo INSS, o médico perito da Junta Médica do município precisa validar e ratificar se esses requerimentos cumprem os requisitos da compensação previdenciária.

A situação atual dos requerimentos de compensação previdenciária, protocolados pela Manaus Previdência, no novo COMPREV é: 777 (setecentos e setenta e sete) requerimentos em exigência; 2.805 (dois mil oitocentos e cinco) requerimentos aguardando análise pelo INSS; 719 (setecentos e dezenove) requerimentos indeferidos pelo INSS; 1 (um) requerimento aguardando análise médica; 13 (treze) requerimentos recebidos do INSS e pendentes de análise, conforme o gráfico abaixo.



**Requerimentos de Compensação Previdenciária:**


Fonte: Comprev

Portanto, no primeiro trimestre objetivou-se diminuir o número de requerimentos que estavam em exigência, enviar os processos de aposentadoria concedidos no ano de 2020 e que já estavam homologados pelo Tribunal de Contas, bem como liberar para a análise do INSS os requerimentos de aposentadoria por incapacidade permanente.

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA / PENSÃO				
CATEGORIA	JAN	FEV	MAR	TOTAL
Recebidos	0	0	0	0
Analizados	0	1	13	14
Enviados	0	44	70	114
Exigências encerradas	182	61	2	245
<b>TOTAL</b>	<b>182</b>	<b>106</b>	<b>85</b>	<b>373</b>

Fonte: Comprev



## 12. CANAIS DE ATENDIMENTO.

Os números registrados pelos canais de atendimento no primeiro trimestre de 2021 foram:

ITEM	JAN	FEV	MAR	TOTAL
Atendimentos Via Fale Conosco	118	89	210	417
Atendimentos Via <i>Call Center</i>	1.701	826	1.180	3.707
Atendimentos Via <i>Web chat</i>	11	09	23	43

Fonte: Ouvidoria/Audin

A Manaus Previdência possui o prazo de 7 (sete) dias úteis para resposta às solicitações do “Fale Conosco”. O canal está disponível para os internautas que acessam diretamente o site da Manaus Previdência por meio do link <http://manausprevidencia.manaus.am.gov.br/fale-conosco>, bem como dentro do Portal do Segurado. Também é possível entrar em contato enviando e-mail para [manausprevidencia@pmm.am.gov.br](mailto:manausprevidencia@pmm.am.gov.br). O *web chat*, que é um canal interativo de mensagens instantâneas, está disponível no site da autarquia.

Em relação à pesquisa de satisfação, no primeiro trimestre foram entrevistados 112 (cento e doze) beneficiários, de um total de 119 (cento e dezenove) benefícios concedidos. Foram registradas 24 (vinte e quatro) manifestações, sendo 01 (uma) reclamação, 01 (uma) sugestão e 22 (vinte e dois) elogios. Para todas as reclamações e sugestões são registradas as tratativas realizadas.

Abaixo, seguem os resultados da pesquisa de satisfação:

**Tabela – 1: Pesquisa de satisfação.**

Em uma escala de 1 a 5, como você avalia sua experiência com os nossos serviços?

Resultado Geral	JAN	FEV	MAR	2021
5 Ótimo	9	34	57	100
4 Bom	4	5	3	12
3 Regular	0	0	0	0
2 Ruim	0	0	0	0
1 Péssimo	0	0	0	0
Satisfação	100%	100%	100%	100%
Meta	80%	80%	80%	80%

Fonte: Ouvidoria/Audin





### 13. CONCLUSÃO.

A conquista da certificação Pró-Gestão, Nível IV, no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios comprova que, os levantamentos efetuados neste relatório, demonstram que os padrões de controles internos da Manaus Previdência possuem um alto grau de maturidade em governança corporativa e nos processos de gestão da autarquia.

Importante ressaltar, como fator preponderante para o alcance dos objetivos e metas traçados no Planejamento Estratégico Organizacional, o empenho e o esforço dos gestores da Manaus Previdência, assim como a participação de todos os setores envolvidos na busca dos resultados expressivos alcançados pela autarquia e no cumprimento de sua missão institucional em respeito aos preceitos legais que norteiam a matéria previdenciária.

Destaca-se, ainda, a manutenção da certificação ISO e a atualização para versão 9001:2015, fundamentais para a maximização dos resultados e melhoria contínua na prestação de serviços ao cliente.

Cabe destacar também, a excelente adaptação da Manaus Previdência, ao regime de teletrabalho, exercido desde março de 2020 pela autarquia e, determinado, a princípio, pelo Decreto nº 4.789 de 24 de março de 2020 – prorrogado por decretos posteriores no decorrer do ano de 2020 – sendo mantido ainda em 2021.

Fica evidente, portanto, que a Manaus Previdência, exercendo, há mais de um ano, suas atividades em regime de *home office*, com economia administrativa e sem prejuízo a quaisquer de suas atividades e ao atendimento das necessidades de seus segurados, de seus beneficiários, da sociedade em geral e, ainda, cumprindo os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, demonstra manter seu comprometimento e sua eficiência diante da missão de assegurar os direitos previdenciários aos segurados e dependentes, observando os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, contribuindo com a gestão fiscal e responsável do Município e também diante de sua visão de transformar a Manaus Previdência em uma previdência digital e acessível a todos os beneficiários até 2025.



### Órgão Colegiado Superior de Gestão Deliberativa (CMP)

<b>CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP</b>			
Lei nº 2.419/2019 (DOM Edição 4567) Decreto nº 4.364, de 1º de abril de 2019 – Regimento Interno (DOM Edição 4568) Decreto de 07 de janeiro de 2020 – Biênio de 2020 a 2022 (DOM Edição 4760)			
<b>Membros</b>	<b>Função</b>	<b>Início de Mandato</b>	<b>Representação</b>
Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon Lyvia Belém Martins Guimarães	Presidente Suplente	04.01.2020	Poder Executivo
Marcelo Magaldi Alves Lourival Litaiff Praia	Membro Titular Suplente	04.01.2020	Poder Executivo
Vanessa Cardoso Carneiro Laura Guerreiro Bezerra Maria Edna Araújo Karliley Karla Capucho	Membro Titular Suplente Membro Titular Suplente	04.01.2020	Representantes dos Servidores Ativos
Rossicleide Brandão da Fonseca Ivone Araújo da Silva Altina Magalhães de Souza Lucilene Florêncio Viana	Membro Titular Suplente Membro Titular Suplente	04.01.2020	Representantes dos Aposentados e Pensionistas
Walber Moraes dos Reis Clenia da Costa Gondin	Membro Titular Suplente	04.01.2020	Representante do Poder Legislativo – CMM

Fonte: <https://manausprevidencia.manaus.am.gov.br/cmp-conselho-municipal-de-previdencia/>

### Órgão Colegiado Consultivo e de Fiscalização (COFIS)

<b>CONSELHO FISCAL – COFIS</b>			
LEI Nº 2.419 DOM EDIÇÃO 4567 DECRETO Nº 4.364, DE 1º DE ABRIL DOM EDIÇÃO Nº 4568 – Regimento Interno da Manaus Previdência Biênio de 2020 a 2022 (Decreto de 07.01.2020 – Publicado no Diário Oficial, edição nº 4753 e Decreto de 07.04.2020 Publicado no Diário Oficial, edição nº 4815.			
<b>Membros</b>	<b>Função</b>	<b>Início de Mandato</b>	<b>Representação</b>
Suani dos Santos Braga Ruth Freire de Souza Rosiane da Silva Brito Lucy Correia Oliveira Paula	Presidente Suplente Membro Titular Suplente	04.01.2020	Servidores Ativos
Mariolinda Correa Garcia dos Santos Orlanide de Souza Paiva	Membro Titular Suplente	04.01.2020	Representante do Poder Executivo
Antônio da Silva Breves	Membro Titular	12.03.2020	Representante dos Servidores Inativos Aposentados e Pensionistas
Eli Camilo Custódio Nelson Costa e Silva	Membro Titular Suplente	04.01.2020	Representante do Poder Legislativo – CMM

Fonte: <https://manausprevidencia.manaus.am.gov.br/cofis-conselho-fiscal/>

### Órgão Colegiado Superior de Gestão Deliberativa (CODIR)

<b>CONSELHO DIRETOR – CODIR</b>		
Lei nº 2.419/2019 (DOM Edição 4567) Decreto nº 4.364, de 1º de abril de 2019 – Regimento Interno (DOM Edição 4568) Decreto de 1º de abril de 2019 – Biênio de 2018 a 2020 (DOM Edição 4568)		
<b>Membros</b>	<b>Início de Mandato</b>	<b>Cargo</b>
Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon	01.02.2019	Diretora-Presidente
Lyvia Belém Martins Guimarães	01.02.2019	Diretora de Administração e Finanças
Ana Silvia dos Santos Domingues	01.02.2019	Diretora de Previdência

Fonte: <https://manausprevidencia.manaus.am.gov.br/codir-conselho-diretor/>



## **Comitê de Investimentos (COMINV)**

<b>COMITÊ DE INVESTIMENTO – COMINV</b>				
Lei nº 2.419/2019 (DOM Edição 4567) Decreto nº 4.364, de 1º de abril de 2019 – Regimento Interno (DOM Edição 4568) Decreto de 1º de abril de 2019 – Biênio de 2018 a 2020 (DOM Edição 4568)				
<b>Membros</b>	<b>Função</b>	<b>Início do Mandato</b>	<b>Representação</b>	<b>Certificação</b>
Flávio Rodrigues de Castro	Presidente	01.04.2019	Superintendente de Investimentos	CGA
Marcelo Magaldi Alves	Membro	01.04.2019	Representante do CMP	CPA-10
Suani dos Santos Braga	Membro	01.04.2019	Representante do Cofis	CPA-10
Caio César Andrade	Membro	01.04.2019	Representantes dos servidores efetivos, vinculados ao RPPS	CPA-20
Carolinne Nunes dos Santos	Membro	01.04.2019		CPA-20
Fernando Krichanã dos Santos	Membro	01.04.2019		CPA-20
Jânio José Paes Guimarães	Membro	01.04.2019		CPA-10

Fonte: <https://manausprevidencia.manaus.am.gov.br/cominv-comite-de-investimentos/>

### **Órgãos de Assessoramento Direto**

Procurador-Chefe: Rafael da Cruz Lauria

Auditora-chefe: Andresa Nogueira do Carmo

Chefe de Gabinete: Cláudia da Costa Feijão

Assessora Técnica: Márcia de Oliveira Assunção

Assessora de Comunicação: Cinthia Maria Guimarães Moura

Superintendência de Investimentos: Flávio Rodrigues de Castro

### **Gerências**

Previdência: Francisca Poliane Lima Rio

Administração e Finanças: Thiago Freitas da Silva

### **Coordenadores**

Aíla Maria Pereira do Nascimento

Alessandra de Lima Braga Mendonça

Antônio Roberto da Silva Sousa

Bruna Veloso Vieira Machado

César Braz de Oliveira

Cristiane Marcela Moura de Sá

Paula Suellen Frota de Melo Mendes

Gláucia Almeida Gomes Miranda da Silva

Laíse Caroline Oliveira Alves

Lucas de Souza Batalha

Carlos Michael Maia Rodrigues

Vívian Araújo Noronha Lima





## ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO CONSELHO DIRETOR DA MANAUS PREVIDÊNCIA – CODIR

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de 2021 (dois mil e vinte e um), às 09:30 h (nove horas e trinta minutos), reuniu-se o Conselho Diretor da Manaus Previdência (Codir), com a presença dos membros: **Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon** (Diretora-Presidente), **Lyvia Belém Martins Guimarães** (Diretora de Administração e Finanças) e **Francisca Poliane Lima Rio** (Diretora de Previdência, em exercício), com fulcro no art. 11, *caput*, da Lei n.º 2.419/2019, para análise e deliberação dos assuntos a seguir descritos: **1) Apresentação dos Indicadores de Desempenho referentes ao mês de maio de 2021.** Em Reunião, por videoconferência, que foi conduzida pela Analista Previdenciária lotada na Assessoria Técnica, Adriany de Oliveira, com a participação dos respectivos Chefes de Setores, foram apresentados os seguintes indicadores: (a) pela Superintendência de Investimentos: Rentabilidade no mês, Rentabilidade no mês sem “fundos problemáticos”, Rentabilidade Acumulada, Rentabilidade Acumulada “sem fundos problemáticos” e Evolução da Carteira; (b) pelo Setor Financeiro: Receita e Detalhamento PPREV, Receita e Detalhamento PFIN, Receita e Detalhamento TX ADM; (c) pelo Setor de Planejamento e Orçamento: LOA, Arrecadação, Empenho Folha e Arrecadação-Empenho concernentes ao Plano Previdenciário, ao Plano Financeiro e à Taxa de Administração, bem como Resumo de Execução Orçamentária; (d) pela Gerência da Área Previdenciária: Folha de Pagamento PPREV, Folha de Pagamento PFIN, Relação de Receita x Despesa, por Secretaria, referentes ao PPREV e ao PFIN, Publicação de Aposentadoria, Tipo de Aposentadoria e Publicações por Plano, Publicação de Pensão, Porcentagem de Aposentadorias concedidas no prazo, Porcentagem de Pensões concedidas no prazo (de instituidor aposentado e ativo), Porcentagem de Revisões de Aposentadoria no prazo, Porcentagem de Revisões de Pensão no prazo e Porcentagem de Benefícios Implantados em Folha no prazo; (e) pela Gerência de Administração e Finanças: Despesas Administrativas; (f) pela Ouvidoria: Fale Conosco; (g) pela Procuradoria: Ações Judiciais propostas contra a Manausprev em maio 2021, Sentenças e Acórdãos 2021 (procedência contra e a favor da Manausprev), Peças Judiciais 2021,





Pareceres 2021 e principais decisões judiciais de maio. Diante das apresentações e uma vez respeitadas as diretrizes para elaboração, os membros do CODIR aprovaram os Indicadores de Desempenho referentes ao mês de maio de 2021, em obediência ao art. 8º, inciso IV, alínea “b”, do Decreto n.º 4.846/2020. **2) Relatório de Governança corporativa referente ao 1º trimestre de 2021 (siged nº 2021.17848.17912.9.009481).** Em seguida, foi apresentado o **Relatório de Governança Corporativa referente ao 1º trimestre do ano de 2021**, que é resultado da compilação das informações, dados e documentos encaminhados pelos órgãos competentes, e elaborado pela Assessoria Técnica (ASTEC). Com efeito, o encaminhamento do Relatório em epígrafe ao CODIR se deu em razão do disposto no art. 31, inciso VI, do Regimento Interno da Manaus Previdência, segundo o qual, à ASTEC compete: “VI – encaminhar o Relatório de Governança Corporativa, semestralmente, para análise e aprovação do Diretor-Presidente, COFIS e CMP”. Na ocasião, os apontamentos feitos pelos membros do CODIR concentraram-se em pequenos ajustes de formatação de página, algumas disposições de dados e correções de redação. Foi verificado, lado outro, que o Relatório apresentado com 115 (cento e quinze) laudas, composto por 13 Capítulos (1. Apresentação, 2. Síntese Histórica, 3. Imagem Institucional, 4. Dados dos segurados, 5. Receitas, 6. Despesas, 7. Evolução da Situação Atuarial, 8. Gestão de Investimentos, 9. Limites de alçada, 10. Publicação das atividades dos órgãos colegiados, 11. Atividades Institucionais, 12. Canais de Atendimento e 13. Conclusão), observou os requisitos mínimos exigidos pelo Manual do Pró-Gestão versão 3.1, de 09 de setembro de 2020, para a certificação Nível IV, a saber: a) dados dos segurados, receitas e despesas; b) evolução da situação atuarial; c) gestão de investimentos; d) publicação das atividades do órgãos colegiados; e) atividades institucionais; e, f) canais de atendimento; com periodicidade trimestral. Dessa forma, os membros do CODIR decidiram aprovar o Relatório de Governança Corporativa referente ao 1º trimestre de 2021, submetendo-o à deliberação do Conselho Fiscal (COFIS) e do Conselho Municipal de Previdência (CMP). E, não havendo mais nada a ser tratado, a Diretora-Presidente deu por encerrada a



**Manaus**  
**Previdência**  
Autarquia Municipal



reunião, da qual eu, Karen Nunes Guimarães, Chefe Especial, participei e redigi a presente Ata.

**LYVIA BELÉM MARTINS GUIMARÃES**  
**Diretora de Administração e Finanças**

**FRANCISCA POLIANE LIMA RIO**  
**Diretora de Previdência, em exercício**

**DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON**  
**Diretora-Presidente**

Endereço:  
Av. Constantino Nery, Nº 2.480 Chapada, CEP 69.050-001.  
Telefone: (92) 3186-8000

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: FRANCISCA POLIANE LIMA RIO EM 05/07/2021 11:49:03  
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DANIELA CRISTINA DA EIRA CORREA BENAYON EM 05/07/2021 11:00:10  
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: LYVIA BELEM MARTINS GUIMARAES EM 05/07/2021 10:47:31

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM <http://siged.manaus.am.gov.br/cadastrousuarioexterno/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 27129EF4





## PARECER 10/2021 – CONSELHO FISCAL – COFIS

Os membros participantes da 7ª Reunião Extraordinária de 2021 do Conselho Fiscal (COFIS) da Autarquia **MANAUS PREVIDÊNCIA – MANAUSPREV**, ocorrida em 06 de julho de 2021, no desempenho de suas competências de que trata o artigo 3º, da Resolução nº 01/2020 – COFIS/MANAUS PREVIDÊNCIA, publicado no Diário Oficial do Município de Manaus Edição nº 4945, de 13 de outubro de 2020, após examinarem o **Relatório de Governança Corporativa, referente ao primeiro trimestre de 2021**, opinam **FAVORAVELMENTE** pela aprovação, submetendo-o assim, à apreciação dos membros conselheiros do Conselho Municipal de Previdência – CMP.

Manaus/AM, 06 de julho de 2021.

*(Assinatura digital)*

**SUANI DOS SANTOS BRAGA**  
Presidente do Conselho Fiscal – COFIS

*(Assinatura digital)*

**MARIOLINDA CORRÊA GARCIA DOS SANTOS**  
Membro Conselheira Titular

*(Assinatura digital)*

**ROSIANE DA SILVA BRITO**  
Membro Conselheira Titular

*(Assinatura digital)*

**ANTONIO DA SILVA BREVES**  
Membro Conselheiro Titular

*(Assinatura digital)*

**ELI CAMILO CUSTÓDIO**  
Membro Conselheiro Titular





## REGISTROS DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

O arquivo parecer\_n\_10\_2021\_cofis\_\_aprova\_relatorio\_de\_govrenanca\_\_\_1\_\_trimestre\_2021.pdf do documento **2021.17848.17912.9.009481** foi assinado pelos signatários

DADOS DO SIGNATÁRIO	DADOS DA ASSINATURA
ROSEANE DA SILVA BRITO 618.356.252-15	06/07/2021 13:28:14 (LOGIN E SENHA)
MARIOLINDA CORRÊA GARCIA DOS SANTOS 234.137.432-87	06/07/2021 13:40:04 (LOGIN E SENHA)
ELI CAMILO CUSTÓDIO 163.051.322-91	06/07/2021 13:40:06 (LOGIN E SENHA)
SUANI DOS SANTOS BRAGA 313.636.602-68	06/07/2021 13:47:00 (LOGIN E SENHA)
ANTONIO DA SILVA BREVES 031.717.522-04	06/07/2021 15:31:40 (LOGIN E SENHA)





## **PARECER Nº 11/2021 – CMP/MANAUS PREVIDÊNCIA**

Os membros participantes da 7ª Reunião Ordinária de 2021 do Conselho Municipal de Previdência (CMP) da Manaus Previdência – MANAUSPREV, ocorrida em 13 de julho de 2021, no desempenho de suas competências de que trata o artigo 2º da Resolução nº 002/2020 – CMP/MANAUS PREVIDÊNCIA, publicada no Diário Oficial do Município de Manaus Edição nº 4945, de 13 de outubro de 2020, após examinarem o **Relatório de Governança Corporativa**, referente ao **primeiro trimestre de 2021**, deliberam por sua **APROVAÇÃO** final.

Manaus/AM, 13 de julho de 2021.

**DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON**  
Presidente do Conselho Municipal de Previdência – CMP

**MARCELO MALGADI ALVES**  
Membro Conselheiro Titular

**VANESSA CARDOSO CARNEIRO**  
Membro Conselheira Titular

**MARIA EDNA ARAÚJO**  
Membro Conselheira Titular

**ROSSICLEIDE BRANDÃO DA FONSECA**  
Membro Conselheira Titular

**ALTINA MAGALHÃES DE SOUZA**  
Membro Conselheira Titular

**WALBER MORAES DOS REIS**  
Membro Conselheiro Titular





## REGISTROS DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

O arquivo parecer\_n\_11\_2021\_cmp\_\_aprova\_rgp\_1\_\_trimestre\_de\_2021.pdf.p7s do documento **2021.17848.17912.9.009481** foi assinado pelos signatários

DADOS DO SIGNATÁRIO	DADOS DA ASSINATURA
ROSSICLEIDE BRANDÃO DA FONSECA 034.316.572-49	13/07/2021 12:26:53 (LOGIN E SENHA)
ALTINA MAGALHÃES DE SOUZA 193.214.142-15	13/07/2021 12:52:58 (LOGIN E SENHA)
DANIELA CRISTINA DA EIRA CORREA BENAYON 474.482.292-49	13/07/2021 12:53:41 (CERTIFICADO DIGITAL)
VANESSA CARDOSO CARNEIRO 343.958.222-15	14/07/2021 08:41:55 (LOGIN E SENHA)
WALBER MORAES DOS REIS 240.504.072-72	14/07/2021 09:57:44 (LOGIN E SENHA)
MARCELO MAGALDI ALVES 313.785.362-15	14/07/2021 10:17:24 (LOGIN E SENHA)
MARIA EDNA ARAÚJO 308.951.383-87	14/07/2021 10:57:16 (LOGIN E SENHA)

